



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ALINE DE SOUZA NAVEGANTES

**O CEDENPA E A LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS
ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)**

Brasília-DF,

2019

ALINE DE SOUZA NAVEGANTES

**O CEDENPA E A LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COTAS
ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)**

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento.

Brasília-DF,

2019

DEDICATÓRIAS

À minha matriarca, minha avó, *Maria do Céu*, por ter se empenhado em me tornar o melhor que eu poderia ser, a melhor versão de mim mesma. Todas as minhas conquistas serão sempre suas. Viverás eternamente em mim.

À *Leandro Tata Kinamboji*, por sua dedicação, trajetória e importante legado junto ao movimento negro paraense.

Ao meu irmão, *Luciano*, pela cumplicidade, paciência e apoio, diante de meus questionamentos e devaneios existenciais.

EPÍGRAFE

*Quanto ao branco e preto, Alfredo achava
esquisito que seu pai fosse branco e sua
mãe preta. Envergonhava-se por ter de
achar esquisito. Mas podia a vila toda
caçoar deles dois se saíssem juntos.
Causava-lhe vergonha, vexames, não sabia
que mistura de sentimentos e faz-de-conta.
Por que sua mãe não nascera mais clara?
E logo sentia remorso de ter feito a si
mesmo tal pergunta. Eram pretas as mãos
que sararam as feridas, pretos os seios, e
aquele sinal pretinho que sua mãe tinha no
pescoço lhe dava vagaroso desejo de o
acariciar, beijando-lhe também os cabelos,
se esquecer do caroço, do colégio, das
feridas, da febre, dos campos queimados
avançando para a vila dentro da noite no
galope do vento. Ficar assim como se pela
primeira vez, de repente, compreendesse
que tinha mãe, a primeira e real sensação
que era filho, de que brotara, de súbito,
daquela carne escura.*

Chove nos Campos de Cachoeira, Dalcídio
Jurandir, p. 20.

RESUMO

O CEDENPA e a luta pela implantação das políticas de cotas étnico-raciais na Universidade Federal do Pará (UFPA)

Aline de Souza Navegantes

O presente trabalho tem como intuito investigar a luta antirracista do movimento social negro Paraense em âmbito acadêmico, no que concerne a atuação e protagonismo dos membros do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), durante o processo de implantação das cotas étnico-raciais na maior universidade do norte do Brasil. Para isto, adentraremos as estratégias e ações antirracista cunhadas pelos membros do respectivo movimento negro na UFPA. Dentre tais ações, estará em destaque a criação do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM), suas investidas e embates no campo político da UFPA, objetivando a fomentação ao debate sobre as cotas e posteriormente, a construção da primeira política de ação afirmativa de cunho racial da Instituição. Para o desenvolvimento metodológico do presente trabalho de pesquisa fez-se uso do método qualitativo, com o enfoque em pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Assim, o trabalho se apoia em diferentes autores para substanciar e problematizar suas discussões, tais como o historiador paraense Vicente Salles (1971), como uma referência fundadora para localizar a historicidade dos estudos sobre negritude na Amazônia; a Professora Zélia Amador de Deus (1987; 2008) e a ativista Nilma Bentes (2002; 2010), como duas das mais importantes vozes do movimento negro na Academia paraense e para além dela; Mônica Conrado, Marilu Campelo e Alan Ribeiro (2015), como autores importantes que têm como foco os estudos acerca das especificidades das relações raciais na Amazônia brasileira. Em suma, apesar dos entraves surgidos durante a reunião de aprovação das cotas na UFPA, que desconfiguraram a proposta original de cotas puramente racial cunhada pelo movimento negro, a luta antirracista do CEDENPA na academia paraense tornou-se uma conquista histórica para a população afro-amazônica.

Palavras-chave: CEDENPA; Movimento Negro; Cotas Étnico-Raciais; UFPA; Amazônia.

ABSTRACT

CEDENPA and the fight for the implementation of ethno-racial quotas policies at the Federal University of Para (UFPA)

Aline de Souza Navegantes

This work aims to investigate the anti-racist fight of the Paraense black social movement in the academic realm, especially in relation to the actions and the protagonism of the members of the Center of Studies and Defense of the Black Population of Para (CEDENPA), during the process of implementation of ethnic-racial quotas at the largest university of the north of Brazil. The anti-racist actions and strategies cultivated by the black movement at UFPA will be analyzed. Among these actions, the creation of the Afro-Amazonian Study Group (GEAM) will be highlighted, as well as the group's confrontations and clashes in UFPA's political field, with the aim of fomenting the debate about quotas and, eventually, the construction of the first racial affirmative action of the university. In order to methodologically develop this work, the qualitative method was used, focusing on documentary and bibliographic research. Therefore, this investigation is supported by various authors to substantiate and problematize the discussions, such as the Paraense historian Vicente Salles (1971), as a founding reference to localize the historicity of black studies in the Amazon; Zelia Amador de Deus (1987; 2008) and the activist Nilma Bentes (2002; 2010), as two of the most important voices of the black movement in the Paraense Academy and beyond; Monica Conrado, Marilu Campelo and Alan Ribeiro (2015), as important authors that study the specificities of the racial relations found in the Brazilian Amazon. In sum, despite the obstacles that emerged during the voting session to approve the quotas at UFPA, which misconfigured the original purely racial quotas proposal coined by the black movement, CEDENPA's anti-racist fight at the Paraense Academy became a historical achievement for the Afro-Amazonian population.

Keywords: CEDENPA; Black Movement; Ethno-racial Quotas; UFPA; The Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará

MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

FNB - Frente Negra Brasileira

UHC - União dos Homens de Cor

TEN - Teatro Experimental do Negro

CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra

MNU - Movimento Negro Unificado

SPDDH- Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos

ONU - Organização das Nações Unidas

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

NEN - Núcleo de Estudos Negros

UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

DCCD - Conselho Municipal do Negro e da Negra, da Delegacia de Combate a Crimes Discriminatórios

SEDUC - Secretaria de Educação

SEMAJ - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Belém

SEDUC-PA - Secretaria de Educação do Pará

STPRR - Sessão Técnica Pedagógica de Relações Raciais

COPIR - Coordenadoria de Educação para Promoção da Igualdade Racial

DEDIC - Diretoria de Ensino para Diversidade, Inclusão e Cidadania

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

AMNB - Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

ADUFPA - Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará

DCE UFPA - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

CBA - Casa Brasil África

PROEG - Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

PROPESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

PROINTER - Pró-Reitoria de relações internacionais

ASCOM - Assessoria de Comunicação Institucional

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROGEP - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

CONSAD - Conselho Superior de Administração

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUN - Conselho Universitário

ANDES/SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IEMCI - Instituto de Educação Matemática e Científica

GID - Gratificação e Incentivo à Docência

GED - Gratificação de Estímulo à Docência

MEC - Ministério da Educação

UAP - União Acadêmica Paraense

UNE - União Nacional dos Estudantes

IDHM - Índices de Desenvolvimento Humano Municipal

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UnB - Universidade de Brasília

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ARNI - Assessoria Especial de Relações Internacionais

Uni-CV - Universidade de Cabo Verde

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

FAV/UFPA - Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará

DEM - Partido Democratas

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Manchete Jornal G1 Pará “Estudante da UFPA é chamada de 'negra suja' nas redes sociais”. Fonte: G1 Pará, 2014.

Imagem 2 – Manchete Jornal G1 Pará “Pichação ‘Fora brancos’ e casos de racismo acirram debate na UFPA”. Fonte: G1 Pará, 2017.

Imagem 3 - Zélia Amador de Deus. Fonte: Exposição Auto do Círio, 2017.

Imagem 4 - Nilma Bentes. Fonte: Believe Earth, 2018.

Imagem 5 - Capa da Cartilha, “Raça Negra: a luta pela liberdade”. Fonte: CEDENPA, 1986.

Imagem 6 - Capa da Cartilha, “Noções sobre a vida do negro no Pará”. Fonte: CEDENPA, 1989.

Imagem 7 - 2ª edição do livro “Escola e Racismo: aspectos da questão do negro em Belém”. Fonte: CEDENPA, 1997.

Imagem 8 - Capa do livro “CEDENPA: uma breve história dos 30”. Fonte: CEDENPA, 2010.

Imagem 9 - Sede do CEDENPA na década de 1980. Fonte: CEDENPA, uma breve história dos 30, Youtube, 2019.

Imagem 10 - Sede atual do CEDENPA. Fonte: CEDENPA, Facebook, 2018.

Imagem 11 - Quilombo da República (Ingá). Fonte: Site do CEDENPA, 2010.

Imagem 12 - Universidade Federal do Pará. Fonte: Vestibular Uol, 2018.

Imagem 13 - Professores membros da ADUFPA votando a favor da instauração de greve. Fonte: ADUFPA, 2012.

Imagem 14 - Manifestação de estudantes em 1984 pela concessão da meia-passagem em Belém. Fonte: Revista PZZ, ano 2, n. 4, agosto/setembro de 2007.

Imagem 15 - Vista do prédio Mirante do Rio. Fonte: PublicInsta, 2019.

Imagem 16 - Moradias típicas do bairro do Guamá. Fonte: Jornal Beira do Rio, 2019.

Imagem 17 - Logotipo Grupo de Estudos Afro-amazônico (GEAM). Fonte: Facebook GEAM, 2019.

Imagem 18 - Convite à inauguração da sala Arthur Leandro “Tata Kinamboji”. Fonte: Facebook GEAM, 2019.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo, por cor/raça - Brasil e Região Norte, 1995 a 2005. Fonte: Adaptado de Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
LISTA DE IMAGENS	10
LISTA DE TABELAS	12
INTRODUÇÃO.....	14
I. ENTRE QUILOMBOS E CABANOS: UM BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO ORGANIZADO NO BRASIL.....	28
1.1 A trajetória do movimento negro nacional	34
1.2 O surgimento e a consolidação do CEDENPA	45
II. AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES ANTIRRACISTAS DOS MEMBROS DO CEDENPA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA).....	62
2.1 A UFPA e o contexto periférico amazônico	63
2.2 O Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM) e outros projetos.....	80
III. O CEDENPA E APROVAÇÃO DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA).....	91
3.1 As investidas e embates do CEDENPA no campo político da UFPA.....	92
3.2 A aprovação da resolução de Nº 3.361/2005	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o processo de luta política do movimento negro paraense em âmbito acadêmico, desde sua fundação em 1980 aos anos 2000, período no qual ocorreu a discussão e posterior aprovação do sistema de cotas na UFPA, assim como o surgimento da maioria dos projetos antirracistas na Instituição. A atuação do respectivo movimento social negro, representado em sua maioria por professores membros do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), foi de suma importância para a aprovação da resolução de N° 3.361/2005, que culminou na implantação do primeiro sistema de cota social e racial da UFPA, e conseqüentemente, do norte do Brasil.

As dissertações e artigos já escritos e publicados a respeito do processo de implantação do sistema de cotas na UFPA, estão principalmente voltados ao viés histórico-educacional da aprovação da respectiva política de ação afirmativa; a relação entre criminalidade e cotas; a posterior experiência dos alunos cotistas; seu desempenho; permanência na universidade; e entre outros aspectos. Tais estudos encontram-se presentes, em sua maioria, nos programas de pós-graduação em Educação e Direito da UFPA, sendo importante ressaltar que não foi encontrado nenhum estudo sobre o tema em universidades fora do Estado do Pará, e conseqüentemente, da Amazônia.

O que mais me chamou a atenção ao ler os estudos em questão, foi a sistemática diminuição e até mesmo omissão do papel central do movimento negro paraense no processo de implantação das cotas na UFPA. As menções ao CEDENPA, além de escassas, poucas vezes foram devidamente relacionadas aos representantes da Entidade engajados no contexto de luta política na Universidade, erroneamente afirmando que a luta pela aprovação das cotas foi um movimento que surgiu isoladamente dentro dos muros da UFPA (Cf. PINHEIRO, 2015). Esta constatação foi de suma importância para que ocorresse o surgimento deste trabalho, que nasceu não só como um objetivo de pesquisa acadêmica, mas também como uma ferramenta política de visibilização das ações, estratégias e conquistas antirracistas do movimento social negro amazônico.

Meu anseio em dissertar a respeito da atuação do movimento negro paraense em âmbito acadêmico também está relacionado a minha formação como cientista social pela UFPA, onde fui aluna de professores membros do CEDENPA, tive o primeiro contato com as discussões raciais na Amazônia e iniciei um processo de autoconhecimento de minha própria negritude, outrora veementemente negada. Desta forma, minha vivência como graduanda na Universidade

transcendeu uma formação sociológica somente teórica, pois neste espaço tive acesso à embates práticos que surgiram a partir do momento em que me percebi como mulher afro-amazônica e deparei-me com o contundente racismo existente em uma das regiões mais miscigenadas do Brasil.

Tal realidade racial na região amazônica, passou a ser tema recorrentes de meus trabalhos acadêmicos desde a graduação, período no qual produzi o meu primeiro artigo intitulado “Do *Soul Food* à Maniçoba: um relato etnográfico sobre a imersão cultural de estudantes afro-americanos na cidade de Belém/PA”¹. Esta pesquisa resultou de um trabalho de campo com estudantes intercambistas do sul dos Estados Unidos, que perdurou por 03 anos e terminou por tornar-se meu artigo de conclusão de curso. Posteriormente, o mesmo foi publicado em uma revista científica e apresentado no 56º Congresso de Americanistas na Universidade de Salamanca, na Espanha.

A partir de meus trabalhos de pesquisa e minhas leituras acerca das relações raciais no Brasil, cheguei à conclusão de que ser negro (a) no Pará e na Amazônia como um todo, difere essencialmente do ser negro (a) em outras partes do país. Os estudos clássicos e contemporâneos sobre a formação da sociedade brasileira e sua marcante influência negra, são indispensáveis para o entendimento das relações raciais no norte do Brasil, mas não são suficientes para explicar as particularidades encontradas na historicidade da presença negra na Amazônia e como isto reverberou na construção de identidades racializadas na região. Por esta razão, faz-se necessário perpassarmos por três pressupostos fundamentais para compreendermos as relações raciais no Pará, e por assim dizer, na Amazônia brasileira:

a) a supervalorização da presença indígena que se permite chamar de “mito indígena” e a construção e divulgação da ideia de que há pouca influência dos africanos escravizados e seus descendentes na região; b) a descoberta do negro a partir da obra de Vicente Salles; e c) a invenção da morenidade como marca identitária que mostra como a população negra foi percebida e se colocou no discurso local (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 214-215).

Pensar a Amazônia, seja no eixo nortista ou do centro-sul, é lidar constantemente com o estereótipo indígena e sua miscigenação com os colonos portugueses, como o pressuposto

¹ Artigo publicado em parceria com o Professor Luís Cardoso do Departamento de Ciência Política da UFPA, na revista de Antropologia Amazônica. O texto versa a respeito do olhar negro estrangeiro e seus estranhamentos acerca das relações raciais em Belém, na Amazônia Brasileira, tendo como marco teórico os conceitos de preconceito de marca e de origem, cunhados pelo sociólogo brasileiro Oracy Nogueira. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5865/4864>.

fundador do surgimento do homem amazônico contemporâneo. O termo caboclo como classificação social da população amazônica tornou-se um símbolo da integração entre as comunidades indígenas e a sociedade colonial (Cf. LIMA, 1999). Assim, a presença negra foi historicamente diminuída em detrimento das matrizes indígenas e portuguesas, que se tornaram os pilares da construção da identidade miscigenada paraense.

Em contrapartida, o legado africano na região foi finalmente alçado para um patamar de visibilidade, após a publicação do célebre livro “O Negro no Pará”, escrito pelo historiador paraense Vicente Salles. Em sua obra, o autor tinha como intuito não só investigar a história da escravidão do negro (a) no extremo norte do país, mas também “(...) analisar sua presença – como força de trabalho, como fator étnico, como elemento plasmador da cultura amazônica; o negro agindo e interagindo neste contexto – suas lutas e vicissitudes” (1971, p. VII). Isto é, o processo de investigação de Salles surge de sua observação acerca da negação da matriz africana no que concerne a formação da sociedade paraense.

Diante deste marco da historiografia regional, o campo de estudos sobre a temática negra expandiu-se, porém atualmente ainda requer densas análises e discussões a respeito das novas construções identitárias amazônicas. Dentre tais identidades, a que logrou alcançar maior popularidade entre a população paraense foi o termo “moreno (a)”, marca identitária usada de forma generalista, com o intuito de apagar os resquícios culturais outros que não sejam os da miscigenação entre indígenas e portugueses. Assim, a morenidade no Pará é uma forma de embranquecer os traços de negritude de um povo que também foi formado pela influência africana, pois ao negar-se esta ancestralidade, a identidade paraense torna-se pertencente ao limbo da mistura racial.

A identidade morena como identidade alternativa, surge então como uma ferramenta de pertencimento para aqueles que trazem em si o fenótipo negro, pois ao se auto identificarem como “morenos (as)”, passam a sentirem-se pertencentes em uma sociedade que nega a figura do negro (a) africano (a) como segmento fundador do processo histórico e cultural de formação da sociedade amazônica. Quem se denominará negro (a) nesta sociedade que historicamente exclui a presença africana? No Pará, pouco importa a cor da pele, a morenidade rege “um pacto silencioso e perverso: eu nego minha cor e você finge que não me vê” (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 221).

Apesar de ser interpretada como um paraíso racial (Cf. FREYRE, 1994), Belém do Pará, assim como as demais capitais amazônicas, não reproduz tal ideologia e projeto de nação na divisão

de suas estruturas sociais, que são marcadamente segregadas racialmente e ditam o lugar do negro e do não negro na sociedade. Exemplo disto são os *shoppings* da capital paraense, que reproduzem o padrão de beleza eurocêntrico desde suas vitrines à contratação de vendedores de pele mais clara, enquanto a estética negra e nortista encontra-se completamente apagada (Cf. AMARAL, 2004). O lugar do negro (a) nesses espaços de privilégio está limitado às profissões subalternas, como as de segurança e serviços gerais.

Esta realidade de segregação reverbera também nos espaços de privilégio do Estado do Pará, como na composição étnica dos corredores da UFPA, de seus cursos mais concorridos e de seu corpo docente. Logo, diante de um espaço embranquecedor, o racismo estrutural² atua de diversas formas, resultando na prática de crimes de racismo e injúria racial na Instituição. No que concerne os casos de racismo na Universidade, destacam-se dois episódios ocorridos na última década e que ganharam bastante atenção da mídia paraense.

Imagem 1

Estudante da UFPA é chamada de 'negra suja' nas redes sociais

Polícia diz que suspeito pode ser identificado e responsabilizado.
Movimento Negro cobra providências e punição para criminoso.

Fonte: Jornal G1 Pará, publicado em 15 de Setembro, 2014.

O seguinte episódio ocorreu no *campus* da UFPA na cidade de Altamira, sudeste do Estado, onde uma aluna da Universidade foi vítima de injúria racial por outro aluno da Instituição. As ofensas racistas foram postadas através de um perfil falso em uma rede social, ameaçando a estudante com frases como “Não há lugar para negros sujos em Altamira”, “neguinha como você a gente estupra e depois queima para não poluir o solo”, e “lugar de negro é na senzala ou a sete palmas”³. A aluna procurou a direção da UFPA, e um professor decidiu encaminhar a

² O racismo é sempre estrutural, pois ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Portanto, é um fenômeno normal de uma sociedade fundada sobre estruturas racistas, não sendo considerando um fenômeno patológico ou anormal. “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019).

³ Informações retiradas do artigo do G1 Pará, disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/09/estudante-da-ufpa-e-chamada-de-negra-suja-pela-internet.html>. Acesso em: 17 de Setembro, 2019.

denúncia para as comissões de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Apesar da resposta rápida da Universidade, o autor do crime de racismo continuou a enviar e-mails para a estudante negra, continuando as ofensas, “este é só o começo, vamos limpar Altamira desta peste negra, nenhum lugar será seguro para negros nesta cidade”. Diante deste crime de ódio, o movimento negro se pronunciou ressaltando que as ofensas estão para além da injúria racial, visto que o autor criminoso direcionou o seu ódio não somente à aluna em questão, mas para toda a população negra do país. O movimento também exigiu a devida investigação do crime, com o intuito de reforçar o combate à impunidade e a intolerância, que dão margem para que os racistas ajam livremente.

Imagem 2

Pichação ‘Fora brancos’ e casos de racismo acirram debate na UFPA

Alunos negros relatam episódios de racismo. Instituição irá abordar temática em debate com comunidade acadêmica.

Fonte: Jornal G1 Pará, publicado em 22 de maio, 2017.

Este segundo episódio ocorreu no principal *campus* da UFPA, localizado no bairro do Guamá em Belém. Um estudante de Engenharia Elétrica da Universidade relatou em uma rede social ter sido vítima de racismo institucional⁴ ao tentar adentrar a Instituição durante um evento de calouros, afirmando ter sido discriminado por seguranças do *campus*. O aluno chegou à Universidade com os seus amigos e foi barrado na entrada pelos seguranças do local, que pediram os seus documentos e comprovante de vínculo com a UFPA, enquanto os demais presentes tinham suas entradas liberadas sem constrangimentos. O estudante, então mostrou sua

⁴ O conceito de racismo institucional explica a operação pela qual as sociedades internalizam a produção das desigualdades em suas instituições, acobertando o racismo, o reproduzindo de forma sutil. Tais ações não podem ser reduzidas a atos individuais, pois tratam-se de uma prática sistêmica. De acordo com Arivaldo de Souza (2011), os aparatos institucionais de uma dada sociedade encontram-se a serviço dos grupos hegemônicos que os criam e fazem com que funcionem para reprodução do sistema que lhe confere significado e existência. Ver mais em: DE SOUZA, Arivaldo Santos. Racismo Institucional: para compreender o conceito. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 1, n. 3, p. 77-88, 2011.

identidade e declaração de vínculo com a Universidade, mas ainda assim os seguranças duvidaram da autenticidade do documento.

Os seguranças chamaram reforços, e mais de 07 profissionais da segurança cercaram o rapaz, que somente teve sua entrada liberada após acessar o site da Instituição para provar que realmente era estudante. No artigo jornalístico, o jovem chama a atenção para a atuação racista dos seguranças da UFPA, que fazem uma triagem baseada na cor de pele das pessoas, para ditar quem é ou quem não é estudante da Universidade. O aluno também afirmou:

Racismo é algo estrutural e a denúncia não é nem a ponta do iceberg. A gente está falando de 400 anos de escravidão e de seus frutos podres que perpetuam até hoje. Pretos morriam nas senzalas e hoje pretos morrem na periferia. Enfrentar o problema é o que a gente faz desde quando nascemos, quando é imposto um padrão de beleza onde nossa cor é feia, nosso cabelo é ruim⁵.

Tal relato gerou bastante revolta entre os discentes da UFPA, pois muitos já tinham passado pela mesma abordagem racista por parte dos seguranças da Instituição. Em decorrência deste caso de racismo institucional, pouco tempo depois uma placa de formandos da faculdade de direito foi pichada com os dizeres “Fora brancos”, visto que os alunos da placa eram, em sua maioria, da cor branca. Este ato de vandalismo acirrou os ânimos da comunidade acadêmica que se dividiu entre os que se posicionavam contra o racismo na UFPA e os que estavam indignados com o ato de “racismo reverso”⁶ ocorrido na Universidade.

Ao perpassarmos por estes dois episódios emblemáticos acerca do racismo presente nas estruturas da UFPA, podemos adentrar na centralidade e importância da atuação do movimento social negro paraense em âmbito acadêmico, e como suas ações têm como intuito não somente incluir a população negra na universidade, mas também denunciar a realidade racista existente na academia e na sociedade paraense. Porém, primeiramente precisamos fazer algumas pontuações teóricas relacionadas a conceitos importantes que serão trabalhados no presente texto, sendo tais conceitos o de movimento social e como o mesmo se relaciona com os direitos humanos, e o de políticas de ação afirmativa.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/pichacao-fora-branco-e-casos-de-racismo-acirram-debate-na-ufpa.ghtml>. Acesso em: 17 de Setembro, 2019.

⁶ O conceito de racismo reverso é uma espécie de “racismo ao contrário”, que acusa a existência de um racismo das minorias dirigido às majorias. É certo que os grupos minoritários podem praticar atos discriminatórios ou serem preconceituosos com determinados grupos, porém não podem impor sanções ou desvantagens sociais a membros de grupos majoritários. Por esta razão, tal conceito não passa de um equívoco que serve apenas para deslegitimar a luta antirracista no país (Cf. ALMEIDA, 2019).

Por conseguinte, quando nos referimos ao movimento negro, o interpretamos sob à luz do conceito de movimento social da socióloga Maria da Glória Gohn (1997, p.17), que o define como “(...) expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Segundo Ligia Vercelli (2010), a autora denomina os seguintes elementos como os que constituem os movimentos sociais: as demandas que configuram a sua identidade; adversários e aliados; os articuladores e a formação de redes de mobilizações; práticas de cunho comunicativo variados, seja através da oralidade ou de recursos tecnológicos modernos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas reivindicações; e culturas próprias nas formas como articulam e encaminham suas demandas.

De acordo com Gohn (1997), o paradigma latino-americano dos movimentos sociais historicamente concentrou-se principalmente nos movimentos emancipatórios ou identitários como o movimento negro, indígena e feminista etc.; nos movimentos urbanos por bens e equipamentos coletivos e nos movimentos rurais pelo direito à terra. Todavia, para que se possa compreender a atual conjuntura dos movimentos sociais latino-americanos, é necessário perpassar pelos contextos históricos que construíram a complexidade de tais movimentos:

O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma "naturalização" das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização (Gohn, 1997, p. 226).

À vista disto, é somente após o fim das ditaduras militares no final dos anos 70 e anos 80, que o período de redemocratização das sociedades latino-americanas se inicia e com isto, o número de movimentos sociais cresce e a visão clientelista é confrontada por uma visão reivindicadora de direitos sociais coletivos dos grupos populacionais oprimidos. Através desta nova visão, surgem os novos movimentos sociais libertários, que lutam pela inclusão social de diferentes indivíduos e demandas não amparadas pelo Estado.

Além disto, Gohn (1997) também categoriza os movimentos sociais em três formatos organizativos, o primeiro é referente aos movimentos de luta identitária, o segundo é pela luta de melhores condições de vida e de trabalho e o terceiro, concerne os movimentos que atuam na esfera sociopolítica e cultural. O movimento social negro, portanto, está inserido no

movimento social organizativo de cunho identitário, visto que suas reivindicações estão inseridas na esfera da luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais da população negra. Desta forma, suas articulações e mobilizações estão centrados no desenvolvimento de ferramentas estratégicas de luta pela inclusão social do negro (a) e a superação do racismo na sociedade brasileira (Cf. DOMINGUES, 2007).

Assim, Maria da Gloria Gohn (2008) afirma que os movimentos sociais contemporâneos caracterizam-se como expressão de uma ação coletiva, derivada de uma luta social, política, econômica ou cultural, assim como reivindicam demandas identitárias; possuem lideranças que articulam mobilizações desde a oralidade aos recursos tecnológicos disponíveis atualmente; organizam projetos para atender suas demandas e têm autonomia para sustentarem suas reivindicações. Entretanto, apesar de muito ter se acompanhado a respeito das históricas ações coletivas destes movimentos, na maioria dos países latino-americanos pouco se teorizou a respeito das articulações e estratégias adotadas pelos movimentos sociais em suas reivindicações. Sendo tal teorização em grande parte restrita aos programas de pós-graduação de países como Brasil e Argentina.

A teorização acerca da atuação e reivindicações dos novos movimentos sociais na América Latina é de suma importância na construção de uma epistemologia transmoderna, onde seja possível ocorrer um diálogo crítico intercultural transversal entre as nações do sul global, com o intuito de conectar diferentes periferias e suas lutas por emancipação (Cf. Dussel, 2016). É neste limiar que se faz necessária a atuação daqueles que teorizam, refletem intelectualmente sobre as práticas dos novos movimentos sociais e comprometem-se com os direitos humanos.

A respeito disso, o pensador espanhol Herrera Flores pontua:

[...] a verdade é posta por aqueles que lutam pelos direitos. A nós compete o papel de colocar as frases. E esse é o único modo de ir complementando a teoria com a prática e com as dinâmicas sociais: chave do critério de verdade de toda reflexão intelectual (2009, p.25).

O papel dos teóricos dos novos movimentos sociais também engajados na luta por direitos, portanto, pode ser relevante a partir de uma reflexão acadêmica em conjunto com as ações e práticas dos movimentos sociais em seus respectivos contextos históricos de lutas sociais pela dignidade humana, isto é, pelo direito ao acesso igualitário aos bens que tornam a vida digna de ser vivida (Cf. Flores, 2009).

A teorização da luta por direitos na América Latina não se restringe somente as atuações dos movimentos sociais e suas reivindicações, também é construída através dos questionamentos acerca dos padrões de poder e de cultura pelos quais os direitos são pensados e influenciados nas sociedades do sul global. É importante assinalar que a perspectiva tradicional e hegemônica dos direitos humanos surgiu em um contexto eurocêntrico, voltado para o homem branco, proprietário, europeu, cristão e heterossexual, mas afirmou-se como perspectiva universal de uma sociedade onde “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Para o autor espanhol David Sánchez Rubio (2014), a perspectiva eurocêntrica dos direitos humanos pode ser encarada como uma espécie de terno com gravata restritamente construído para um corpo concreto - do homem branco europeu -, excluindo a existência de outras corporalidades como a indígena, negra e feminina. O ocidente como referente único de humanidade e de sistema de valores, acarreta no não reconhecimento e destruição de outras formas de ver e se pensar o mundo. A luta por direitos como uma luta pela dignidade humana, não deve ser traduzida somente como uma luta dos movimentos sociais ocidentais, é imprescindível abarcar no “terno” dos direitos humanos as diferentes concepções culturais de dignidade humana presentes em sociedades fora do eixo do norte global.

Todas as culturas possuem diferentes concepções de dignidade humana, mas nem todas a concebem sob a forma de direitos humanos. O que há que ser feito é encontrar os denominadores comuns e diferenças entre direitos humanos produzidos no ocidente e os equivalentes isomórficos que possuem um estágio similar ou nível de importância equivalente nas culturas que o defendem (Rubio, 2014, p.51).

Pensar numa proposta intercultural e complexa de direitos humanos não é romper abruptamente com a herança prática, filosófica e conceitual europeia, mas trata-se de descolonizar o direito pensado pelo e para o homem branco europeu como a única perspectiva de direitos humanos e dignidade humana válida e universal. Por conseguinte, a descolonização do enfoque eurocêntrico dos direitos humanos demanda a adição de diferentes perspectivas culturais, visando o seu enriquecimento e a ampliação de sua legitimidade como formador de ferramentas de emancipação para os povos que lutam por uma vida digna de ser vivida.

As lutas dos movimentos sociais pela conquista de direitos sociais, políticos, culturais e econômicos, para além de sua importância na desconstrução da perspectiva eurocêntrica de direitos humanos, são também imprescindíveis para a descolonização das estruturas de conhecimento das universidades ocidentalizadas do sul global (Cf. Grosfoguel, 2013). Assim

como na perspectiva hegemônica dos direitos humanos, o conhecimento produzido na América Latina também se encontra focado no sistema eurocêntrico de ver e se pensar o mundo. Logo, a atuação dos novos movimentos sociais latino-americanos torna-se um dos principais instrumentos de um projeto decolonial que luta por uma sociedade transmoderna e intercultural.

Em sequência, nos atemos a atuação do movimento negro paraense em âmbito acadêmico durante a luta pela implantação das cotas étnico-raciais na UFPA, visto que o CEDENPA foi o precursor do debate acerca do tema na Universidade. Desta forma, faz-se necessário nos referirmos a respeito das políticas de ação afirmativa⁷, cujo conceito definimos como “um conjunto de políticas públicas e privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional” (DE DEUS, 2008, p. 208, *apud* BARBOSA, 2001, p. 42-43). Assim sendo, o principal objetivo desta política é efetivar a igualdade de oportunidades entre todos os seres humanos, independente dos aspectos que os diferenciam socialmente.

No Brasil, desde a década de 40, o movimento negro passou a apresentar propostas visando à promoção da população afro-brasileira, influenciados pelo o que hoje conhecemos como políticas de ação afirmativa. Porém, foi somente no ano de 1997 que a primeira definição de ação afirmativa surge no país, através do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a valorização da População negra. O respectivo órgão foi criado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, após décadas de pressão do movimento negro na esfera estatal. O Grupo define a ação afirmativa como uma medida que tem como objetivo:

[...] eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (MOEHLECKE, 2002, p. 201, *apud* SANTOS, 1999, p. 25).

⁷⁷ O termo “ação afirmativa” foi primeiramente cunhado nos Estados Unidos no ano de 1963, pelo então presidente J. F. Kennedy, com o intuito de nomear um conjunto de políticas públicas e privadas criadas na tentativa de corrigir os erros cometidos outrora por um país racialmente segregado e ainda profundamente racista. Pois, mesmo após o início da derrocada das leis segregacionistas no país, o movimento negro apoiado pelas bases progressistas estadunidenses, saiu às ruas reivindicando também a criação de políticas compensatórias para positivar as chances de mobilidade social da população afro-americana que fora historicamente discriminada. Contudo, apesar do respectivo termo ter surgido nos Estados Unidos na década de 1960, alguns países fundaram políticas baseadas no mesmo princípio, bem antes do decreto presidencial estadunidense. Foi o caso da Índia, que em 1948 formulou o artigo 16 de sua constituição, estabelecendo cotas para membros de “castas catalogadas” e posteriormente, também para “tribos catalogadas” e da Malásia na década seguinte, com a criação de um sistema de cotas para estimular a participação política da etnia Bumiputra, os malaios diminuídos frente à supremacia econômica chinesa e indiana no país (De Deus, 2008).

Em contrapartida, antes mesmo do surgimento desta primeira definição de ação afirmativa, o conceito já havia tomado forma no parlamento brasileiro em 1983, mediante o Projeto de Lei nº 1.332/1983, que continha propostas para a reversão das desigualdades raciais e combate ao racismo. Tal projeto foi pensado pelo grande poeta, professor e ativista Abdias do Nascimento, durante o seu mandato como deputado federal. De acordo com a pesquisadora Sabrina Moehlecke (2002, p. 204), a lei consistia nas seguintes propostas:

[...] reserva de 20% das vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como a introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil.

Somente após décadas de luta e ativismo, que algumas das propostas apresentadas por Abdias do Nascimento, de fato seriam acatadas pelo Estado. Exemplo disto foi a aprovação da Lei nº 9.394/96, que tornou obrigatório o estudo do conteúdo de história e cultura africanas e afro-brasileiras em todo o currículo oficial das redes de ensino. Isto demonstra o quão revolucionárias foram as propostas pensadas por Abdias do Nascimento, durante a sua trajetória política. Posteriormente ainda na década de 80, ocorreram outros três importantes marcos relacionados à política de ação afirmativa e a questão racial no país. O primeiro foi acerca da criação da Fundação Cultural Palmares em 1988, em celebração aos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, e objetivando promover a ascensão da população afro-brasileira. Em seguida, deu-se a promulgação da constituição do Brasil de 1988, propondo novidades acerca dos direitos sociais das mulheres, sua proteção no mercado de trabalho e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes (Cf. MOEHLECKE, 2002).

Após brevemente pontuarmos estes importantes conceitos teóricos que estarão presentes ao longo deste trabalho, adentraremos no âmago deste texto, que é a investigação acerca dos processos de estratégias, discussões, embates e posterior aprovação do sistema de cotas na UFPA, através do protagonismo do movimento negro que liderou todas as etapas até a implantação da respectiva ação afirmativa. Assim, a minha pergunta de pesquisa refere-se a como o CEDENPA traçou a sua estratégia para iniciar o debate sobre cotas na Universidade e posteriormente, como logrou criar um Grupo de Trabalho que construiu uma proposta inédita de ação afirmativa antirracista na Amazônia Brasileira. Para isto, analisaremos as ações,

investidas e embates da Entidade em âmbito acadêmico, com o enfoque na atuação antirracista da Entidade em uma universidade amazônica estruturalmente marcada por práticas racistas.

Diferentemente dos estudos já feitos a respeito do processo de implantação das cotas na UFPA, o presente trabalho não pretende universalizar o debate sobre políticas de ação afirmativa, como se as relações raciais no Estado do Pará e na Amazônia brasileira fossem aptas a comparativos nacionais. Como já dito, o ser negro (a) na Amazônia difere essencialmente do ser negro (a) em outras regiões do Brasil, e por esta razão, este trabalho opta por narrar o processo de implantação das cotas sob o viés da atuação do movimento negro paraense. A trajetória do CEDENPA em âmbito acadêmico e os importantes frutos colhidos através dos embates traçados na UFPA ainda são pouco conhecidos pelo movimento negro organizado nacional e pela academia brasileira, portanto, dissertar sobre o protagonismo de uma Entidade antirracista amazônica e suas conquistas, ultrapassa o objetivo acadêmico e torna-se uma ferramenta política de visibilização de lutas de outras negritudes para além do eixo centro-sul.

Para a construção e o desenvolvimento metodológica do presente trabalho de pesquisa fez-se uso do método qualitativo, com o enfoque em pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O conceito de pesquisa qualitativa proposto é referente a uma abordagem metodológica que considera a sobreposição entre o sentido que o sujeito pesquisado dá ao seu mundo, e as “lentes” que o sujeito pesquisador utiliza para olhar a realidade, compreendendo-a no mesmo movimento em que compreende este sentido do “outro”, em face da realidade sócio histórica (Cf. AUGÉ, 1999 *apud* CARDOSO; BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA, 2015). No que concerne a pesquisa documental, a definimos como “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21). Assim, foram consultados diversos documentos, tais como, atas, jornais, livretos, revistas, memorandos, relatórios, entre outros, com o objetivo de remontar a histórica trajetória do CEDENPA à nível social e acadêmico, com o foco nos anos de 1980 a 2005 – ano de fundação da Entidade ao ano de aprovação das cotas na UFPA. A maior parte de tais documentos foram consultados através do endereço eletrônico da respectiva Entidade, que mantém um importante acervo de documentos online.

No que refere a pesquisa de cunho bibliográfico, a mesma “(...) implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA, MOTO, 2007, p. 38). Isto é, a construção do presente trabalho

de pesquisa perpassou artigos científicos, dissertações, teses e obras literárias, que dialogam diretamente com as questões levantadas neste texto e foram de suma importância para analisar as relações raciais na Amazônia brasileira e os meandros políticos e sociais do protagonismo do movimento negro paraense em âmbito acadêmico.

Dentre os teóricos citados neste trabalho, destacam-se o historiador paraense Vicente Salles (1971), como uma referência fundadora para localizar a historicidade dos estudos sobre negritude na Amazônia; a Professora Zélia Amador de Deus (1987; 2008) e a ativista Nilma Bentes (2002; 2010), como duas das mais importantes vozes do movimento negro na Academia paraense e para além dela; Mônica Conrado, Marilu Campelo e Alan Ribeiro (2015), como autores importantes que têm como foco os estudos acerca das relações raciais na Amazônia brasileira; Petrônio Domingues (2007; 2008), como um dos principais teóricos que pontuam e analisam a trajetória do movimento negro no Brasil; dentre outros.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, cada um contando com dois tópicos. No primeiro capítulo intitulado **“Entre Quilombos e Cabanos: um breve histórico do movimento negro organizado no Brasil”**, recontaremos dois importantes fatos históricos de mobilização negra que influenciaram o surgimento do movimento negro à nível nacional e regional, sendo tais episódios a história de resistência do Quilombo de Palmares e a revolta popular da Cabanagem. Os respectivos marcos de luta foram elegidos com o intuito de criar um elo entre os dois seguintes tópicos do capítulo, que chamam-se **“A trajetória do movimento negro nacional”** e **“O surgimento e a consolidação do CEDENPA”**, visto que Palmares é um marco de luta negra que influenciou o movimento negro de todo o país e a Cabanagem trata-se de uma referência mais relevante na luta regional do movimento negro amazônico.

No segundo capítulo, **“A UFPA e as estratégias e ações antirracistas do CEDENPA em âmbito acadêmico”**, adentraremos a atuação e militância do CEDENPA dentro dos muros da Universidade, para que possamos melhor compreender como seu deu a sua trajetória de luta pela implantação das cotas na UFPA. Desta forma, no primeiro tópico chamado **“A UFPA e contexto periférico amazônico”**, iremos examinar a Universidade, a comunidade e o contexto acadêmico no qual as ações do movimento negro na academia estão inseridas. Após isto, conheceremos algumas das mais importantes atividades antirracistas já realizadas pelo CEDENPA na UFPA, com destaque ao GEAM e ao seu papel na construção do debate sobre negritude amazônica e cotas na Instituição, através do segundo tópico intitulado **“O Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) e outros projetos”**.

No terceiro e último capítulo, **“O CEDENPA e a aprovação das cotas étnico-raciais na UFPA”**, culminaremos na narrativa da atuação do CEDENPA durante o processo de articulação e construção da proposta de cotas raciais através do engajamento de seus membros do Grupo de Trabalho de Políticas de Ações Afirmativas para Grupos Étnicos Discriminados da UFPA. Assim, no primeiro tópico, **“As investidas e embates do CEDENPA no campo político da UFPA”**, apresentaremos os conflitos retóricos e atos de ódio ocasionados pela postura militante do movimento negro na Universidade, ao se empenharem em trazer o debate sobre cotas raciais para a comunidade acadêmica. Por fim, no segundo tópico, **“A aprovação da resolução de Nº 3.361/2005”**, narraremos a sessão extraordinária que pôs em votação a proposta de cotas raciais cunhada pelo movimento negro paraense, perpassando pelos mais importantes pontos de coalisão entre os discursos favoráveis e contrários a implantação de um sistema de cotas de caráter racial em uma universidade localizada no “paraíso racial” amazônico.

I. ENTRE QUILOMBOS E CABANOS: UM BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO NEGRO ORGANIZADO NO BRASIL

Em um primeiro momento, o presente trabalho propõe um necessário olhar a dois episódios marcantes de mobilização negra e popular no Brasil, anteriores a consolidação do país como República. Perpassar por estes episódios é de suma importância para compreender o legado pelo qual o movimento negro brasileiro, de norte a sul, foi influenciado em suas pautas de luta e mobilizações. Assim, primeiramente será abordada a história de luta e resistência do Quilombo dos Palmares e a simbologia do papel de seu líder para o movimento negro nacional, e após isto, estará em destaque a revolta popular da Cabanagem, considerada a primeira insurreição popular que tomou o poder⁸.

As primeiras mobilizações negras no território brasileiro, ainda de cunho precário e clandestino, datam do período escravagista do Brasil Colônia, caracterizando-se como a fuga de africanos escravizados para os quilombos afastados das fazendas⁹. Acerca deste ato de fuga e do significado dos quilombos para os povos africanos escravizados, o etnólogo Edison Carneiro, afirma:

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos (1958, p. 14).

Em outras palavras, o quilombo transcende a ideia de esconderijo, pois aporta a simbologia de um lugar de contra aculturação de um povo, ao tornar-se espaço de rebeldia para com o sistema vigente e, conseqüentemente, restaurador das práticas e valores africanos. Tal ato de descontentamento com a realidade escravagista colonial se via mais presente em regiões nas quais a economia não prosperava e onde o tráfico de africanos escravizados era mais preponderante, acarretando na frouxidão da disciplina escravista.

Dentre todas as ocupações de quilombos, a mais emblemática ocorreu no Quilombo dos Palmares,

⁸Ver mais em: PRADO JR. Caio, *Evolução política do Brasil*, SP, Brasiliense, 1972.

⁹ Os quilombos surgem nas regiões de grande concentração de mão de obra escrava, como esconderijo dos povos africanos que logravam fugir do sistema escravista colonial vigente no Brasil durante os séculos XV a XIX. Estes espaços eram localizados em áreas remotas, como em matas e selvas, e logo se transformaram em aldeias. Milhares de descendentes destes povos outrora escravizados continuam a habitar os quilombos de seus antepassados até os presentes dias. Sobre Quilombos ver mais em: LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf.

localizado na Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco¹⁰, por concentrar uma enorme gama de negros (as) escravizados fugitivos e por resistir fortemente às investidas dos soldados portugueses. Em meados de 1640, Palmares já era formado por nove aldeias: Andalaquituche, Macaco, Subupira, Aqualtene, Dambrabanga, Zumbi, Tabocas, Arotirene e Amaro. Apesar da dificuldade de se estimar o número de habitantes do Quilombo, supõe-se que ali viviam entre dez e vinte mil pessoas, sendo 20% desta população de origem indígena e o restante de origem africana (Cf. FUNARI, 2017).

O último e principal líder a frente deste movimento foi Zumbi dos Palmares, que apesar de ter nascido no respectivo Quilombo, foi capturado e entregue aos cuidados de sacerdotes da Igreja Católica, ainda aos seis anos de idade. Tornou-se um jovem educado, que aprendera Português e Latim, e fora batizado como “Francisco” na fé católica. Porém, aos 15 anos logrou fugir de sua realidade cristã escravista e retornou para a sua casa, o Quilombo de Palmares. Dez anos após o seu retorno, em 1675, Zumbi destaca-se como um habilidoso guerreiro em meio aos ataques das tropas portuguesas.

Tais ataques surgem influenciados pelo temor dos colonizadores portugueses acerca das dimensões que o Quilombo alcançara, ao tornar-se não só um refúgio, mas uma “República” negra, com uma economia de subsistência e um Estado democrático dissidente da Colônia (Cf. GONZALEZ, 1982). O temor a um crescente Estado negro tornou o Quilombo de Palmares no grande alvo das forças coloniais, que exigiam o seu completo fim e desaparecimento. Diante desta ameaça, Palmares passa a adotar táticas de guerra e a buscar fortes guerreiros para lutarem contra as investidas portuguesas. É no seguinte contexto de embate que a figura de Zumbi se destaca.

Portanto, em 1680, após o assassinato de seu tio Ganga Zumba¹¹, Zumbi assume o seu lugar como rei de Palmares. Dentre suas lutas mais relevantes, está a reivindicação pelo fim da escravidão colonial e pela liberdade religiosa. A sua postura de enfrentamento e desafio diante até mesmo dos bandeirantes contratados pelos Portugueses para pôr um fim em sua vida, o tornou um dos maiores

¹⁰ Hoje pertencente ao município de União do Palmares, no estado de Alagoas, região nordeste do Brasil.

¹¹ O primeiro rei do Quilombo de Palmares. Filho da princesa Aqualtune e irmão de Sabina, mãe de Zumbi dos Palmares. Zumbi entrou em conflito com seu tio e o desafiou a disputar pelo trono do reino de Palmares, porém, Ganga Zumba foi posteriormente envenenado por um dos seguidores de Zumbi. (Cf. ALVES FILHO, 1988). Para saber mais sobre os conflitos em Palmares ver: FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. Revista de história regional, v. 6, n. 1, 2007.

símbolos de liberdade dos negros (as) da história do Brasil. Entretanto, a sua coragem não o salvou da traição¹² de um antigo companheiro, que ocasionou na sua prisão e posterior execução, em 20 de Novembro de 1695.

A partir da experiência de Palmares, nasce o conceito de “Quilombismo”, como um agente capaz de “mobilizar disciplinadamente as massas negras por causa do profundo apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros” (NASCIMENTO, 1980, p. 256). No ano de 1978, o Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial (MNUCRD) define da seguinte forma o seu conceito de Quilombo e como isto reverberou na escolha do “Dia da Consciência Negra”:

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra! Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos (NASCIMENTO, 1980, p. 256).

Assim, a figura de Zumbi como herói e mártir do povo negro brasileiro, foi amplamente difundida pelos abolicionistas do período e reverbera até a atualidade, onde o dia de sua morte - 20 de Novembro - tornou-se o Dia da Consciência Negra¹³. Data esta, que nasce como símbolo de luta do movimento negro organizado em seus diversos momentos históricos, objetivando a construção de um Estado que legitime sua matriz africana e que reflita sobre a inserção do negro (a) na sociedade brasileira.

Mais de cem anos após a resistência dos Palmares, outro importante episódio de luta popular negra, índia e mestiça¹⁴ ressurgiu, desta vez, nos distantes e inóspitos povoados da antiga Província do

¹² Mais sobre a traição sofrida por Zumbi dos Palmares, ver: MACEDO, Aroldo; FAUSTINO, Oswaldo. Luana - As sementes de Zumbi. FTD Educação, 2013.

¹³ Data idealizada pelo poeta, professor e pesquisador gaúcho Oliveira Silveira, que foi um dos fundadores do Grupo Palmares, uma associação que reunia militantes e pesquisadores acerca do elemento negro e da cultura negra brasileira em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Cf. DOMINGUES, 2007).

¹⁴ Aqui entende-se como mestiços os caboclos ou tapuios, identidade étnica daqueles que nascem da mistura entre africanos, indígenas e brancos lusitanos na Amazônia brasileira. Ver mais em: LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>>. Acesso em: 10 de Julho, 2019. <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.107>>.

Grão-Pará¹⁵, no norte do Brasil. Apesar da Cabanagem¹⁶ (1835-1840) ainda ser estudada como um fenômeno reduzido por ter eclodido em uma região pouco populosa e afastada dos grandes centros urbanos do então Império brasileiro, a revolução social dos Cabanos ampliou-se por um vasto território para além da capital da respectiva Província, que hoje é Belém, capital do Estado do Pará.

A respeito da amplitude e força deste movimento de resistência, a historiadora Magda Ricci, ratifica:

Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas (2007, p.6).

À vista disto, é possível compreender a dimensão tomada pela reivindicação iniciada pelos Cabanos, que extrapolou o âmbito regional, transcendendo para uma insurreição dominada por perspectivas políticas e sociais advindas das camadas mais pobres e discriminadas do Império. Isto é, passou a existir uma espécie de patriotismo entre aqueles à margem da sociedade imperial, por terem em comum a repulsa ao mandonismo branco e português, promovendo o surgimento de uma identidade comum amazônica entre negros (as) africanos, mestiços e indígenas (Cf. RICCI, 2007). É através desta identidade comum que a pauta de reivindicações por direitos e liberdades abre precedentes para uma das maiores revoluções sociais do país.

No ano de 1835, os Cabanos em questão e a elite local formada por comerciantes e fazendeiros, apesar de guiados por razões distintas, se uniram contra o governo regencial. Enquanto os Cabanos lutavam por uma vida que levasse em conta a dignidade humana, visto que esta população vivia na mais absoluta miséria, a elite local focava os seus interesses na luta pelo poder que ainda estava concentrado nas mãos dos abastados portugueses. O que uniu ambas as lutas foi o objetivo de transformar a Província do Grão-Pará em um território independente do governo centralizador brasileiro, mas ao mesmo tempo detentor de um governo popular Cabano independente da hegemonia lusitana (Cf. HARRIS, 2010).

De acordo com o historiador Di Paolo (1986), a revolução da cabanagem ocorreu em quatro

¹⁵ Território que abrangia os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

¹⁶ Os Cabanos eram as populações de origem africana, indígena e mestiça, que viviam em humildes casas de palha aos arredores dos rios amazônicos. Além disso, o nome “Cabano” também se refere ao chapéu típico de palha muito usado até os dias de hoje pela população amazônica (Cf. RICCI, 2007).

momentos diferentes. Inicialmente ocorreu uma fase pré-revolucionária, fase essa onde a dominação portuguesa na região se intensificou, os aspectos sociopolíticos da sociedade local passaram a se desintegrar e, a partir disto, os Cabanos iniciaram um movimento étnico objetivando a criação de uma “subsociedade dos caboclos”. Este foi o cenário no qual os negros (as)¹⁷, indígenas e mestiços (as), construíram a sua luta por protagonismo na Província do Grão-Pará.

Na fase pré-revolucionária deste movimento, os Cabanos priorizaram a luta política, ao tentar impor a sua identidade cabana ao restante da região. As conspirações contra o governo central tomaram forma no interior da Província, através de nomes como o de cônego Batista Campos, que juntamente com seu grupo de autodenominados “Patriotas”, juravam fidelidade à constituição lusitana, mas exigiam a formação de um governo popular local (Cf. SANTOS, 2004). Os conspiradores foram ganhando espaço em diversas cidades da península marajoara e brevemente, o descontentamento e a repulsa ao governo central chegaram à Belém.

Com a chegada à capital no dia 07 de Janeiro de 1835, o foco do movimento tornou-se a luta social, tendo como base as reivindicações pela liberdade do povo cabano que ainda padecia com a escravidão e devia obediência aos dominadores portugueses. Liderados pelo fazendeiro Félix Antonio Clemente Malcher e o lavrador Francisco Vinagre, os cabanos revoltosos apossaram-se do palácio do governo de Belém, assassinaram o então presidente Lobo de Souza e conquistaram o poder (Cf. DI PAOLO, 1986). Desta forma, Félix Malcher foi nomeado como presidente da província, porém, seu governo não perdurou por muito tempo.

Além da forte ameaça bélica do governo regencial, o conflito de interesses entre seus líderes também enfraqueceu o primeiro governo cabano (Cf. MOURA, 2011). Malcher foi acusado de traidor pelos revoltosos, por defender as pautas das classes dominantes e apoiar a manutenção da ligação entre a Província e o Império, deturpando completamente a essência da revolução cabana¹⁸. Por esta razão, os Cabanos liderados por Francisco Vinagre se separaram do governo de Malcher e uniram forças com outra leva de Cabanos advindos do interior, desta vez sob o comando do

¹⁷ O protagonismo negro no movimento da Cabanagem foi expressivo e não homogêneo, contando com a participação de africanos e crioulos, escravizados e libertos, contrários e a favor da atuação cabana. Mais sobre o papel do negro (a) na Cabanagem, ver: (PINHEIRO, 1999); (SALLES, 1971).

¹⁸ Para saber mais sobre os conflitos de poder na Cabanagem, ver: (ROCQUE, 1984); (RICCI, 2007) e (MOURA, 2009).

seringueiro Eduardo Angelim.

Esta nova configuração da insurreição cabana logra iniciar um conflito com as tropas do governo traidor, que saem derrotadas e por consequência, Malcher é assassinado e Francisco Vinagre toma o poder apenas um mês após a primeira conquista cabana em Belém. Após esta nova empreitada dos Cabanos, o clero e o governo regencial passam a pressionar o movimento de forma ativa, ocasionando a redenção e prisão de Vinagre e a volta do governo central ao poder. A falta de coesão dos interesses dos líderes cabanos também foi preponderante para a derrocada deste segundo governo popular.

Apesar de duas derrotas seguidas, a revolução cabana se recolheu para o interior da Província em busca de mais adesão para a revolta, preparando o caminho para um novo conflito em Belém. Em 14 de Agosto de 1835, após reforçarem as tropas, agora liderados por Antonio Vinagre e Eduardo Angelim, os Cabanos mais uma vez surgem na capital do Grão-Pará. Nove dias de batalhas ocorrem, Vinagre é executado, mas a tropa cabana resiste e retoma o poder. Angelim torna-se o novo presidente do governo cabano, permanecendo na presidência da Província durante dez meses para o completo descontentamento do regime Imperial (Cf. SANTOS, 2004).

Por fim, a falta de planejamento, de propostas concretas para a consolidação de um governo popular, dissidência internas, fome e epidemia de doenças, enfraqueceram brutalmente a luta cabana. E isto, juntamente com a declaração de guerra do governo imperial, provocou o fim de uma das mais importantes revoltas revolucionárias do Brasil. O intelectual brasileiro que mais destacou a ineditude deste episódio histórico foi o sociólogo Caio Prado Jr., que afirma:

A sublevação dos cabanos é um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província, com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação política, apesar da falta de continuidade que o caracterizava, fica-lhe contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder (1972, p. 69).

A glória de um movimento revolucionário popular ter alcançado o poder na outrora Província do Grão-Pará, segue ainda vivo no imaginário da população paraense, principalmente daquela que habita o território que foi palco deste feito, a cidade de Belém do Pará. Uma importante parcela da literatura científica já produzida sobre este movimento encontra-se escrita por pesquisadores paraenses, o que demonstra o compromisso da população local em recuperar e pensar a respeito deste momento histórico ocorrido no estado do Pará.

A exemplo disso, o historiador Vicente Salles (1992) elaborou um importante estudo acerca do pensamento político-revolucionário dos Cabanos, onde caracterizou a revolução cabana sob o viés marxista, chamando a atenção para a estrutura da luta de classes que permeava a Província do Grão-Pará no século XIX. Segundo o autor, neste período a sociedade paraense estava dividida entre o lado colono, constituído por uma minoria que controlava o poder e os meios de produção; do outro lado, estava o colonizado livre vivendo em condições precárias e até mesmo piores que as enfrentadas sob o regime escravista.

A realidade Cabana, mesmo após mais de um século, ainda reflete fortemente na dinâmica político-social do estado do Pará. Símbolos disto são o bairro da “Cabanagem”¹⁹ e o monumento Memorial da Cabanagem²⁰, ambos localizados em Belém, terem se tornado hoje moradias periféricas de uma população negra, marginalizada e esquecida pelas políticas públicas do Estado. É a partir desta realidade de desigualdade econômica, social e racial, que o movimento negro paraense organizado surge no ano de 1980, também inspirado na luta e na ancestralidade cabana, objetivando a construção de uma sociedade onde a população afro-amazônica assuma o protagonismo que historicamente lhe é de direito.

1.1 A trajetória do movimento negro nacional

Ao compreendermos a magnitude das lutas históricas do povo negro e a influência de episódios como o do Quilombo de Palmares e da Revolução Cabana na resistência negra organizada a nível nacional e regional, é possível adentrar no conceito de movimento social negro²¹ que surge inspirado na força e bravura desses importantes ancestrais. Assim, de acordo com o historiador Petrônio Domingues (2007, p. 101 *apud* PINTO, 1993) o movimento negro é:

(...) a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente,

¹⁹ O bairro da Cabanagem surgiu em 1988 como produto do processo de higienização do centro de Belém, que realocou as populações mais pobres para áreas mais distantes do centro da cidade. O bairro fica localizado na região metropolitana da capital paraense e conta com uma população estimada de 27.781 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE. É também considerada uma área vermelha da cidade de Belém (Cf. COUTO; FRAZÃO, 2018). Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/democracia-e-a-cabanagem/>. Acesso em: 15 de Julho, 2019.

²⁰ O seguinte monumento foi inaugurado em 1985, em homenagem aos 150 anos da revolução cabana e por muitos anos abrigou os restos mortais de líderes cabanos como Eduardo Angelim. Para Niemayer, “o monumento representa a luta heroica da Cabanagem, aniquilada pelas forças de reação, mas ainda de pé na memória de nosso povo”. Atualmente o monumento é moradia para pessoas em situação de rua (Cf. GUARIGLIA, 1994).

²¹ Como exposto na introdução, o respectivo trabalho compreende o conceito de movimento social baseado nas reflexões da autora Maria da Glória Gohn (1997, p.17), que o define como “(...) expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”.

em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

O movimento negro²² como movimento político de mobilização racial perpassa por diversas premissas de acordo com o contexto histórico no qual surge, por esta razão, faz-se necessário a divisão sistemática destes diferentes momentos de sua organização. Tendo como base as três fases de periodização postuladas por Domingues (2007), iniciaremos abordando as principais características e os conflitos internos da primeira fase do movimento negro da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937), posteriormente da segunda fase desde a Segunda República à ditadura militar (1945-1964) e por fim, da terceira fase do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000).

No final do século XIX, especificamente no ano de 1888, é sancionada a Lei Áurea. Com isso, é oficialmente decretado o fim do regime escravista e um ano após é proclamada a República no Brasil. Em contrapartida, a população africana é libertada sem nenhum plano real de inserção no novo sistema político e social nacional, ocasionando o seu total desamparo diante das mazelas advindas de centenas de anos de escravidão. É assim que uma suposta liberdade é oferecida ao povo negro, sob o abandono e forte discriminação em uma sociedade dominada pelos brancos portugueses e seus descendentes.

Neste contexto, é através da imprensa, com a publicação de jornais voltados a população negra, até mesmo anteriores à abolição da escravatura, que os ativistas da época iniciam as denúncias contra o racismo e a opressão sofridas pelos negros (as) na capital do império (Cf. DAMASCENO, 2011). No século XX, na cidade de São Paulo pós-abolição, surgem às primeiras lutas em prol da inclusão de pretos (as) e pardos (as) na sociedade, e muitas delas surgem devido a episódios de discriminação em atividades relacionadas às áreas de lazer e recreação.

Os afro-brasileiros (as) mais abastados não eram bem-vindos nos bailes e festas organizadas pela elite branca, desta forma, muitos decidiram criar associações para organizar atividades direcionadas ao público negro. Portanto, esta foi a forma encontrada por eles para lutar contra o racismo que sofriam e ao mesmo tempo, promover a cultura entre os mesmos (Cf. SANTOS, 2007).

²² O movimento negro também pode ser compreendido como um “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (WARREN, 1987, p. 13).

Assim, para uma efetiva divulgação dos bailes e atividades recreativas, as respectivas associações faziam uso de jornais informativos.

A este respeito, o historiador Flávio dos Santos Gomes (2005, p. 29) afirma que “os primeiros jornais – basicamente com força em São Paulo, capital e interior – estavam vinculados a sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes”. A partir da década de 1920, estes jornais se expandiram, passando a divulgar outros assuntos além de eventos sociais, como matérias relacionadas à sociedade, economia e política. Por consequência, tais jornais também se tornaram veículo de discussão sobre questões raciais e de divulgação de protestos.

Durante o início da década de 20, periódicos totalmente voltados às questões políticas da população negra, surgiram principalmente no estado de São Paulo, com o mesmo tom crítico acerca das mazelas que atingiam o povo negro. É neste período, portanto, que oficialmente forma-se a “Imprensa Negra”, apesar de já existirem periódicos negros desde o fim do século XIX²³. De acordo com Gomes (2005, p. 32), o objetivo destes veículos de informação era “denunciar as condições de vida, a segregação e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades, [uma vez que] no período que se seguiu à abolição, a maior parte dessas questões esteve ausente do foco da grande imprensa”.

Entretanto, em meio a diversos periódicos negros, não imperava uma única visão e por vezes, alguns acabavam por reproduzir o discurso dominante:

Quando respaldavam a ideologia da harmonia racial, tais periódicos tanto legitimavam o discurso dominante (segundo o qual os infortúnios do negro derivavam de sua inferioridade) quanto assumiam como verdadeiros os estereótipos negativos atribuídos ao descendente de escravos (cachaceiro, vagabundo, preguiçoso, incompetente e boçal). (DOMINGUES, 2008, p. 51).

Apesar da imprensa negra não ter sido imune ao contexto histórico no qual se encontrava, ao reproduzir a visão do Brasil como um paraíso racial, o seu papel de veiculação de denúncias foi importante para o surgimento de novas formas de resistência no país. Pois, quando tais jornais focavam nas dificuldades encontradas pela população afro-brasileira em diversos âmbitos, como

²³ A “Imprensa Negra” foi um marco da mobilização negra nas primeiras décadas da República, porém é importante ressaltar que a mobilização neste período não ficou limitada a sua atuação. Os primeiros periódicos de temas acerca de raça escritos por negros (as), abordando questões como o racismo e a discriminação pós-abolição, datam do final do século XIX. Entre eles estão: O Treze de Maio (1888), A Pátria (1889), O Exemplo (1892), A Redenção (1899), O Baluarte (1903), O Propugnador (1907), O Combate (1912) e O Patrocínio (1913). (SANTOS, 2007, p. 69-70 *apud* GOMES, 2005, p. 27-47).

no acesso à saúde e educação, também se tornavam um importante espaço para pensar soluções efetivas para o combate ao racismo na sociedade brasileira (Cf. DOMINGUES, 2007).

Em meio a diferentes narrativas, o movimento dos periódicos negros era desprovido de um verdadeiro caráter político e ideológico, os mesmos não tinham um programa concreto de reivindicações. Por isto, foi somente após a articulação de editores e produtores de diferentes jornais, que o debate sobre o negro (a) no Brasil se tornou de fato uma pauta política de luta. Este encontro foi fundamental para a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB)²⁴ em 1931, que se tornou uma das mais importantes instituições de luta contra o racismo do início do século XX. Uma das principais metas da entidade era a integração plena dos negros (as) na sociedade, e acerca disto, Abdias do Nascimento afirma:

A Frente, um movimento de massas, protestava contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada, espalhando-se para vários cantos do território nacional. A segregação nos cinemas, teatros, barbearias, hotéis, restaurantes, enfim, em todo o elenco de espaços brasileiros em que o negro não entrava, constituía o alvo prioritário da Frente, maior expressão da consciência política afro-brasileira da época. (...), consciência essa formada ao reagir contra o mais evidente aspecto do racismo, a sistemática segregação e exclusão à base de critérios raciais. Tratava-se de uma consciência e uma luta de caráter integracionista, à procura de um lugar na sociedade “brasileira”, sem questionar os parâmetros euro-ocidentais dessa sociedade nem reclamar uma identidade específica cultural, social ou étnica (SANTOS, 2007, p. 76 *apud* NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2000, p. 204-206).

Assim, o foco da FNB era valorizar o negro (a) brasileiro e integrá-lo na sociedade, combatendo o mito da ausência de preconceito racial no Brasil. Porém, para tais focos se concretizarem, não acreditavam que a solução estaria em segregar negros (as) e brancos (as) como ocorreu nos Estados Unidos (Cf. OLIVEIRA, 2002). Isto é, ao mesmo tempo em que o racismo era reconhecido e denunciado pela Frente, eles não acreditavam que a integração do negro (a) na sociedade se daria sem a construção de alianças com as autoridades brancas que detinham o poder.

Neste tocante, é importante ressaltar que a visão não segregacionista da FNB está intrinsecamente relacionada a uma visão racial deturpada por um período onde estudos sobre a superioridade branca e a inferioridade negra ainda estavam em voga. Logo, o movimento vivia em uma sociedade que interpretava as mazelas do povo negro como características de uma inferioridade biológica. Dessa maneira, a atuação do movimento empenhava-se em:

²⁴ Foi formada pela *nata* da população negra paulistana, que outrora fazia parte do Centro Cívico Palmares. Instituição esta fundada em 1926 e vanguardista no tema da participação política (Cf. OLIVEIRA, 2002).

[...] eliminar os antigos hábitos, pelos quais eram discriminados e criticados, passava por um processo educacional de integração do negro na sociedade. Evidentemente, os vícios não eram decorrência da “raça”, mas consequência da situação vivida até então. Eliminá-los dependia basicamente de uma mudança no modo de vida desse grupo, desde que encontrassem trabalho, educação e possibilidades de criarem uma estrutura familiar. A Frente cobrava dos pais a responsabilidade de educar os seus filhos, mas para isso, antes, era preciso que eles próprios fossem educados, eliminando primeiramente os “vícios da raça”. (OLIVEIRA, 2002, p. 66).

Deste modo, a FNB então define a educação como a sua principal pauta de reivindicação, baseada no modelo de comportamento branco como mecanismo indissociável para a inserção de um negro (a) “sem vícios” na sociedade. Apesar de carregar visões hoje anacrônicas em seu programa político, o movimento em questão foi fruto de um período histórico do país e isto não minimiza a sua posterior influência como um dos primeiros movimentos negros organizados do Brasil²⁵.

Sua importância histórica recai de forma preponderante na origem social da maior parte de seus filiados, que eram pertencentes a uma gama humilde da sociedade brasileira, como trabalhadores de cargos subalternos, de serviços braçais, subempregados, assim como, desempregados. Além disto, as mulheres desempenharam importantes funções na Entidade, como o trabalho realizado pela Cruzada Feminina, que unia negras em prol de trabalhos assistencialistas, e a atuação da comissão feminina intitulada de Rosas negras que organizava bailes e festivais artísticos (Cf. DOMINGUES, 2008).

No ano de 1936, a Frente se registra como um partido político negro, para dar continuidade aos seus objetivos na luta negra no país. Em contrapartida, a mesma e as demais organizações políticas existentes no período, foram extintas com a chegada da Era Vargas no ano de 1937. Esta fase da história brasileira é caracterizada por seu caráter autoritarista, que proibia qualquer tipo de manifestação contestatória e de cunho político. É após a queda deste regime político, no ano de 1946, que a cena política brasileira ressurgiu, e com isso, o movimento negro se reinventa e volta a

²⁵ Além da FNB, outras entidades surgiram no mesmo período e com o mesmo propósito de reivindicar a inserção do negro na sociedade, como o Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro, a Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG, e a Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador (Cf. DOMINGUES, 2007, p. 107). A historiadora Beatriz Ana Loner (1999), também identifica duas outras entidades no sul do Brasil, em Pelotas, chamadas Centro Etiópico Monteiro Lopes e Centro Cívico Alcides Bahia.

figurar como uma importante ferramenta na luta antirracista²⁶.

Dentre estes novos movimentos organizados que surgem na chamada Segunda República (1945-1964), destaca-se a União dos Homens Negros de Cor (UHC), entidade fundada em Porto Alegre no ano 1943, pelo farmacêutico e articulista João Cabral Alves. A união contava com uma complexa estrutura, elegendo diversos nomes para cargos administrativos e de liderança, e, além disso, também contavam com um estatuto próprio. Neste documento, definiam como sua finalidade central “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (DOMINGUES, 2007, p. 108).

A atuação da UHC alcançava uma enorme gama de cidades em diferentes regiões, através de representantes localizados em ao menos 10 estados da federação. As suas atividades eram principalmente focadas na promoção de debates sobre questões raciais na imprensa, na publicação de jornais de autoria própria, oferecimento de assistência médica e jurídica, aulas de alfabetização e envolvimento em campanhas eleitorais (Cf. DOMINGUES, 2007). Este envolvimento da União em âmbito político rendeu até mesmo sua presença em uma audiência com o então presidente Getúlio Vargas, na qual tiveram a oportunidade de apresentar uma série de reivindicações voltadas à melhoria de vida da população negra.

Assim que Getúlio Vargas fora eleito Presidente da República, estivemos com Sua Excelência expondo-lhe as aspirações da UHC e pedindo o seu apoio. Queríamos que Vargas nos facilitasse os meios necessários para fundarmos escolas até mesmo profissionais e órgãos assistenciais em benefício dos pretos e pardos atirados à margem da sociedade e sofrendo mais que os brancos [...]. Nada de positivo resultou dessa entrevista. A documentação que entregamos ao então presidente da República não sabemos que destino tomou (DA SILVA, 2003, p. 231).

Apesar do fracasso na investida política com o presidente, a UHC trilhou uma trajetória com estratégias promissoras na luta pelo reconhecimento do elemento negro como parte indissociável do Estado-nação brasileiro. Para além de reivindicar a pauta da inclusão e ascensão social da população negra, a União também buscava a participação ativa dessa população na construção do projeto brasileiro de nação. Ou melhor, para o movimento era de suma importância eleger cidadãos

²⁶ De acordo com Abdias do Nascimento (2000), mesmo sob a ditadura de Getúlio Vargas, o movimento negro não sumiu completamente, contando com associações em São Paulo e no Rio de Janeiro. As entidades religiosas afro-brasileiras também continuaram ativas durante a Era Vargas.

negros (as) para cargos de poder e de tomada de decisão, para que assim pudesse ocorrer uma fundamental inserção negra na sociedade.

Outra importante entidade que surgiu nesta segunda fase do movimento negro organizado foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no ano de 1944 no Rio de Janeiro, e tendo como principais fundadores Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves²⁷. Inicialmente, o seu objetivo principal era construir um grupo de teatro formado apenas por atores negros (as), o que era completamente novo e inaceitável em meio a uma sociedade ainda dominada pela arte de origem eurocêntrica, que era encarada como arte “universal”.

Sendo assim, a imprensa e a opinião pública de forma geral, passaram a manifestar o seu repúdio a um projeto que visava segregar a sociedade, dividindo o mundo artístico em artes para brancos e artes somente para negros (as). O descontentamento da sociedade carioca impulsionou o TEN a se ampliar e ir além de uma escola de teatro, ao transformar-se em um movimento de luta em prol da população negra brasileira como um todo. A Escola de Teatro em questão,

[...] publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro [...]. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (DOMINGUES, 2007, p. 109).

Devido ao crescimento da imprensa negra de protesto neste período no país, entidades como o TEN lançaram os seus jornais, obtiveram mais abertura para divulgarem as suas atividades para um maior número de pessoas, e, por conseguinte, ampliaram o poder de alcance de suas estratégias políticas no combate à discriminação racial sofrida pelos negros (as). Concursos como “Rainha da Mulata” e “Boneca de Pixe” foram pioneiros em evidenciar a beleza negra, afetando de forma positiva a relação da mulher negra com o seu corpo e com a sua autoestima. A partir dessas experiências, o TEN reformula os seus objetivos e define as seguintes propostas como primordiais:

[...] resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte

²⁷ “Do grupo fundador participaram: Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Tibério Wilson, José Herbel, Teodorico dos Santos, Aranda Serafim, Marina Gonçalves, e logo depois vieram Ruth de Souza, Claudiano Filho, Haroldo Costa, Léa Garcia, José Maria Monteiro, José Silva, e muitos outros” (NASCIMENTO, 1980, p. 126).

(Nascimento, 2004, p. 210).

Outra razão pela qual a entidade não limitou o seu escopo de ação somente na produção de peças de teatro, foi a procedência modesta de muitos de seus trabalhadores e atores/atrizes em formação. Muitos advinham de profissões como empregadas domésticas, operários, motoristas, *office-boys* e moradores de comunidades periféricas (Cf. NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2004). E, além disto, muitos eram analfabetos, tornando a formação educacional deles, um dos mais importantes objetivos da entidade. “Em consonância com os outros movimentos, como a Frente Negra e seus herdeiros, o TEN tinha na educação a primeira prioridade de ação” (Cf. NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2004, p. 121).

De acordo com Santos (2007, p. 89), a proposta de alfabetização do TEN “tratava-se de uma ação de “reescrever o mundo” reflexiva e criticamente, questionando a dominação social e racial a que [os negros] estavam submetidos”. Neste sentido, suas ações iam além de atividades visando a inserção do negro (a) na sociedade nacional, pois tratava-se também de oferecer ferramentas capazes de desconstruir amarras e certezas influenciadas por um sistema racista e discriminador, abrindo o caminho para que a população negra fosse protagonista de sua própria história.

Para além de sua atuação no teatro e nas atividades voltadas a formação e autoestima do povo negro, uma das mais relevantes preocupações do TEN girava em torno de um dos principais obstáculos da luta negra contra o racismo, a ideologia da democracia racial²⁸. Segundo Abdias do Nascimento,

O TEN existiu como um desmascaramento sistemático da hipocrisia racial que permeia a nação. Havia e continua vigente uma filosofia de relações de raças nos fundamentos da sociedade brasileira; paradoxalmente, o nome dessa filosofia é “democracia racial”. “Democracia racial” que é um mero disfarce que as classes branco/brancóides utilizam como estratagemas, sob o qual permanecem desfrutando “ad aeternum” o monopólio dos privilégios de toda espécie. E a parte majoritária da população, de descendência africana, se mantém, por causa de tais manipulações, à margem de qualquer benefício social-econômico, transformado em autêntico cidadão desclassificado. E, além do mais, alienado de si mesmo e de seus interesses, dopado pela falaciosidade daquela “democracia racial”. Todos os trabalhadores não-negros, os imigrantes procedentes de vários países europeus, se beneficiaram do precário estado da existência negra. Muito depressa muitos desses trabalhadores não-negros se tornaram membros da classe média, enquanto alguns outros

²⁸ Tal ideologia (mito) surge após a publicação de sua espinha dorsal em 1933, o livro “*Casa Grande e Senzala*” do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. A seguinte obra foi escrita sob uma visão de mundo branca pertencente à classe dominante do país, por esta razão, tal influência foi preponderante para a introdução no imaginário brasileiro, de uma ideologia que prega a existência da harmonia racial entre negros e brancos no Brasil. Esta afirmação pressupõe como desnecessárias quaisquer movimentos, entidades e lutas contra a discriminação racial no país, visto que a sociedade brasileira é uma democracia racial (Cf. SANTOS, 2007).

atingiram os níveis econômicos e de status social da burguesia; e a mobilidade vertical de todos eles baseou-se firme e irremediavelmente sobre a miséria e a desgraça do povo negro (NASCIMENTO, 1980, p. 68-69).

Tendo em vista o embate a esta ideologia, que aliena e desclassifica o cidadão negro (a), o TEN adentrou o mundo acadêmico e passou a organizar e patrocinar eventos científicos, congressos e conferências nacionais, possibilitando a abertura de um espaço de debate e reflexão sobre a condição negra em uma sociedade onde a hipocrisia racial impera. Dentre os eventos organizados pelo TEN, destacam-se: a Convenção Nacional do Negro (1945-1946), a Conferência do Nacional do Negro (1949), e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950) (Cf. NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2004).

No entanto, na década de 1960, já após o golpe militar de 1964, entidades importantes como a UHC e a TEN se viram encurraladas pelas investidas do governo militar, que os acusavam de promover o debate e a luta acerca de um problema que supostamente era inexistente no Brasil, o racismo. Portanto, a ideologia da democracia racial então se torna uma ideologia de Estado e um projeto de nação, criando uma visão de país miscigenado que tem como intuito expropriar, dominar e converter os símbolos negros em símbolos nacionais (Cf. MUNANGA, 1999). Logo, qualquer reminiscência de movimentos identitários negros neste íterim foi duramente reprimida e fadada à clandestinidade.

[...] durante o regime militar, o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A ideia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares. A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito. (DAMASCENO, 2011, p. 42 *apud* ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 276).

Diante deste cenário repressor, o movimento negro somente se reorganiza no período de redemocratização (1978-2000) do país, no bojo dos movimentos sociais, sindicais e estudantis. Lentamente voltam a surgir entidades e associações em diferentes estados, entre elas, o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), fundado em São Paulo em 1972, e a tímida volta da Imprensa Negra com jornais como a *Árvore das Palavras* (1974) e *O Quadro* (1974), ambos de São Paulo (Cf. DOMINGUES, 2007). Conquanto, iniciativas como estas não estavam interligadas, e não eram pensadas como ferramentas de resistência negra diante de um regime racialmente opressor.

É somente no final da década de 1970, que tais entidades negras compreendem a importância e

necessidade do teor político em suas atividades, por estarem inseridas em uma sociedade que historicamente almeja o fim do movimento negro como movimento político-social. Portanto, é diante desta demanda que as entidades negras mobilizadas fundam o MUCDR²⁹. Esta fundação ocorre em um ato público, no dia 07 de Julho de 1978, em São Paulo, contando com a presença das demais entidades negras que se uniram em prol da luta antirracista.

Neste mesmo dia, acontece a primeira reunião do movimento em repúdio à discriminação sofrida por quatro jovens negros no clube de regatas Tietê e em protesto ao falecimento de Robson Silveira da luz, um homem negro trabalhador e pai de família, que foi torturado até a morte em São Paulo (Cf. DOMINGUES, 2007). Dentre o grande público presente, estavam nomes importantes do movimento negro, como o fundador do TEN, Abdias do Nascimento, que classificou o evento como inesquecível, por vislumbrar um futuro promissor nesta nova fase de resistência do povo negro brasileiro:

Já em julho de 1978, havia voltado rapidamente ao Brasil e participado da fundação do Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial. O ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foi um momento inesquecível, ainda em pleno regime militar. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, participamos de reuniões de consolidação do movimento, sempre com a presença da saudosa irmã Lélia González. Foi ao mesmo tempo um início e um momento culminante, pois a fundação do MNU deu expressão a toda uma nova militância negra, que vinha se firmando através da década de 1970 (NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2000, p. 219).

Segundo Pereira (2010), a criação de um movimento negro brasileiro contemporâneo, foi apenas possível graças ao contexto histórico de “abertura política” que o país vivia sob o regime do general Geisel durante a ditadura militar³⁰. Neste período, o MNU encontrou espaço para questionar e contestar o mito da democracia racial fortemente disseminado durante o regime, com isso convencendo os demais grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial no Brasil, e conseqüentemente, contribuindo com a melhor organização do movimento negro nacional (Cf. ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006).

Além disso, de acordo com Domingues (2007), o protesto negro brasileiro contemporâneo foi

²⁹ Durante a primeira Assembleia de organização e estruturação mínima do MUCDR, ocorrida no dia 23 de Julho de 1978, é acordada a mudança de nome do movimento para “Movimento Negro Organizado” (MNU) (Cf. SANTOS, 2007). A ideia de inserir a palavra “negro” se deu pela especificidade do movimento que tinha como protagonista a população afro-brasileira, ao invés de todas as minorias que sofriam discriminação racial no país (Cf. PEREIRA, 2010).

³⁰ O processo de liberação lenta e gradual do regime militar iniciou no ano de 1974, durante os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), chegando ao seu fim em 1988 com a promulgação da nova Constituição (Cf. CARVALHO, 2005).

influenciado por lutas externas, tais como a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, e a luta dos movimentos de libertação de países africanos, sobretudo luso-africanos, como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Estas lutas inspiraram o MNU a assumir um discurso mais crítico e radicalizado acerca da discriminação racial, e isto também ressoou na construção de seu projeto de ação, que defendia as seguintes reivindicações “mínimas”:

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DAMASCENO, 2011, p. 43-44 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 114).

A reivindicação acerca da transformação do movimento negro em movimento de massas foi uma das mais importantes missões do MNU, que marcou a história do país por ter desenvolvido a proposta de unificar a luta de todas as entidades e organizações antirracistas ao redor do Brasil (Cf. GONZALES, 1982). O cerne do MNU nesta nova fase da militância negra no Brasil foi a organização marxista, de viés trotskista, denominada Convergência Socialista. Pois, esta foi a escola de formação política e ideológica de grandes nomes do movimento negro nacional, que compreendiam que a luta antirracista deveria estar unida a luta revolucionária anticapitalista (Cf. DOMINGUES, 2007).

Em suma, as reivindicações e pautas do MNU lograram alcançar visibilidade nacional, e é neste momento que a grande imprensa descobre que existe um movimento negro organizado no Brasil (Cf. CUNHA JR, 1992). A popularidade do movimento abre margem para uma luta mais efetiva contra o mito da democracia racial, com a guinada da militância negra nos debates acerca da identidade negra no país. Para Domingues (2007), esta militância negra “africanizou-se”, ao resgatar suas raízes ancestrais, incorporando o padrão de beleza, a indumentária e a culinária africana em seus comportamentos.

Quando as discussões a respeito do conceito de negritude passam a fazer parte da pauta do MNU, surge uma campanha política contra a mestiçagem, que passa a ser interpretada como uma histórica estratégia das elites para provocar o genocídio do povo negro no Brasil³¹. Esta campanha ressoa

³¹ De acordo com Abdias do Nascimento, os africanos passaram a ser vistos como uma “ameaça racial” durante o período colonial, o que ocasionou na criação da identidade do mulato como principal arma usada com o intuito de

em todo o território nacional, influenciando no surgimento de diferentes entidades negras, de norte a sul do país, principalmente entre o final da década de 1970 e início dos anos 80. Dentre tais entidades, está o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), um movimento negro que surge em meio a um território historicamente interpretado como um paraíso racial³², a Amazônia brasileira.

1.2 O surgimento e a consolidação do CEDENPA

Ao se pensar a expressividade do protagonismo negro no Estado do Pará e nas demais regiões amazônicas, diversos aspectos culturais se sobressaem, dentre eles a influência negra na culinária, na música e nas danças típicas nortistas. No entanto, tais influências ainda são interpretadas sob uma ótica mestiça, ocasionando o encobrimento do segmento negro diante das matrizes indígenas e, até mesmo, europeias na região³³. Esta histórica invisibilidade do negro (a) no Pará legou a criação de movimentos políticos de resistência na região, que a partir da década de 1980, culminaram em diferentes entidades e associações em prol da luta pela equidade racial e contra o racismo.

Dentre tais movimentos de resistência, destaca-se a criação do CEDENPA, que foi a primeira organização voltada à luta pelos direitos das populações negras paraenses, e, por conseguinte, de todo o elemento afro-amazônico³⁴ historicamente relegado da região norte do país. O CEDENPA foi criado e fundado por militantes negros (as) em 10 de Agosto de 1980, e foi posteriormente legalizado em 29 de Abril de 1982, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. O Centro se define como uma entidade sem fins lucrativos e sem vínculos partidários.

De acordo com Zélia Amador de Deus (1987), o surgimento do CEDENPA se iniciou em 1979, no ano em que alguns militantes negros (as) passaram a se reunir, objetivando a criação de uma proposta de Entidade que denunciasse e lutasse contra o racismo, em um período de abertura

liquidar a raça negra no país. Mais sobre o genocídio do negro no Brasil, ver: NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

³² Sobre a ideia de Brasil como um paraíso racial, uma sociedade sem linha de “cor”, ver o histórico sociológico do termo em: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

³³ “Na Amazônia, contudo, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída, e até negada, no conjunto dos seus valores constitutivos. O negro, menos ainda que o branco europeu, vale dizer o lusitano, quase nada teria deixado de sua presença na região” (SALLES, 1971, p. 69).

³⁴ Sobre a histórica relação das matrizes africanas, indígenas e brancas na Amazônia brasileira, ver: (SALLES, 1971) e (CHAMBOULEYRON, 2010).

democrática³⁵. O grupo, ainda pequeno em números, logo começou a articular manifestações em Belém nas simbólicas datas de 13 de Maio, dia da abolição da escravatura, e 20 de Novembro, dia da consciência negra. Entretanto, fora somente em 20 de Novembro de 1980, data em que o grupo se estruturou como movimento político-social³⁶, que sua principal estratégia se converteu em conquistar e ocupar os espaços de poder da capital paraense.

A partir desta nova estruturação, o CEDENPA principiou suas articulações com os movimentos negros da região norte e nordeste, participando de reuniões que visavam criar a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SPDDH) no Pará e do Encontro de Negros que ocorreu na cidade de Alagoas em 1980. Tal encontro realizado no nordeste do país foi pensado e planejado por importantes lideranças do movimento negro nacional, dentre elas o poeta e ativista Abdias do Nascimento, com o intuito de criar o Memorial Zumbi.³⁷ Porém, para além deste objetivo, o encontro também influenciou na fundação oficial do CEDENPA, como entidade antirracista afro-amazônica.

Pois, foi após este período de articulações com outros movimentos do país, que o CEDENPA inicia uma série de reuniões que resultaram na fundação da Entidade, no dia 10 de Agosto de 1980. Posteriormente no dia 16 de Agosto de 1981, ocorreu uma reunião no município de Castanhal-Apeú para a aprovação do estatuto, da carta de princípios construída pelos membros e para a eleição da primeira coordenação. No que se refere a este estatuto e as medidas adotadas pelo Centro para atingir as suas metas, o CEDENPA então elegeu nortear-se por três diferentes campos de ação:

a) Estimular o aumento da autoestima coletiva do segmento negro. A maioria da população negra foi ensinada e aprendeu que pertence a uma raça inferior, por isso, muitas vezes não reage às discriminações perpetradas por agentes do Estado e/ou da Sociedade Civil. Trabalhar para eliminar e neutralizar os efeitos dessas e de outras ideologias que estimulam o segmento negro a se manter “desmobilizado”, é uma das tarefas importantes da Entidade, inclusive através da valorização da afro-cultura ancestral;

b) Estimular o segmento negro a lutar por uma cidadania plena. A população está concentrada na faixa de baixa renda da população, em todos os estados do Brasil. Em sociedade hierarquizada como a nossa, se não existisse as barreiras do racismo, o segmento negro estaria representado proporcionalmente em todas as camadas sociais – tal

³⁵ Em 1979, João Baptista Figueiredo, tomou posse como o último presidente da ditadura militar, continuando a abertura política do governo de Ernesto Geisel.

³⁶ Aqui se compreende o conceito de movimento social baseado nas reflexões da autora Maria da Glória Gohn (1997, p.17), que o define como “(...) expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”.

³⁷ Fundado em 1980 na região da Serra da Barriga, em Alagoas, onde existiu por cerca de cem anos, o Quilombo de Palmares. Sua atuação sociopolítica deu origem a Fundação Cultural Palmares em 1989 (Cf. SANTOS, 1995).

como ocorre, por exemplo, com as mulheres e homossexuais, segmentos também discriminados, mas que têm representatividades nas classes de alta e média renda. Trabalhar para que o segmento negro tenha ciência de seus direitos e exija oportunidades iguais em todas as áreas da vida social – educação, formal, informal e profissional; participação no corpo diplomático, generalato, empresariado, e tudo o mais.

c) Participar das mais diversas articulações que se liguem à luta em favor da eliminação das hierarquias sociais é, também, uma tarefa básica do CEDENPA, levando em conta que a estratificação social é uma das principais fontes geradoras de desigualdades sociais. (BENTES, 2010, p. 12-13).

Desta forma, o compromisso constitucional da entidade é contribuir na eliminação de todos os mecanismos que produzam a discriminação racial, mediante o estímulo da autoestima da população negra, através da proposição de políticas públicas adequadas e de outras ações necessárias à construção da equidade racial no contexto afro-amazônico. Por esta razão, ao longo destes quase 40 anos de atividade, o CEDENPA contribuiu avidamente no debate acerca do racismo e suas mazelas no Estado do Pará.

Uma das primeiras ações históricas do CEDENPA como movimento sociopolítico foi o êxito em aprovar a inclusão de um artigo que trata de justiça compensatória na Constituição Estadual Paraense decretada em 1989, sendo a mesma a seguinte:

Artigo 336 – O princípio da igualdade deve ser aplicado pelo Poder Público, levando em conta a necessidade de tratar, desigualmente, os desiguais, na medida em que foram ou sejam injustamente desiguados, visando a compensar pessoas vítimas de discriminação.

Parágrafo único – Dentre outras medidas compensatórias, tomadas para superar as desigualdades de fato, incluem-se as que estabelecem preferências a pessoas discriminadas a fim de lhes garantir participação igualitária no mercado de trabalho, na educação, na saúde e nos demais direitos sociais. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, 2011)³⁸.

A aprovação do respectivo artigo demonstra que a estratégia do CEDENPA em ocupar os espaços de poder, construindo um caminho de acesso aos dispositivos legislativos, iniciou-se com sucesso. Assim, no mesmo ano de 1989, a entidade conquistou outra importante inserção na Constituição Estadual, desta vez no tocante ao direito à terra das comunidades quilombolas do Estado do Pará. O Artigo 322 foi aprovado com a seguinte redação:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição. (TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, p. 34, 2009).

³⁸ Consultado e disponível em: <http://www.legispara.pa.gov.br/constitucao-do-estado>. Acesso em: 14 de Maio, 2019.

Apesar de o caminho ter sido lento até que se efetivasse o direito das comunidades quilombolas sobre suas terras, a atuação do CEDENPA garantiu o primeiro passo para o Estado do Pará se tornar pioneiro na titulação de terras quilombolas, com 53 áreas tituladas de um espectro de 62 comunidades reconhecidas pelo o Estado (Cf. CANALI, 2018)³⁹. Isto é, dentre as 178 comunidades quilombolas reconhecidas no país, 62 estão no Pará e grande parte delas já têm a titularidade de suas terras. Logo, além de ter sido o primeiro estado a titular terras em favor de quilombos, o Pará também é o que mais reconheceu hectares para esta comunidade no país.

Para além das duas inserções anteriores já citadas, a entidade também aprovou outros três importantes artigos que têm como intuito o combate à discriminação racial:

Art. 273. As instituições educacionais de qualquer natureza ministrarão o ensino com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal e mais os seguintes:

I - direito de acesso e permanência na escola para qualquer pessoa, vedadas distinções baseadas na origem, raça, sexo, idade, religião, preferência política ou classe social;

Art. 277. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar, além do exigido no artigo 210 da Constituição Federal, o seguinte:

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas, podendo versar sobre quaisquer religiões, inclusive afro-brasileiras, estrangeiras ou indígenas.

Art. 286. Constituem patrimônio cultural paraense os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade paraense.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá:

b) as manifestações culturais e populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, 1989).

O CEDENPA, assim como o movimento negro brasileiro como um todo⁴⁰, lutou desde a década de 1980, por uma reforma educacional que levasse em conta a educação e a pluralidade étnico-racial brasileira, adicionando no currículo escolar disciplinas que exaltassem a diversidade religiosa e cultural do país, principalmente as de cunho afro-brasileiro. A identidade e a ancestralidade negra nas escolas foram historicamente renegadas pelo Conselho Nacional de Educação, portanto, a atuação do movimento negro e suas ativas proposições nesta área, foram de suma importância para

³⁹ Disponível em: <https://www.seplan.pa.gov.br/com-53-%C3%A1reas-tituladas-par%C3%A1-o-estado-que-mais-reconhece-comunidades-quilombolas> Acesso em: 14 de Maio, 2019.

⁴⁰ A respeito da atuação do movimento negro nacional no processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, ver mais em: (OLIVEIRA; LINS, 2014); (GATINHO, 2008).

a construção de uma educação das relações étnico-raciais (Cf. GATINHO, 2008).

Assim sendo, desde a sua primeira década de fundação, o CEDENPA vem encabeçando um movimento de luta, de conquista e preservação de direitos do segmento negro, desde populações urbanas a populações quilombolas. Isto demonstra que a entidade passou a atuar em diversas esferas políticas, garantindo o direito à educação para todos, promovendo a liberdade religiosa nas escolas e estimulando a diversidade étnica e cultural no Estado do Pará.

Em meio a gama de conquistas já alcançadas pelo CEDENPA, destaca-se a sua participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁴¹, no ano de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. O Brasil enviou a segunda maior delegação para a conferência, apenas perdendo em números para a delegação do país anfitrião. A maciça participação Brasileira tornou o evento um marco na mobilização das organizações negras tupiniquins (Cf. CARNEIRO, 2002).

Apesar de inicialmente não estarem muito certos da real possibilidade de participarem da Conferência de Durban, os membros do CEDENPA procuraram seguir as regras do jogo burocrático com o intuito de construir o caminho que os levaria para a África do Sul. Desta maneira, coletaram um grande número de instruções através de *sites* e informações recebidas por correio eletrônico, que os ajudaram a se familiarizar com o processo de seleção e estarem a par acerca dos temas a serem tratados durante o evento (Cf. BENTES, 2002).

Para que a Entidade pudesse garantir a sua participação na Conferência, era imprescindível estar presente em pelo menos uma das reuniões preparatórias. De acordo com Nilma Bentes (2002), um importante passo para isto se concretizar foi a inclusão do CEDENPA na Articulação de ONGs de Mulheres Negras rumo à III Conferência, o que tornou o caminho rumo à Durban menos dificultoso. Porém, ainda assim, este foi um momento bastante laborioso para os membros da Entidade, visto que precisaram se dedicar duplamente com a organização das atividades regionais e com a preparação para concorrer à oportunidade de estar presente em um evento que marcaria a história do movimento negro brasileiro.

Por consequência, muitas dificuldades faziam-se presentes no caminho do movimento negro

⁴¹ A respeito das articulações do movimento negro brasileiro na Conferência de Durban, ver mais em: (BAIRROS, 2002); (CARNEIRO, 2002); (BENTES, 2002) e (DOS SANTOS, 2012).

paraense rumo à Durban, pois seus membros estavam cientes que apenas as entidades maiores, mais bem organizadas⁴², com domínio da Língua Inglesa e com experiência em conferências de grande magnitude, teriam maiores possibilidades de participação. Era certo que o CEDENPA não se encontrava na vanguarda das organizações negras brasileiras, portanto, sua participação também dependeria de eixos para além dos esforços de seus respectivos membros.

Todavia, mesmo diante de sua pequenez em âmbito nacional, a entidade logrou participar das reuniões preparatórias do Ministério da Justiça e do Fórum de Entidades Negras, onde neste último atuou como membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). E foi através desta visibilidade que o CEDENPA conquistou, no último minuto, o direito de nomear uma representante para participar da esperada Conferência de Durban. O nome escolhido foi de uma de suas fundadoras, Nilma Bentes, que antes via a possibilidade de ir à Durban como um sonho distante, mas que ao longo do percurso de preparação, viu este sonho tornar-se uma realidade (Cf. BENTES, 2002).

Por outro lado, a esperada afirmativa de aceite não garantiu a participação efetiva da representante do CEDENPA nas reuniões e palestras do evento. A primeira dificuldade encontrada foi a sua chegada tardia, aterrissando em Durban já após o início do Fórum Mundial de ONGs. E, além disto, o processo de credenciamento foi uma verdadeira catástrofe, devido a problemas na documentação da Entidade, o que acarretou no enfrentamento de longas filas durante toda a Conferência para poder adentrar as reuniões onde os principais temas foram discutidos.

Houve claros boicotes à participação de organizações antirracistas em Durban, a representante do CEDENPA viu-se frustrada em não ter a sua participação de fato efetivada no evento, o que a impossibilitou de acompanhar reuniões com vários dos maiores expoentes do então atual pensamento alternativo. Entretanto, Nilma Bentes (2002), afirma que mesmo em meio às dificuldades, se empenhou em absorver o máximo que pôde durante os dias nos quais esteve na Conferência.

Em contrapartida, a mesma logrou acompanhar algumas palestras importantes, como a de Rigoleta Menchu, viu e ouviu o pronunciamento de Fidel Castro e assistiu a parte de uma mesa que contou

⁴² Como vimos na breve história do movimento negro organizado, as entidades negras de maior visibilidade, em sua maioria, adinham das regiões sul-sudeste do país. Sobre a história do movimento negro, ver: (DOMINGUES, 2007); (DOMINGUES, 2008) e (GOMES, 2011).

com a participação de Winnie Mandela e Angela Davis. E a partir destas vivências nas sessões em que pôde participar, Bentes formulou quatro observações relevantes sobre a sua experiência na Conferência, com destaque a observação acerca do papel desempenhado pelo Brasil em Durban:

Brasil, por sua vez, nem parecia o Brasil que conhecemos aqui no Brasil. Com posições altamente progressistas que até admitiam avanços nas ações afirmativas, também foi o grande porta-voz das organizações que defendiam o pleno direito dos homossexuais a um viver convencional. A diplomacia brasileira parecia tão politicamente correta que, como muitos, fiquei acreditando que o Brasil do Itamarati não é o mesmo do Ministério da Educação, ou o da Fazenda ou mesmo o da Presidência da República. (BENTES, p. 234, 2002).

Por conseguinte, um posicionamento que antes nas reuniões de pré-conferência havia causado ceticismo nas organizações negras brasileiras, durante as sessões em Durban, causaram surpresa. A luta maior parecia ser interna, não externa. O CEDENPA, por sua vez, chegou à conclusão de que o seu trabalho como Entidade que se empenha no combate contra o racismo e na luta pelos direitos das populações afro-amazônidas, teria que ter como foco as discussões internas nas esferas de poder do país.

Visando tal diálogo entre o movimento negro e o Estado, o centro construiu um documento com os principais pontos que ansiavam serem defendidos pelo Brasil durante a Conferência, e que Pós-Durban, apontaram como os pontos base de reivindicações neste diálogo com o governo nacional. Os respectivos pontos foram os seguintes:

1. Condenação do tráfico de escravos como crime de lesa-humanidade;
2. Adoção do princípio de reparações aos povos africanos e afrodescendentes;
3. Reconhecimento das bases econômicas de operação do racismo;
4. Adoção de políticas públicas corretivas pelos Estados nacionais nas áreas de saúde, educação, habitação e emprego;
5. Adoção de políticas de desenvolvimento nas comunidades e terras de afrodescendentes, incluindo acesso às novas tecnologias;
6. Adoção de políticas específicas para mulheres africanas e afrodescendentes;
7. Adoção de mecanismos de combate às consequências do racismo e da pobreza;
8. Reconhecimento da prática de racismo no sistema penal e adoção de medidas corretivas;
9. Reforma do sistema legal nacional e apoio à adoção de medidas internacionais que permitam o combate eficaz do racismo;
10. Reconhecimento da múltipla discriminação agravada pela orientação sexual;
11. Racismo ambiental. (BENTES, 2002, p. 232).

É importante ressaltar que o CEDENPA foi juntamente com o Núcleo de Estudos Negros (NEN) e

a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), uma das três Entidades negras Brasileiras que proferiram discursos nas plenárias abertas a pronunciamentos, onde não só tiveram a oportunidade de somar seus pontos de reivindicação ao plano macro da Conferência, como também tiveram o seu momento de protagonismo na arena transnacional. Desta forma, Nilma Bentes obteve o seu espaço, como representante de uma região onde pouco se pensa o negro (a) e sua luta contra o racismo, marcando a sua trajetória como uma das líderes do movimento negro paraense.

Em suma, a Conferência de Durban apesar das dificuldades, ficou marcada como um momento crucial de fomentação do debate acerca da discriminação racial contra negros (as) no país, o que deu espaço para os movimentos antirracistas denunciarem o racismo à brasileira⁴³ para o mundo e unirem forças para reivindicarem em âmbito nacional pelas pautas históricas de luta do movimento negro. Como afirma Nilma Bentes, “Ruim com a ONU, pior sem a ONU” (2002, p. 236).

Outras importantes conquistas do CEDENPA foram relativas à criação de instrumentos para a proteção da população negra, de denúncia a crimes de cunho racista e de fomento ao debate sobre questões raciais, almejando a construção de uma sociedade racialmente igualitária. Foram exemplos disto a criação do Conselho Municipal do Negro e da Negra, da Delegacia de Combate a Crimes Discriminatórios (DCCD) e da Coordenação de Educação para Promoção da Igualdade Racial na Secretaria de Educação do Pará (SEDUC).

Em 1990, os membros do CEDENPA e de outros coletivos do movimento negro, pressionaram o executivo municipal da cidade de Belém, para a inclusão de um dispositivo de luta contra o racismo na Lei Orgânica municipal. A pressão surgiu efeito, e foi redigida na Lei a obrigatoriedade da criação do Conselho Municipal do Negro e da Negra (Cf. DAMASCENO, 2011). O respectivo

⁴³ Para o sociólogo norte-americano Edward Telles (2003), as relações raciais brasileiras têm suas especificidades em comparação com outras nações do mundo, como o seu país de origem, os Estados Unidos. Enquanto no Brasil existe uma diferença de tratamento e aceitação social baseado nos vários tons da pele negra, privilegiando os negros de pele clara, nos Estados Unidos, basta carregar a ancestralidade negra no sangue para sofrer as mazelas do racismo. No Brasil, Oracy Nogueira (2007) já versava sobre estas latentes diferenças entre o racismo brasileiro e norte-americano, ao cunhar os termos “preconceito racial de marca” e “preconceito racial de origem”. Também há uma vertente sociológica que defende a considerável superioridade dos pardos frente aos negros de pele escura no Brasil, ver mais em: DEGLER, Carl N. *Neither black nor white: Slavery and race relations in Brazil and the United States*. Univ of Wisconsin Press, 1986. Em contrapartida, no que concerne os dados brasileiros a respeito desta suposta superioridade parda, o último atlas da violência denuncia uma realidade distinta, na qual a população parda é em sua magnitude mais vítima de homicídios que a população preta. Ver mais em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acessado em: 26 de Setembro, 2019.

conselho foi então criado, através do decreto No. 31.816/97-PMB no ano de 1997, e no ano seguinte através do decreto 32.335/98-PMB, os membros e comissão executiva foram nomeados.

Em menos de dois anos de existência, o Conselho vinculado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Belém (SEMAJ) e aos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos Humanos e da Condição Feminina, recebeu 79 casos de racismo, tornando público o quão cotidiano é a prática racista na capital paraense. Segundo Amaral (2001), um dos fatores mais preponderantes desta realidade é a exclusão do negro (a) no mercado de trabalho em Belém, visto que muitas denúncias de racismo recebidas pelo Conselho advêm deste espaço de socialização.

Devido a esta crescente demanda de denúncias de racismo, que extrapolaram as dimensões do município e demandou uma ação mais eficaz do Estado, no ano de 2001, o CEDENPA e o Ministério da Justiça firmaram um convênio, que custeou, através do Conselho Municipal do Negro e da Negra, os honorários de advogados para acompanhar as denúncias de práticas de racismo recebidas pelo Conselho em questão (Cf. DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ, 2009).⁴⁴ Assim, esta parceria resultou na criação da DCCD, que foi uma importante vitória para o movimento negro paraense.

Sem embargo, a atuação da Entidade não se limita a criação de mecanismos de denúncia ao racismo, uma vez que uma das suas principais funções de militância como movimento negro, é provocar o debate sobre questões raciais nos diversos âmbitos da sociedade. Um dos mais importantes espaços de debate certamente é o ambiente escolar, por esta razão, o CEDENPA protagonizou importantes diálogos com a Secretaria de Educação do Pará (SEDUC-PA), não medindo esforços para construir um currículo escolar voltado para a pluralidade étnico-racial brasileira e a formação de educadores para a equidade racial.

É em virtude desta militância incessante do movimento negro nos órgãos de educação, que no ano de 2002, é criada a Sessão Técnica Pedagógica de Relações Raciais (STPRR), então alocada na Divisão de Currículo da Diretoria de Ensino. É importante ressaltar que tal conquista foi influenciada pela Lei Nº 9.394/96⁴⁵, mas se deu antes da promulgação da Lei 10.639/03, que incluiu

⁴⁴ Disponível em: <https://dppa.jusbrasil.com.br/noticias/1972843/defensoria-publica-garante-parceria-com-cedenpa>. Acesso em: 15 de Maio de 2019.

⁴⁵ Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 de Agosto, 2019.

o seguinte artigo que já constava na Lei anterior:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.⁴⁶

Deste modo, o CEDENPA demonstrou a sua potência como movimento social, ao unir-se à luta por uma escola plural, atuando na vanguarda do respectivo projeto que virou Lei. Para o movimento, é imprescindível que ocorra o estudo e o debate em sala de aula sobre a trajetória do povo negro, uma vez que na região amazônica, a história do negro (a) é sistematicamente diminuída⁴⁷ e a negação da identidade negra é uma constatação em todos os âmbitos sociais do estado do Pará.

Por conseguinte, após a promulgação da Lei 10.639/03 e mudanças governamentais no Estado, no ano de 2005, a STPRR tornou-se a Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR), posteriormente vinculando-se à Diretoria de Ensino para a Diversidade, Inclusão e Cidadania (DEDIC). Nos anos anteriores à realização de um concurso para montar a equipe definitiva da COPIR, os membros do CEDENPA e de outras entidades, estiveram à frente da gestão desta importante coordenação conquistada pelas reivindicações do movimento negro paraense.

A COPIR tem como um de seus pilares a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), buscando superar as práticas de cunho racista ainda existente nas escolas. Para isso, investem na formação de professores e professoras da educação básica e elaboram materiais didáticos que ajudem os educadores a auxiliar os seus educandos para o exercício pleno da cidadania, de acordo com a pluralidade étnico-racial brasileira.

Além das formações direcionadas a professores e alunos, a COPIR também desenvolve ações

⁴⁶ Lei consultada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 de maio de 2019.

⁴⁷ Para Reis (1976), os africanos não tiveram uma considerável importância cultural na formação da sociedade paraense, os colocando como desajustados sociais e rebeldes que um dia habitaram o território amazônico.

educativas complementares que visam o combate ao racismo e as discriminações. Para tal, realizam seminários sobre a temática Afro-Brasileira e educação das relações étnico-raciais; coordenam o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Pará; assim como, adquirem e produzem material didático voltado a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para abastecer as bibliotecas escolares do estado (COPIRSEDUC, 2006).

Assim, de forma geral, a atuação da Entidade se divide em várias frentes, sobretudo em âmbitos estatais como no executivo, legislativo e judiciário, no intento de sanar a dívida histórica que o Estado tem para com os negros (as). Ademais, também procuram focar suas atuações em instâncias que entendem como os principais instrumentos de reprodução do racismo e de suas consequências, sendo estes a escola, igreja, mídias e a família. De acordo com o CEDENPA, tais instrumentos:

Veiculam ideologias e estereótipos negativos sobre a população negra estimulando a que os próprios negros e negras introjetem uma falsa inferioridade racial, a qual tem induzido, coletivamente, a busca de formas diversas de embranquecimento e a de aceitar a falsa ideia de existência de uma democracia racial no Brasil. Esses instrumento ideológicos, embora estejam no plano das ideias, acabam tendo desdobramentos no plano material, fazendo com que a população negra seja objeto de discriminação negativa nos mais diversos setores da vida social, reduzindo suas oportunidades nas áreas de educação, trabalho, saúde, cultura, política, esporte, lazer, e em todas as outras.⁴⁸

Na luta em prol da desconstrução destas ideologias e estereótipos acerca da população negra em esfera social, a Entidade conta com uma diversa gama de cidadãos e cidadãs autodeclarados negros (as), assim como, de pessoas não negras, que juntas se somam no combate a estes obstáculos impostos pelas relações raciais desiguais existentes no Estado do Pará. Dentre os membros atuantes do CEDENPA, destacam-se duas de suas fundadoras e principais lideranças do movimento negro na Amazônia brasileira:

Imagem 1 - Zélia Amador de Deus

Imagem 2 - Nilma Bentes

⁴⁸ Citação retirada do site oficial do CEDENPA disponível em: <http://www.cedenpa.org.br/A-Entidade>. Acesso em: 24 de Maio, 2019.



Fonte: Exposição Auto do Círio, 2017.



Fonte: Believe.Earth, 2018.

Zélia Amador de Deus nasceu na zona rural da Ilha do Marajó, o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta⁴⁹, localizado há cerca de três horas de barco da cidade de Belém. Filha de uma empregada doméstica adolescente, Zélia foi criada na capital paraense por seus avós maternos desde o seu primeiro ano de vida. Sua infância e adolescência foram marcadas por episódios de racismo na escola, porém através do incentivo e força de seus avós, a educação tornou-se a ferramenta principal pela qual o seu futuro não seguiu o mesmo rumo da vida de tantas outras mulheres negras amazônicas, tal como a sua mãe.

Após finalizar os estudos secundários em escolas públicas de Belém no início dos anos 1970, Zélia então adentra o curso de licenciatura plena em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Este momento foi um divisor de águas em sua vida, visto que a sua militância no movimento negro se intensificou na academia, que outrora foi um dos espaços mais racialmente segregados da capital. Posteriormente, no ano de 1978, Zélia inicia sua especialização em Teoria Literária novamente na UFPA, e atua como professora do curso de Artes da instituição, consolidando a sua militância, o que reverberou na fundação do CEDENPA em 1980.

Em 1998, inicia o mestrado em Estudos Literários na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como objeto de pesquisa a obra de Dalcídio Jurandir, um dos mais importantes autores negros da Amazônia⁵⁰. Por conseguinte, em 2004, prossegue com sua carreira acadêmica

⁴⁹ Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/ilha-de-marajo-no-para-e-o-maior-arquipelago-de-mar-e-rios-do-mundo>. Acesso em: 10 de Junho, 2019.

⁵⁰ Dalcídio Jurandir é natural de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, Pará. Sua literatura versa a respeito do imaginário da vida cabocla, do ribeirinho amazônico. Para saber mais sobre sua obra, ver: MALIGO, Pedro. Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir. Revista USP, n. 13, p. 48-57, 1992.

ao ingressar no doutorado em Ciências Sociais na UFPA, pesquisando acerca do movimento negro nacional e ações afirmativas. Em meio a esses anos de dedicação exclusiva à academia, Zélia participou ativamente de diversas lutas em prol da população negra e do combate ao racismo em âmbito acadêmico e para além dele⁵¹.

No que diz respeito a sua atuação como professora e aluna da UFPA, ressaltam-se o seu papel como vice-reitora da instituição durante os anos de 1993 a 1997, e como proponente do sistema de cotas étnico-raciais da universidade. Por outro lado, no que concerne a atuação da professora fora dos muros da universidade, é importante ressaltar a sua ida a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo no ano de 2001 em Durban, na África do Sul, onde integrou a comissão afro-brasileira e atuou como uma das três oradoras responsáveis em denunciar a ainda não sanada dívida histórica do Estado brasileiro para com a sua população negra.

Além de Zélia Amador, outra cofundadora do CEDENPA participou da Conferência de Durban, desta vez, como representante oficial da Entidade no evento. Tal liderança foi Raimunda Nilma de Melo Bentes, mulher negra natural de Belém do Pará, especificamente do bairro periférico da Pedreira. Formada em engenharia agrônoma e com especialização em Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia é, juntamente com Zélia Amador de Deus, um dos maiores nomes do movimento negro no Pará e no Brasil.

Criada em uma típica família mestiça da Amazônia Brasileira, Nilma cresceu com uma mãe negra em uma família paterna racista, o que a fez lidar com o peso do racismo desde uma tenra idade. Na escola a realidade tampouco foi diferente, porém foi neste espaço que Nilma encontrou uma de suas referências na luta contra o racismo, o esporte. Foi em âmbito escolar que a prática de esportes floresceu como uma maneira de aliviar a tensão imposta pelo racismo cotidiano, que então julgava o pequeno número de estudantes negros (as) nas escolas como intelectualmente inferiores.

A história de militância de Nilma Bentes constrói-se muito mais inserida em um movimento negro político, isto é, menos entrelaçado com as questões referentes à universidade, e com foco na politização da população negra alojada na base da sociedade. No ano de 2010, Nilma recebeu pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o prêmio de Direitos Humanos “José Carlos Castro”, pela

⁵¹ Informações consultadas em: <http://lattes.cnpq.br/2137015557793418>. Acesso em: 10 de Junho, 2019.

a sua atuação como ativista dos direitos da população negra no país.

Além disso, Nilma também fez parte da coordenação de articulação da Organização de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), onde foi a proponente da criação da Marcha das Mulheres Negras, que com o apoio de diversos setores do movimento negro nacional, foi realizada em Brasília no ano de 2015. A ativista também foi autora, em conjunto com Zélia Amador de Deus, de livros como:

Imagem 3 - Capa da Cartilha, “Raça Negra: a luta pela liberdade”



Fonte: CEDENPA, 1986.

Imagem 4 - Capa da Cartilha, “Noções sobre a vida do negro no Pará”



Fonte: CEDENPA, 1989.

Imagem 5 - 2ª edição do livro “Escola e Racismo: aspectos da questão do negro em Belém”



Fonte: CEDENPA, 1997.

Imagem 6 - Capa do livro “CEDENPA: uma breve história dos 30”



Fonte: CEDENPA, 2010.

As cartilhas “Raça Negra: a luta pela liberdade” e “Noções sobre a vida do negro no Pará”, ambas publicadas no final da década de 1980, versam a respeito da história de luta negra contra a escravidão em território nacional e regional. Na primeira cartilha, é narrado o cotidiano do Brasil Colônia, a cultura negra, o racismo sofrido pelos africanos e como seu deu a abolição da escravatura no país. Já a segunda cartilha perpassa pela história dos latifúndios do Pará, o tráfico de africanos escravizados na região, os quilombos e mocambos encontrados no Estado e como esta presença africana influenciou os costumes paraenses.

Por conseguinte, o livro “Escola e Racismo: aspectos da questão do negro em Belém” discorre acerca do histórico sistema educacional racista paraense, que ao longo dos anos contribuiu para a invisibilidade da população afro-amazônica do estado e foi condizente com práticas racistas em

sala de aula. Por sua vez, o livro “CEDENPA: uma breve história dos 30”⁵² foi a última publicação de relevância do Centro até a presente data, e o mesmo reconta a saga de 30 anos de luta dos integrantes do CEDENPA desde o final da década 1970, quando a ideia de criar um movimento negro afro-amazônico organizado surgiu.

Imagem 7 - Sede do CEDENPA na década 1980



Fonte: CEDENPA, uma breve história dos 30, Youtube, 2019.

Imagem 8 - Sede atual do CEDENPA



Fonte: CEDENPA, Facebook, 2018.

Os dois registros fotográficos acima ilustram a trajetória do CEDENPA e a sua evolução como a principal Entidade do movimento negro organizado do norte do Brasil. A sede do Centro localiza-se na Rua dos Timbiras, Passagem Paulo VI, 244, no bairro periférico da Cremação, um dos mais violentos da cidade de Belém⁵³. A primeira fotografia remonta os anos iniciais do movimento, ainda na década de 1980, com sua sede construída em palafitas⁵⁴, em uma Belém alagada pelos rios. Já a segunda fotografia evidencia as mudanças pelas quais o CEDENPA passou ao longo de quase 40 anos de história, tornando-se hoje uma Entidade moderna e acessível à juventude negra paraense.

A sede do Centro historicamente vem organizando eventos e atividades voltadas à população negra da cidade. Atualmente, o CEDENPA está organizando nos finais de semana oficinas voltadas a

⁵² Além do livro em questão, também foi produzido um vídeo contando a história do movimento através de fotos desde a sua fundação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dCFaMiyTX_I. Acesso em: 22 de Julho, 2019.

⁵³ Sistema de Informação de Segurança Pública - SISP. Os dados acerca do índice de homicídios nos bairros de Belém estão disponíveis em: <http://www.sisp.gov.br/>. Acesso em: 22 de Julho, 2019.

⁵⁴ Típicas edificações encontradas em regiões alagadiças de clima tropical, como a Amazônia brasileira.

danças afro-negras, práticas percussivas em ritmos africanos e de estética de cabelos afro. Além disso, no dia 24 de maio de 2019, o Centro ofereceu um importante curso de formação de Agentes de Negritude (C-FAN) na UFPA, com o intuito de capacitar pessoas negras para que atuem como multiplicadores de informações na luta pela erradicação de todas as formas de racismo e também, qualificá-los para desenvolver ações de impacto junto à comunidade negra do Pará⁵⁵.

Imagem 9 - Quilombo da República (INGÁ)



Fonte: Site do CEDENPA, 2010.

Desde meados de 2010, a Entidade conta com outro espaço de luta e militância na capital paraense, chamado Quilombo da República (INGÁ), localizado na Praça da República, no centro de Belém. Este espaço contém uma forte simbologia para o movimento negro paraense, pois a praça em questão outrora foi um cemitério de escravos e desvalidos (Cf. SALLES, 1971). O CEDENPA precisou entrar em diversos conflitos para que fosse possível fazer uso do espaço, visto que o mesmo se encontra em uma área nobre da cidade, portanto, foram vários os encaços no caminho, mas a batalha foi vitoriosa. Hoje o Quilombo da República recebe visitantes todos os domingos com atividades voltados à população afro-amazônica.

Como vimos, o compromisso de luta do CEDENPA pelo processo de superação do racismo na sociedade paraense se dá em diferentes âmbitos, desde o da militância nas ruas à aprovação de leis

⁵⁵ Informações consultadas em: <https://www.facebook.com/events/340717849964390/>. Acesso em: 22 de Julho, 2019.

de garantia de direitos da população negra. Dentre os espaços mais promissores de ação da Entidade, está a UFPA, palco de diversas lutas antirracista, sendo a maior delas a luta pela implantação das cotas étnico-raciais na Instituição. Para adentrar os meandros deste fato histórico, primeiramente é necessário entendermos a natureza da relação entre o CEDENPA e a UFPA, e quais foram as estratégias e ações do movimento negro para que as cotas se tornassem uma pauta urgente em uma sociedade que renega a sua identidade negra.

II. AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES ANTIRRACISTAS DOS MEMBROS DO CEDENPA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Na trajetória histórica de luta do movimento negro paraense, uma de suas lutas destaca-se entre tantas, sendo esta a atuação preponderante de seus membros no grupo de trabalho que elaborou a proposta de cotas étnico-raciais para negros (as), indígenas e quilombolas, na UFPA, a qual foi aprovada no ano de 2005. A atuação e militância dos membros do CEDENPA na implantação da política de cotas foram de suma importância para a posterior aprovação da proposta, que visou o desembranquecimento e a descolonização das estruturas de conhecimento⁵⁶ de uma universidade localizada no estado com o maior percentual de pretos e pardos do país (Cf. COSTA, 2009)⁵⁷.

Desta forma, para de fato compreendermos quais foram as estratégias e ações do CEDENPA na luta pela implementação do sistema de cotas na maior universidade da Amazônia brasileira, no primeiro tópico intitulado “A UFPA e o contexto amazônico”, iremos conhecer a UFPA, quais são as suas características regionais e dimensionais, sua missão, compromisso e visão social. Para isto, adentraremos nos detalhes sobre a sua organização e planos de desenvolvimento institucional.

Após isto, iremos abordar brevemente a fundação e características dos movimentos sindicais, tanto de cunho docente e estudantil presentes na UFPA, sendo estes a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará (DCE UFPA). Em seguida, trataremos da relação da UFPA com o bairro periférico que a circunda, e como tal relação desemboca em um dualismo entre a produção do conhecimento como espaço de privilégio, e o seu entorno como espaço de desigualdade e pobreza.

No segundo tópico intitulado “O grupo de Estudos Afro-amazônicos (GEAM) e outros projetos”,

⁵⁶ De acordo com o sociólogo Porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2013), o racismo e o sexismo presentes nas estruturas de conhecimento das universidades ocidentalizadas do sul global, surgiram através de quatro genocídios/epistemicídios do século XVI, que criaram o padrão de conhecimento eurocêntrico do homem branco ocidental. Ver mais em: GROSFOGUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades ocidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*, n. 19, 2013.

⁵⁷ Segundo artigo publicado pelo G1 com base no mapa da Secretaria da Igualdade Racial e através de dados do IBGE, 76,7% da população paraense se autodeclara como preta ou parda, destes 69,5% se declaram pardos e outros 7,2% se declaram pretos. É interessante observar a entrevista dada pelo pesquisador e assistente da Diretoria de Geociências do IBGE, José Senna, a respeito do grande número de pardos no Pará. Ele afirma que isto é resultado da miscigenação entre brancos e índios na região, desconsiderando totalmente a matriz africana que também está presente na Amazônia brasileira. Este é a visão do centro-sul acerca das relações raciais amazônicas. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

adentraremos a fundação, objetivos, formação e atuação, do primeiro Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) do norte do Brasil, que surgiu com o intuito de aproximar o movimento negro regional, tal como o CEDENPA, da academia paraense. Para exemplificar a relação entre a militância negra na Universidade, suas formas de atuação e suas históricas conquistas já alcançadas, perpassaremos pela criação de importantes projetos propostos por professores membros do CEDENPA em âmbito acadêmico.

O primeiro deles é o projeto pioneiro Casa Brasil África (CBA), voltado ao acolhimento e intercâmbio entre estudantes africanos e brasileiros, que surgiu através de uma parceria entre o movimento negro e os planos de internacionalização da UFPA. Depois abordaremos a criação da Assessoria de Diversidade Étnico-racial, pensada como uma ferramenta de construção e execução de projetos que contemplem propostas de ações afirmativas em prol da construção de uma universidade racialmente menos excludente e conseqüentemente, mais diversa e igualitária.

O terceiro projeto é referente ao curso de extensão “Abdias do Nascimento: Diversidade Étnico-racial na Pós-graduação”, proposto por Zélia Amador de Deus, uma das fundadoras do CEDENPA, com o intuito de preparar candidatos negros (as) e indígenas para participarem de forma mais justa em processos seletivos de mestrado e doutorado acadêmicos. Por fim, trataremos de mais um relevante curso de extensão, este intitulado de “Valorização do Patrimônio Artístico e Cultural Afro-amazônico”, criado pelo professor, também membro do CEDENPA, Arthur Leandro Maroja.

2.1 A UFPA e o contexto periférico amazônico

A Universidade Federal do Pará é uma instituição de ensino superior pública, de autarquia federal e vinculada ao Ministério da Educação, seu principal *campus* é localizado em Belém, capital do Estado do Pará. Sua fundação deu-se através da Lei nº 3.191, de 02 de Julho de 1957, promulgada no governo do então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com 62 anos de história, a instituição conta com uma população universitária composta de 61.520 pessoas e, portanto, é hoje a maior e mais bem avaliada universidade do norte do Brasil⁵⁸.

Imagem 10 - Universidade Federal do Pará

⁵⁸ Ranking disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.



Fonte: Vestibular UOL, 2018.

A estrutura da UFPA é formada por 15 institutos⁵⁹, 12 *campis*⁶⁰, 1 escola de aplicação, 1 escola de música, 1 escola de teatro e dança, 2 hospitais universitários, 8 núcleos⁶¹ e 27 polos EAD. Sua extensão ocupa uma área de 450 hectares, circundando o Rio Guamá, no coração da Amazônia brasileira. Em seus diversos *campis*, são oferecidos 340 cursos⁶² de graduação, ofertados por 2.522 professores, para 40.275 alunos de graduação e 9.572 de alunos de pós-graduação (Cf. UFPA EM NÚMEROS, 2019)⁶³.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016, p.31) da universidade, a razão que justifica a sua existência e a sua função social, isto é, a sua missão como instituição, é “produzir,

⁵⁹ Instituto de Ciências da Arte, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências da Educação, Instituto de Ciências da Saúde, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Instituto de Ciências Jurídicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Instituto de Geociências, Instituto de Letras e Comunicação, Instituto de Tecnologia, Instituto de Educação Matemática e Científica, Instituto de Estudos Costeiros, Instituto de Medicina Veterinária e o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Disponível em: <http://www.anuario.ufpa.br/index.php/1-informacoes-gerais>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

⁶⁰ Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Disponível em: <http://www.anuario.ufpa.br/index.php/1-informacoes-gerais>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

⁶¹ Núcleo de Meio Ambiente, Núcleo de Pesquisa e Teoria do Comportamento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Núcleo de Medicina Tropical, Núcleo de Pesquisas em Oncologia, Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica e Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão. Disponível em: <http://www.anuario.ufpa.br/index.php/1-informacoes-gerais>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

⁶² Os cursos ofertados se inserem em várias grandes áreas do conhecimento, incluindo: a) Ciências Exatas e da Terra; b) Ciências Biológicas; c) Ciências da Saúde; d) Ciências Sociais Aplicadas; e) Ciências Humanas; f) Ciências Agrárias; g) Engenharias e Ciências da Computação; h) Linguística, Letras e Artes; e i) Multidisciplinar (Cf. DPI, 2016).

⁶³ Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”. Mediante isto, a UFPA postula o seu compromisso social para com a população amazônica, ao dedicar a sua missão à melhoria da qualidade de vida dos mesmos, com o foco em uma formação humanística, crítica e reflexiva.

A maior universidade do norte do Brasil também se norteia por convicções e elementos motivadores específicos, que reverberam fortemente nas atitudes e na atuação de seus servidores.

Tais princípios são os seguintes:

- A universalização do conhecimento;
- O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual;
- O pluralismo de ideias e de pensamento;
- O ensino público e gratuito;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
- A excelência acadêmica;
- A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (PDI, 2016, p. 32).

Como é possível observar, a Universidade preza pelo progresso, pela diversidade e pela democracia. É por esta razão que a UFPA define como sua visão, a obtenção de reconhecimento nacional e internacional pela sua qualidade de ensino, pela produção de conhecimento, de projetos e práticas sustentáveis, criativas e inovadoras pensadas em conjunto com a sociedade (Cf. PDI, 2016). Portanto, a sua meta principal não é somente formar profissionais, mas também cidadãos aptos ao exercício da cidadania, e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Além disto, outros importantes objetivos estratégicos da UFPA concernem o aprimoramento de sua gestão acadêmica, a valorização de servidores com foco em resultados, a construção de infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas da instituição, e por fim, a ampliação de captação de recursos em iniciativas estratégicas (DPI, 2016, p.41). Até o ano de 2025, a Universidade pretende ampliar o seu desempenho em todos esses setores e em outros, objetivando o seu crescimento responsável.

Para que tais metas sejam alcançadas, a UFPA elegeu diferentes ferramentas para serem

responsáveis pela gestão de seus objetivos estratégicos. A Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) ficou responsável por formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, assim como, valorizar a diversidade dos processos formativos e elevar a qualidade dos cursos de Graduação e Pós-graduação. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP), por sua vez, dedica-se a propor alternativas tecnológicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.

Já a Vice-Reitoria da instituição tem como missão fomentar ações integradas entre os *campis*; a Pró-Reitoria de relações internacionais (PROINTER) deve ampliar e consolidar a internacionalização da universidade e a Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) visa aprimorar a comunicação institucional. Por outro lado, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) baseia suas atividades na integração de ações de ensino, pesquisa e extensão, assim como, na intensificação das relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas.

Por conseguinte, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), objetiva expandir e aperfeiçoar a gestão institucional multicampi, melhorar e fortalecer a governança dos processos internos, priorizar a alocação de recursos em iniciativas estratégicas e ampliar a captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais. E por último, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) tem como foco a valorização dos servidores e a gestão estratégica do quadro de pessoal (Cf. DPI, 2016).

Ainda no que concerne a organização da Instituição, a UFPA também conta com três órgãos colegiados de instância superior, denominados de Conselhos Superiores. Eles atuam como órgãos de consulta, de deliberação e de recurso em plano acadêmico (Cf. DPI, 2016). Tais Conselhos Superiores são o Conselho Superior de Administração (CONSAD), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e o Conselho Universitário (CONSUN).

O CONSAD é o órgão de consultoria, supervisão e deliberação na matéria administrativa, patrimonial e financeira. O mesmo é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, o Prefeito do Campus, os Coordenadores de Campi do interior, os Diretores-Gerais das Unidades Acadêmicas e das Unidades Acadêmicas Especiais, representantes dos servidores técnico-administrativos, representantes discentes da graduação e da pós-graduação, representantes da sociedade civil, representantes do DCE e representantes sindicais (Cf. DPI, 2016).

Assim como o órgão anterior, o CONSEPE presta consultoria, supervisão e deliberação, mas desta vez com o foco na matéria acadêmica, especificamente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Uma de suas mais importantes funções é referente ao estabelecimento das normas que regem o Processo Seletivo para ingresso na UFPA (Cf. MELO, 2011). O órgão é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Prefeito do campus, representantes dos servidores técnico-administrativos, representantes discentes da graduação e pós-graduação, representantes do DCE e sindicais, assim como, representantes Docentes das Unidades Acadêmicas, da Escola de Aplicação e dos *Campi* do interior Cf. (DPI, 2016).

Em sequência, o CONSUN é o conselho máximo entre os três, por ser o órgão supremo de deliberação da universidade. O mesmo define a política geral da Instituição, nas matérias de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos. Além disso, também organiza o processo eleitoral para os cargos referentes ao Reitor e Vice-Reitor, assim como, julga todos os recursos postulados contra as decisões do CONSAD e do CONSEPE (Cf. MELO, 2011).

Assim, através desta extensa gama de Pró-Reitorias, Conselhos e suas responsabilidades, a UFPA está logrando construir a base necessária para a esperada expansão e melhoria da Universidade, não se desvinculando de sua missão social como instituição, e de seus princípios e demandas socioambientais na Amazônia. Ademais, é através desta visão progressista de Universidade, que o maior objetivo da UFPA poderá se concretizar, ao oferecerem para os alunos de graduação uma formação que contemple a:

- a) Compreensão e atuação da realidade local, visando sua transformação;
- b) Sólida formação teórica/profissional para atuar no mundo do trabalho;
- c) Competência técnica, política e social, agentes sociais transformadores;
- d) Competência de elaboração, desenvolvimento e uso de novas tecnologias;
- e) Competência para lidar com a diversidade;
- f) Competência para o trabalho coletivo/cooperativo;
- g) Compreensão da realidade como fenômeno multifacetado (social, econômico, cultural, político);
- h) Concepção do processo formativo como contínuo, permanente e inacabado;
- i) Capacidade investigativa, propositiva e criativa;
- j) Agir com respeito à ética e à democracia (PDI, 2016, p. 64).

Esta formação crítica e engajada defendida pela Instituição, a torna um espaço que transcende uma

ideia de vivência universitária fixa, moldada por um currículo estático e pouco condizente com a realidade do povo amazônico. Portanto, a UFPA tem como princípio fundamental a sua atuação para além dos muros da universidade, ao formar profissionais flexíveis, questionadores e conscientes de seus lugares como atores político-sociais importantes no Estado do Pará.

Porém, não é somente a Universidade e seus órgãos que defendem um ambiente acadêmico progressista e com responsabilidade social. Também existem dois importantes movimentos protagonizados pelos principais indivíduos que movem a comunidade acadêmica amazônica, a ADUFPA⁶⁴ e o DCE UFPA. A respectiva Associação e o Diretório são figuras de ativa militância na Universidade e estão à frente de diversas reivindicações na luta por efetivas melhorias nos *campis* da Instituição.

A ADUFPA foi criada em 18 de Maio de 1979, através da reunião de algumas dezenas de docentes, para discutir a relevância de se pensar a fundação de uma associação que defendesse os direitos dos professores e que estivesse empenhada na defesa da democracia em âmbito universitário⁶⁵. Assim, a Seção Sindical dos Docentes da UFPA é pessoa jurídica de direito privado integrativa do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), com sede em Belém, Pará. A sua atuação política estende-se por todo o território paraense.

A respectiva Seção sindical do norte do Brasil possui autonomia política, administrativa e financeira, de acordo com o estatuto da ANDES/SN⁶⁶. Tal organização sindical representa os docentes da UFPA, na luta pela defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos de seus associados, inclusive no que se refere a processos judiciais e administrativos. A sua atual diretoria é formada pelo Professor Gilberto Marques do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), como diretor-geral, e a Professora Edivânia Alves do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), como diretora adjunta.

Desde o seu surgimento, a principal preocupação do movimento Docente da UFPA tem sido a luta

⁶⁴ Vinculada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

⁶⁵ É importante ressaltar que, este protótipo de movimento sindical docente surge no final da década de 1970, em pleno período de abertura política e após tempos de barbárie vividos por professores durante a ditadura militar (Cf. CHAVES, 1997).

⁶⁶ Estatuto disponível em: <http://portal.andes.org.br/secretaria/estatuto/sec-est-1938621622.pdf>. Acesso em: 29 de Julho, 2019.

por melhores salários e condições de trabalho, com ênfase na defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade, assim como, autônoma e democrática. Esta preocupação é historicamente contrária aos objetivos de grande parte dos governos brasileiros, que desenvolvem uma política de cunho autoritário e centralizador para o ensino superior, o que provoca um conflito político-ideológico permanente nas instituições (Cf. CHAVES, 1997).

Desta maneira, a Associação compreende a universidade “como uma instituição social de interesse público, responsável pela produção e difusão de conhecimentos científicos, que possibilitem às massas a construção de uma nova hegemonia”⁶⁷. Em seu Regimento Geral (2010), destacam-se os seguintes principais objetivos da Entidade:

Estimular o crescimento da organização sindical docente no âmbito do Estado;

Desencadear estratégias docentes que respondam aos interesses educacionais, culturais, sociais, políticos e econômicos de categoria;

Defender a educação enquanto um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares, o direito ao ensino público, gratuito, democrático e de qualidade para todos;

Lutar por melhores condições de trabalho e pelo desenvolvimento progressivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito sócio institucional.

O histórico de militância do ANDES-SN e da ADUFPA perpassa por várias vitórias conquistadas através de greves docentes, como o aumento salarial da categoria; a conquista da carreira docente; mais verbas para as universidades públicas; abertura de concursos públicos para docentes; a dedicação exclusiva; e em âmbito local, a participação da categoria docente em Conselhos Deliberativos, a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, assim como, as eleições diretas nas unidades da UFPA.

⁶⁷ Trecho retirado do site oficial da ADUFPA. Disponível em: <http://www.adufpa.org.br/index.php/historico/>. Acesso em: 27 de Julho, 2019.

Imagem 31 - Professores membros da ADUFPA votando a favor da instauração de greve



Fonte: ADUFPA, 2012.

A primeira greve impulsionada pela ADUFPA data do ano de 1980, com duração de 26 dias durante os meses de Novembro e Dezembro do respectivo ano. As principais reivindicações do movimento eram o reajuste de 48% retroativo ao mês de Março; envio ao Congresso do anteprojeto de Carreira do Magistério Superior; revogação da lei que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República e 12% do orçamento da União para a educação. O fim da greve veio através da aprovação de decreto estabelecendo o novo plano de carreira do magistério, reajuste de 35% para Janeiro e 35% cumulativos para Abril de 1981, contabilizando 82,25% de aumento para os servidores (Cf. HISTÓRICO, 2003).

Entre o período de 1980 e 2003, a maior greve já registrada na UFPA deu-se no ano de 2001, dentre os meses de Agosto a Dezembro, com a duração total de 108 dias. As pautas de luta eram referentes ao pedido de reajuste de 75,58%; manutenção do Regime Jurídico Único; abertura de oito mil vagas e incorporação das gratificações. A greve findou-se através das negociações com o governo, que prometeu a abertura de duas mil vagas; a equiparação da Gratificação e Incentivo à Docência (GID) à Gratificação de Estímulo à Docência (GED); manutenção do Regime Jurídico Único e reajuste salarial entre 8% e 15% (Cf. HISTÓRICO, 2003).

No presente ano de 2019, a ADUFPA em consonância com as demais Seções sindicais docentes do país, mobilizam-se para o combate a mais uma grande ameaça à educação pública, o programa Future-se⁶⁸, do Ministério da Educação (MEC). Os docentes de todo o país pertencentes ao

⁶⁸ O programa propõe garantir a autonomia financeira das universidades, institutos federais e CEFETS, através da captação de recursos via setor privado, como fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFES. A gestão das mesmas passaria a ser feita por Organizações sociais, de caráter privado.

ANDES-SN se posicionam de forma contrária ao respectivo projeto, pôr o interpretarem como uma ameaça à Educação Federal Pública, por ele ter sido construído sem diálogo algum com a comunidade acadêmica, propondo submeter à produção do conhecimento aos interesses do mercado e não das necessidades da população.

Deste modo, a ADUFPA acatou a greve geral que ocorreu no dia 13 de Agosto de 2019, em defesa da educação, convocada pelo ANDES-SN, com o intuito de barrar as reformas neoliberais e a ameaça à autonomia pedagógica das universidades. Portanto, o movimento docente da UFPA mais uma vez reafirma o seu compromisso com a manutenção do ensino público como direito da população brasileira, e com a defesa de sua função social ao atender às necessidades populares.

No outro espectro da militância acadêmica, está o DCE UFPA, movimento estudantil que surge no primeiro estatuto da Universidade, publicado no mesmo ano de sua fundação, o ano de 1957. Entretanto, o Diretório de Estudantes não surge como mecanismo de luta estudantil, com um papel político, mas sim como uma figura meramente ilustrativa para cumprir os requisitos formais de representatividade na esfera acadêmica. Portanto, as primeiras assembleias universitárias da UFPA não detinham caráter de órgão deliberativo, e ocorriam apenas como reuniões de informes e não de debates sobre as políticas acadêmicas da Instituição (Cf. UFPA, 1957).

Mesmo com o papel figurativo do DCE na UFPA nos primeiros anos após a sua fundação, outro movimento se destacava por representar os estudantes e por estar politicamente engajado na construção da luta estudantil em âmbito universitário. Tal Entidade era a União Acadêmica Paraense (UAP), uma Entidade formada por estudantes, que teve um importante papel na Universidade entre o final dos anos 1950 até o início da ditadura militar. A União vivia sob o impacto da revolução cubana, por isto os seus membros se viam como revolucionários e vanguardistas da mudança.

A maioria dos membros da UAP pertencia a uma ala radical jovem da classe média paraense, engajada em lutas estudantis nacionais e também influenciada pela União Nacional dos Estudantes

Isto é, o programa visa pôr fim ao sentido público das universidades, IFE's e CEFET'S, as desvinculando da União, para serem financiadas por organizações privadas. Ver mais em: http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid=86. Acesso em: 29 de Julho, 2019.

(UNE)⁶⁹, que no início dos anos 60 era um movimento respeitado e composto por jovens interessados em mudar o mundo (Cf. FONTES; ALVES, 2013). Apesar desta proximidade com as pautas nacionais, a UAP teve uma atuação relevante em âmbito regional, ao apoiar a criação efetiva de um diretório estudantil na UFPA, onde os estudantes tivessem voz e representatividade na comunidade acadêmica.

Desta forma, é somente no ano de 1961, poucos anos antes do golpe militar⁷⁰, que os estudantes membros do então figurativo DCE, constroem o primeiro regimento do Diretório, já com o intuito de efetivarem o seu papel político de movimento estudantil na Universidade. Porém, o recém-empossado reitor José da Silveira Netto⁷¹, no uso de suas atribuições optou por negar a aprovação do regimento (Cf. FONTES; ALVES, 2013). Essa negativa reverberou na realização de uma greve no ano seguinte, com a UAP à frente, reivindicando 1/3 da participação estudantil nos colegiados superiores.

De acordo com Pedro Galvão, então presidente da UAP,

A greve de um terço que paralisou todos os alunos do Pará, ninguém furou a greve. Os estudantes paravam os ônibus e brigavam com a polícia. (...) Aqui na Universidade do Pará havia apenas os prédios da Faculdade de Direito, de Medicina, Filosofia onde as instalações eram bastante precárias. (...) embora tivéssemos professores bastante competentes, tínhamos professores extremamente incompetentes. Havia um reitor na Universidade da Bahia que estava há 15 anos na reitoria da Universidade, há enfim, essas questões todas além da necessidade da democratização, da participação estudantil nos órgãos colegiados da Universidade, eram todas as bandeiras de lutas do movimento universitário. Pretendia-se melhorar a Universidade em vários níveis não só nas questões materiais, não só democratizá-la, mas também melhorar o nível de ensino que considerávamos bastante baixo. O reitor na época, José da Silveira Netto, era uma pessoa totalmente contrária a qualquer movimento reivindicatório dos estudantes, e naquela ocasião resolvemos realmente enfrentá-lo. Realizamos uma passeata estudantil que culminou com uma manifestação em frente à reitoria, onde vários estudantes discursaram falando da Reforma Universitária. Na ocasião, a reitoria manteve-se fechada, sem qualquer movimento (GALVÃO, 2004, p. 30).

Assim, além da luta pela participação estudantil e pela reforma da UFPA diante de um reitor contrário aos movimentos reivindicatórios, a greve de 1962 também ergueu bandeiras em prol de

⁶⁹ A UNE foi fundada em 1937, fazendo parte dos mais importantes movimentos populares da história recente do país, como a resistência à ditadura militar, “diretas já”, a luta contra os governos neoliberais na década de 1990 e as jornadas de junho em 2013. Ver mais em: <https://une.org.br/a-une/>. Acesso em: 31 de Julho, 2019.

⁷⁰ Ver mais em: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de sociologia e política, n. 25, p. 83-106, 2005.

⁷¹ Docente e diretor da faculdade de medicina, foi nomeado como o segundo Reitor da UFPA em 1960, precedido por Mário Braga Henriques. Em sua gestão, foi inaugurado o primeiro campus da Universidade, que desde o ano de 2017 passou a ser chamado de Cidade Universitária José da Silveira Netto, em sua homenagem (Cf. REITORES, 2019).

questões materiais, como melhores instalações prediais, e em prol do nível de ensino da Universidade, que era, até então, considerado bem baixo. Tais reivindicações estavam inseridas nas propostas de base e na reforma universitária defendida pelos membros da UAP, que por suas ações militantes, foram vítimas de invasões orquestradas por filhos de fazendeiros e policiais anticomunistas do Estado, em seus seminários voltados a debates acerca da democratização do ensino superior.

Com o processo de golpe militar em andamento em 1964, a UAP publicou uma nota oficial no jornal “Folha Vespertina”, decretando greve geral dos estudantes universitários paraenses e conclamando a aliança política com outros segmentos da sociedade para a criação de um movimento de resistência aos militares. Segundo Fontes e Alves (2013, p. 275), através da nota é possível também interpretar que “os dirigentes da UAP se viam na vanguarda da resistência ao golpe, colocando os estudantes como parte fundamental da aliança de forças capazes de dirigir o Brasil”.

Em meio ao alastramento do regime militar no Estado, o clima nos jornais era tranquilo e as autoridades governamentais, em momento algum questionaram à quebra da normalidade democrática. Eram somente os estudantes, trabalhadores sindicalistas, lideranças estudantis e partidárias, que se posicionaram em defesa da manutenção da democracia no território nacional (Cf. FONTES; ALVES, 2013). Diante de um golpe militar em curso, a UFPA então se silenciou, ignorando os seus discentes e docentes capturados pelo regime, presos e torturados por serem vistos como uma ameaça ao *status-quo*.

Com a efetivação da ditadura militar no país, a UFPA passou a ser alvo de diversos investimentos dos governos na década de 1970, principalmente pela boa relação do então reitor Silveira Netto, com os militares no poder. Através disto, ocorreu a modernização da Universidade e a construção de seu principal campus no bairro do Guamá, em Belém. A censura, as greves, as perseguições ao movimento estudantil e aos docentes da Instituição, não foram capazes de denunciar as ações militares no campus, mas também não decretaram o fim da resistência estudantil no espaço universitário paraense.

No final da década 1970, o regime militar começa a se desgastar, iniciando um processo de transição para a nova República. É neste novo momento do país que os movimentos sociais passam

a se reestruturar, e dentre eles está o DCE e os centros acadêmicos da UFPA. Com o intuito de derrubar a ditadura, o movimento estudantil paraense se une com entidades ligadas à igreja progressista, associações de bairro, centros comunitários, comunidades de base, centros de defesa dos direitos humanos e associações de trabalhadores (Cf. COSTA, 2006).

Entre articulações pelo fim da ditadura militar e gritos pela democratização da universidade pública, o DCE UFPA ressurgiu se engajando em diversas lutas estudantis no Estado do Pará. No ano de 1977, os estudantes se reúnem para protestar por melhores condições de transportes e contra a decisão da reitoria de proibir a entrada de ônibus de linhas urbanas no campus do Guamá. O protesto surge efeito e é então criada uma linha interna de ônibus para conectar os diversos institutos da Universidade, porém, a medida não é bem implantada, e mais protestos estudantis se desencadeiam na UFPA.

Em 1981, o DCE UFPA democratiza o processo de eleição para dirigentes, optando pela eleição direta. A chapa vencedora deste ano, “Pra sair dessa maré”, inicia um trabalho de base junto aos centros acadêmicos da universidade, os aumentando de 3 para 41 em três anos de atuação (Cf. COSTA, 2006). Assim sendo, o Diretório dos estudantes alça o movimento estudantil universitário a um patamar nunca alcançado, criando o caminho para a conquista de suas principais reivindicações. Dentre elas estão, a concessão da meia-passagem de ônibus para todos os estudantes paraenses.

Imagem 12 - Manifestação de estudantes em 1984 pela concessão da meia-passagem em Belém



Fonte: Revista PZZ, ano 2, n. 4, agosto/setembro de 2007.

A reivindicação pela meia-passagem é até o presente momento, a mais icônica luta travada pelo

movimento estudantil paraense. Tal luta teve início no ano de 1983, com a deflagração da campanha contra as péssimas condições dos ônibus em Belém, pelo congelamento da tarifa e pela implantação do direito a meia-passageira para os estudantes. No ano seguinte, o movimento se radicalizou, protagonizando uma série de conflitos entre estudantes e policiais, que resultaram em muita repressão e ônibus invadidos e depredados. A respeito destes protestos, a professora Lurdinha Rodrigues⁷², relata:

Pois bem, vínhamos na manifestação pela José Bonifácio para dobrarmos na Magalhães Barata e passarmos em frente à casa do governador, a orientação era seguirmos em frente até a Praça da República. O governador sabendo da passeata ordenou que a cavalaria cercasse as travessas laterais a casa do governador. Nós não sabíamos, e fomos pegos de surpresa, quando entramos no “corredor”, fomos cercados pela cavalaria - ‘Virgem Maria, eram muitos cavalos’. Acontece que em todas as passeatas, as lideranças tiravam alguma estratégia, ou seja, alguma reação ou algum plano de fuga no caso de repressão. E no decorrer da passeata foram distribuídos vários “saquinhos com bola de gude” ou indo no linguajar paraense “saquinhos de petecas” (...). Voltando, quando a cavalaria começou a avançar para cima da manifestação nos começamos a soltar as “petecas”. Gente foi muito pai d’égua, os cavalos patinavam nas petecas, as patas dos mesmos não conseguiam quebrar as petecas como acontecia com os caroços de açai. Era um “balé de patinação” de cavalos e policiais assustados. A repressão tomou um baita susto. A passeata passou pela cavalaria. Mas durou pouco tempo, pois os batalhões de choque surgiram de várias “travessas”, com seus cassetetes, balas de efeito moral e gás lacrimogêneo etc. Aí, o bicho pegou, foi um corre-corre, eram muitos gritos, petecas voando nos escudos dos policiais (RODRIGUES, 2010)⁷³.

Como podemos perceber através deste depoimento, o DCE e os centros acadêmicos da UFPA não temiam os embates com a polícia repressora do governo do Estado, os enfrentavam incessantemente, fazendo uso de estratégias, em prol do direito a meia-passageira para os estudantes nos transportes públicos da capital. A intensificação destes confrontos fez com que o então governador, Jader Barbalho⁷⁴, assinasse a lei de concessão da meia-passageira aos estudantes, mas limitada ao número mensal de 44 passes (Cf. PINTO, 2006).

Esta restrição não agradou o movimento estudantil, que reivindicava pela concessão da meia-passageira de forma ilimitada, para de fato suprir todas as atividades acadêmicas dos estudantes fora e dentro do *campus*. Por esta razão, o movimento volta às ruas em 1985, com protestos

⁷² Integrante do centro acadêmico de Ciências Sociais da UFPA, durante os anos de luta pela meia-passageira estudantil.

⁷³ Relato retirado do Blog Professora Edilza Fontes, “Histórias da conquista da meia-passageira”. Disponível em: http://professoraedilzafontes.blogspot.com/2010/01/historias-da-conquista-da-meia-passageira_14.html. Acesso em: 30 de Julho, 2019.

⁷⁴ Eleito como governador em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cumprindo o mandato durante os anos de 1983 a 1987. Foi o 34º governador do Estado do Pará.

concentrados no período noturno, com estudantes saindo da UFPA e pulando as roletas dos ônibus, rumo à casa do governador. Nos anos de 1987 a 1991, durante o governo de Hélio Gueiros⁷⁵, a repressão tornou-se regra, com tropas de choque cada vez mais armadas com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e cavalarias.

Em consequência disto, muitos estudantes foram violentamente feridos, presos e processados pelo governo paraense. Com o caos instalado na cidade, trânsito parado e estudantes a postos depredando ônibus, o governo decidiu suspender de vez a meia-passagem de todos os estudantes da capital. O que gerou uma enorme revolta em toda a comunidade estudantil e em suas famílias, que precisaram voltar a pagar o preço integral das passagens de ônibus para estudantes frequentarem as aulas. Tal suspensão não passou de seis meses, visto que o movimento estudantil se uniu ao descontentamento geral da sociedade, e protestos cada vez maiores se iniciaram.

No ano de 1991, o maior protesto do movimento estudantil tomou conta das ruas do centro de Belém, mais de 9 mil estudantes se reuniram e lograram passar pelo esquema de segurança montado pelo governo. A casa do governador foi apedrejada, assim como 27 ônibus e o carro da filial da Rede Globo no Estado. Além disso, cerca de 72 estudantes foram feridos em confronto com a polícia. A manifestação então se torna conhecida nacionalmente, ganhando proporções não imaginadas pelo governo, os deixando apenas com a opção de acatar a reivindicação dos estudantes. Deste modo, é assim aprovada a meia-passagem para estudantes, se tornando também uma das maiores conquistas do DCE UFPA.

Após discorrermos a respeito das características organizativas da UFPA e a presença de movimentos de reivindicações docentes e estudantis na Universidade, adentraremos no contexto periférico amazônico que a circunda, analisando a relação de contraste latente entre a produção de conhecimento e a manutenção de desigualdades presentes no mesmo espaço geográfico. Para isto, faremos uma breve contextualização histórica do surgimento dos arredores da Instituição, tendo em vista a melhor compreensão de sua realidade social atual e de sua relação de contraste com a Universidade.

A cidade universitária José da Silveira Netto, o principal *campus* da UFPA, está localizada no

⁷⁵ Eleito em 1987 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cumprindo mandato até ano de 1991. Foi o 35º governador do Estado do Pará.

bairro do Guamá, o mais populoso dentre os 48 existentes na capital paraense e, um dos bairros com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (SEGEP, 2010)⁷⁶. Esta realidade periférica está intrinsecamente conectada com a forma pela qual o bairro surgiu, pois, a sua fundação advém de um contexto de exclusão e falta de políticas públicas. De acordo com Victor Furtado (2019), a primeira propriedade fundada no Guamá data do ano de 1746, sendo esta a fazenda Tucunduba, que em 1755 foi adquirida por padres mercedários, para a construção de uma olaria e um engenho.

No ano de 1794, os padres foram expulsos da propriedade pelos Portugueses, e a Santa Casa⁷⁷ passou a administrar o espaço. A recomendação dada pelo governo imperial foi a criação de um asilo para abrigar a população com hanseníase⁷⁸, formada em sua maioria por negros (as) escravizados, que vagavam pelas ruas de Belém após serem descartados pelos escravagistas. É assim, portanto, que em 1816, é inaugurado o “Asylo do Tucunduba”, posteriormente conhecido como “Hospício dos Lázaros”, em referência ao personagem bíblico e as péssimas condições que se encontravam os pacientes com hanseníase e doenças mentais no abrigo (Cf. HENRIQUE, 2014).

Conforme Arthur Vianna (1992, p. 123), a Santa Casa:

(...) transformou um grande telheiro que lá havia em edifício nosocômico, vestindo-o de paredes e de separações internas, e conseguindo fazer um prédio defeituoso e absolutamente impróprio ao fim a que o destinaram. Não se visou à higiene, nem se atendeu às condições de segurança e conforto que um estabelecimento destinado à reclusão de infeccionados devia oferecer. O terreno não foi murado, nem ao menos cercado; ficou aberto, devassado, oferecendo múltiplas saídas aos enfermos, impossibilitando por completo a fiscalização.

Devido a estas péssimas condições mínimas de funcionamento, o abrigo ficou conhecido nos jornais da época como a “sala de espera da morte”, “casa de miséria e desolação”. Por estes termos, compreendemos o quão estigmatizado foram os pacientes com hanseníase nesse período, vistos e

⁷⁶ Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/index.php/tabela-demografia-3col/>. Acesso em: 31 de Julho, 2019.

⁷⁷ A Fundação da Santa Casa de Misericórdia ocorreu no dia 24 de Fevereiro de 1650, e em 1667 recebeu o título de irmandade da realeza portuguesa, tal qual a S.C. de Misericórdia de Lisboa. Atualmente a Fundação é um órgão da administração indireta, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde Pública e com certificação de hospital de ensino. Ver mais em: <http://www.santacasa.pa.gov.br/sobre/p.php?id=3>. Acesso em: 31 de Julho, 2019.

⁷⁸ A hanseníase é uma doença infecciosa crônica transmissível causada pelo *Mycobacterium leprae*, que acomete principalmente pele e nervos periféricos e as suas principais características são manchas na pele de cor parda, esbranquiçada ou avermelhadas. No passado, a doença era conhecida como lepra, e era bastante estigmatizada, atingindo frequentemente as camadas mais pobres da sociedade. Ver mais em: ARAÚJO, Marcelo Grossi. Hanseníase no Brasil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop, p. 373-382, 2003.

repelidos pela sociedade paraense como infelizes criaturas, desgraçados e desventurados enfermos (Cf. HENRIQUE, 2012). Assim, o primeiro “leprosário da Amazônia”, como era conhecido o bairro do Guamá nos primórdios de sua fundação, tornou-se um espaço de exclusão da capital, onde os habitantes não desejados pelas forças imperiais poderiam ser descartados, com o intuito de manter o centro da cidade higienizado.

A partir deste histórico de segregação de um bairro que outrora fora um depósito de excluídos, em sua maioria formada por negros (as), é coerente que hoje o bairro do Guamá seja uma das zonas mais periféricas da capital paraense, com altos níveis de desigualdades e violência⁷⁹ (Cf. CHAGAS, 2014). Deste modo, é em meio à pobreza e à falta de oportunidades, que o principal campus da UFPA se encontra, local onde são produzidos o conhecimento e a ciência de maior relevância na Amazônia e no norte do país.

Um exemplo visual deste contraste é o trajeto diário dos alunos, professores e servidores da Instituição, que para chegarem à universidade, precisam adentrar um dos territórios mais pobres e desiguais de Belém. Ao mesmo tempo em que admiram as belezas do Rio Guamá através da vista de prédios como o Mirante do Rio⁸⁰ localizado dentro do *campus*, também inevitavelmente visualizam as construções paupérrimas que circundam os muros da Universidade. As imagens abaixo ilustram acertadamente esta contradição cotidiana:

⁷⁹ O bairro do Guamá é rotineiramente palco de chacinas entre grupos de traficantes da área e milícias policiais da capital, o último atentado de grande repercussão nacional ocorreu no dia 19 de Maio de 2019. Sete homens encapuzados invadiram um bar no bairro e dispararam contra os ocupantes, deixando o total de 11 vítimas fatais. Segundo as investigações, ao menos quatro policiais estariam envolvidos na chacina, e acredita-se que a motivação do crime está relacionada ao tráfico de drogas na área. Ver mais em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/06/18/pericia-conclui-que-chacina-do-guama-em-belem-ocorreu-em-curto-periodo-de-tempo-assista-animacao-que-reconstitui-as-cenas-do-crime.ghtml>. Acesso em: 02 de Agosto, 2019.

⁸⁰ O prédio Mirante do Rio foi inaugurado no ano de 2017, como espaço criado para a alocação de estudantes dos institutos de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Letras e Comunicação (ILC), Geociências (IG) e Ciências Exatas e Naturais (ICEN). Ver mais em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=12607>. Acesso em: 02 de Agosto, 2019.

Imagem 13 - Vista do prédio Mirante do Rio



Fonte: PublicInsta, 2019.

Imagem 14 - Moradias típicas do bairro do Guamá



Fonte: Jornal Beira do Rio, 2019.

Fazer parte da UFPA é estar em contato constante com uma realidade de privilégio por estar vinculado a melhor universidade da região, e por outro lado, é estar rodeado pelas mazelas de um bairro onde apenas 1% de seus moradores tem acesso ao ensino superior (Cf. NAVEGANTES; CARDOSO, 2018 *apud* GADELHA, 2012). Para os jovens negros (as) moradores do bairro do Guamá, ir para a universidade é equivalente a ganhar na “Mega Sena”, ou seja, não passa de um sonho, pois ao se perceberem como excluídos, invisíveis para as políticas públicas do Estado, não se sentem preparados para lograr alcançar uma qualificação maior que o término do ensino médio.

As razões pelas quais estes jovens têm pouco otimismo acerca de seu futuro estão relacionadas, principalmente, à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da casa, visto que apenas estudar é um privilégio em bairros periféricos; a satisfação gerada pela ideia de que “terminar os estudos” é apenas conseguir o diploma do ensino médio; e por fim, ao surgimento de novos papéis sociais advindos de uma gravidez não planejada (Cf. REIS, 2012).

Assim como os habitantes do Guamá, a população periférica dos demais bairros de Belém é historicamente afetada por uma “invisível” segregação racial e econômica, que naturaliza o lugar ocupado pelo negro (a) e pelo não negro (a) em diferentes patamares da sociedade paraense (Cf. AMARAL, 2004). Por esta razão, a UFPA, mesmo estando circundada por uma população negra e periférica, ainda se mantém como um espaço de privilégios embranquecido, o qual é visto como

inalcançável para aqueles que veem o futuro com poucas esperanças de ascensão social pelo estudo.

Diante desta realidade segregacionista entre bairros periféricos e a UFPA, o CEDENPA volta a protagonizar o presente trabalho, ao assumir o compromisso de estreitar a sua trajetória de militância política com a academia, aproximando o movimento negro paraense dos estudos acerca das desigualdades e da negritude na região amazônica. É através desta iniciativa, que adentraremos os meandros das estratégias e práticas antirracistas da Entidade em âmbito universitário, que por excelência, foram ferramentas de suma importância para a implantação das cotas étnico-raciais na UFPA e que ainda seguem na luta pela descolonização das estruturas de conhecimento da mais importante universidade da região amazônica.

2.2 O Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM) e outros projetos

A história dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), vinculados às instituições de ensino superior no país, tem início no ano de 1959, através da criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)⁸¹, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A partir de então, mais de 100 Núcleos surgiram, em universidades públicas e privadas, com o intuito de estudar a população afro-brasileira em suas diversas dimensões. Dois dos mais antigos NEAB's encontram-se na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e na Universidade de Brasília (UnB), ambos criados na década de 1980.

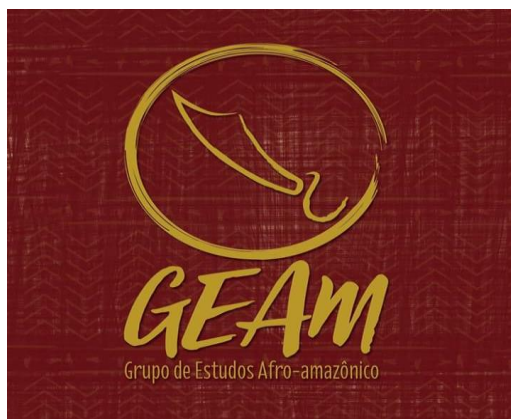
Em contrapartida, tais estudos afro-brasileiros historicamente se concentraram nas regiões nordeste e sul, através da cooperação entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros das principais universidades do país. Desta forma, os estudos das relações raciais na região norte do Brasil e, por conseguinte, na região amazônica, estiveram por muitos anos relegados como estudos coadjuvantes da região nordestina, alimentando a ideia de que a região norte é um inferno verde, inóspito e pouco habitado (Cf. ALEIXO, 1987; BELO, 2013).

Apesar da existência de um movimento negro na região norte desde a década de 1980, como o próprio CEDENPA, a Associação do Movimento Afrodescendente do Pará (Mocambo), entre

⁸¹ O CEAO é um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, criado pelo professor George Agostinho, contando com autonomia administrativa e acadêmica. Suas atividades estão voltadas para os cursos de graduação e pós-graduação, através de pesquisas que se dedicam a estudar a vida, o sofrimento e a luta do povo africano e seus descendentes (Cf. TELES, 2004). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100014&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 06 de Agosto, 2019.

outros, tais entidades pouco tinham diálogo com a academia, pois concentravam suas atividades em lutas coletivas fora do contexto acadêmico. É a partir desta histórica falta de representatividade negra na maior universidade da Amazônia brasileira, que no dia 16 de Novembro de 2002, o CEDENPA com o apoio de seus membros que eram discentes e/ou professores universitários, criou o então primeiro NEAB da região, intitulado Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA.

Imagem 15 - Logotipo Grupo de Estudos Afro-amazônico (GEAM)



Fonte: GEAM, Facebook, 2019.

O respectivo grupo é então hoje formado por uma importante gama de professores do IFCH, a maioria pertencente à faculdade de Ciências Sociais, sendo alguns destes a Professora Zélia Amador de Deus, Raimundo Jorge de Jesus⁸², Eleanor Palhano⁸³, Marilu Campelo⁸⁴, Mônica

⁸² Graduado em Ciências Sociais pela UFPA (1983), mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela UFPA (1998), suas linhas de pesquisa são movimentos sociais, soberania, relações internacionais, estudos culturais, planejamento e violência. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/0114164102034454>. Acesso em: 08 de Agosto, 2019.

⁸³ Graduada em Ciências Sociais pela UFPA (1978), mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e doutora em Ciências Sociais também pela PUC-SP (2000). Suas linhas de pesquisa são educação e movimentos sociais. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/2097579030181428>. Acesso em: 08 de Agosto, 2019.

⁸⁴ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ (1991) e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1996). Suas linhas de pesquisa são religiões afro-brasileiras e políticas de ações afirmativas para a população negra. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/8338592541775616>. Acesso em: 08 de Agosto, 2019.

Conrado⁸⁵ e Luís Fernando Cardoso e Cardoso⁸⁶. O grupo não se auto intitula como um grupo de pesquisa, de cunho exclusivamente acadêmico, pois o seu intuito é o de criar uma interface entre a universidade e a sociedade, para que seja possível construir um espaço de diálogo e troca de experiências⁸⁷. Dentre os seus principais objetivos estão os seguintes:

Propor políticas públicas que visem o combate ao racismo e a eliminação da discriminação racial; Criar um espaço de diálogo e de trocas de experiências entre a Academia e os Movimentos Sociais Negros; Estimular a participação de professores, técnicos e estudantes nas ações e atividades acadêmicas que visem o combate ao racismo e a eliminação da discriminação racial; Estimular a criação de linhas de pesquisa, ensino e atividades de ensino sobre a questão racial em todas as áreas do conhecimento (MELO, 2011, p. 69-70).

Para cumprir tais objetivos, o Grupo atua com assessorias, formação de professores, cursos de especialização, defesa e divulgação das culturas afro-amazônicas, contra o racismo institucional presente na UFPA, pelas políticas de ações afirmativas e contra a intolerância religiosa que afeta as religiões de matriz africana no Estado do Pará. Portanto, a proposta do GEAM, desde o seu início, é discutir as relações étnico-raciais de cunho amazônico em âmbito acadêmico, impulsionando a entrada do movimento negro na universidade, e com isso, fortalecendo-se na luta pela proposição de políticas públicas voltadas a população afro-amazônica.

O GEAM, portanto, vem ao longo de sua história promovendo debates sobre as particularidades das relações raciais no norte do Brasil, assim como o racismo no contexto amazônico e as nuances da identidade afro-amazônica, através de palestras, grupos de discussões e minicursos. Uma das primeiras medidas adotadas pelo grupo, foi a importância de transformar o dia 20 de Novembro, dia da consciência negra, em um dia para se debater a situação do negro (a) na Amazônia, dando visibilidade para as ações do grupo diante da comunidade acadêmica.

É importante ressaltar que o início dos anos 2000 é um momento histórico de transição nas formas

⁸⁵ Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ (1990), doutora em Sociologia pela USP (2001), suas linhas de pesquisa são gênero e violência, relações raciais, juventudes, gênero e sexualidade. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/6141735247260273>. Acesso em: 08 de Agosto, 2019.

⁸⁶ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999), mestre em Sociologia pela UFPA (2002) e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Suas linhas de pesquisa são processos de racialização, direitos das populações tradicionais e conflitos sociais na Amazônia brasileira. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/9240601863315295>. Acesso em: 08 de Agosto, 2019.

⁸⁷ Ver mais no blog do Grupo: <https://www.blogger.com/profile/17415032488456377446>. Acesso em: 06 de Agosto de 2019.

de engajamento e luta antirracista do movimento negro no Brasil, pois com a diminuição da pressão política recebida pelos movimentos sociais tal qual ocorrera em outros períodos, os mesmos tiveram mais espaço para fomentarem o combate ao racismo em diversas instâncias que outrora eram de difícil acesso. Assim, o início do século XXI produziu um movimento negro menos *racialista*, aberto a aliar-se a outros setores da sociedade civil, objetivando a ampliação de conquistas para o segmento negro e o efetivo combate à discriminação racial no país (Cf. DOMINGUES, 2008).

Segundo Carlos Fernando Silva (2018), a Conferência de Durban, na África do Sul, que ocorreu em 2001, foi um importante marco histórico que impulsionou a criação do GEAM, pois sua cofundadora, a Professora Zélia Amador de Deus, esteve presente como importante figura do movimento negro organizado brasileiro. Desta forma, a conjuntura política na qual o GEAM surge é primordial para que ocorra a abertura política necessária para que o movimento negro paraense, neste caso representado principalmente pelo CEDENPA, ecoe para dentro dos muros da Universidade.

O ato de pensar a negritude em um contexto cultural particular, visto que as relações raciais no Pará e na Amazônia em geral diferem bruscamente do ser negro (a) em outros estados brasileiros, demonstra-se como um importante avanço na desconstrução da ideologia do mestiço amazônico e do branqueamento na região (Cf. CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015). O GEAM então se tornou uma ferramenta estratégica na luta antirracista no estado do Pará, atuando tanto no campo político universitário, quanto em outros âmbitos da sociedade civil.

Um dos mais importantes projetos cunhados pelo Grupo na UFPA foi a criação da Casa Brasil África (CBA) no ano de 2006, que surge influenciada pela aprovação da Lei nº 9.394/96⁸⁸, e pela histórica luta do GEAM no combate ao racismo e a xenofobia na Instituição (Cf. BAPTISTA et al, 2017 *apud* SILVA et al, 2014). A CBA, portanto, foi pensada como um espaço de intercâmbio entre os alunos brasileiros e os alunos oriundos da África, que anualmente ingressam na UFPA

⁸⁸ Sancionada em 20 de Dezembro de 1996, a seguinte lei tornou obrigatório o estudo de História e Cultura afro-brasileira, no ensino fundamental e médio, sendo posteriormente incluída na Lei de nº 10.639/03. Um ano depois, a resolução CNE CP 3/2004 estabeleceu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais no Brasil. Ver mais em: DA SILVA, Maurício Pedro. Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana: a Lei 10.639/03. EccoS Revista Científica, v. 9, n. 1, p. 39-52, 2007. Acessado em: 13 de Agosto, 2019.

através do PEC-G⁸⁹. A casa visa apoiar tais alunos em suas jornadas acadêmicas, e ao mesmo tempo, obter acesso à experiência de negritude dos mesmos para a efetivação de uma educação das relações étnico-raciais na Instituição (Cf. GEAM, 2006).

Figura 16 - Logotipo Casa Brasil África UFPA



Fonte: Casa Brasil África, Facebook, 2017

Em uma sociedade, tal qual a paraense, onde a identidade negra, seus símbolos e territórios são constantemente apagados e relegados frente às matrizes indígena e europeia (Cf. SALLES, 1971; CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO; 2015; NAVEGANTES; CARDOSO; 2018), a criação de um ponto de apoio e troca cultural com estudantes negros (as) advindos do continente africano, agrega consideravelmente na luta pela construção de uma identidade afro-amazônica. Desta forma, o GEAM elege os seguintes objetivos para o respectivo projeto:

- 2.1. Promover a formação profissional para a inclusão da questão racial na educação e as contribuições do direito para as relações raciais;
- 2.2. Contribuir para a implementação da Lei 10.639/03, que respalda a criação de projetos pedagógicos que tornam o currículo escolar mais democrático,
- 2.3. Contribuir na formação de jovens capazes de criar, em cooperação com os outros, uma sociedade na qual todos possam viver com dignidade.
- 2.4. Oferecer elementos para a compreensão da contribuição dos povos africanos na formação do Brasil moderno.
- 2.5. Promover a divulgação do Estatuto da Igualdade Racial e sua real aplicação;
- 2.6. Propiciar às comunidades quilombolas um espaço de intercâmbio entre a

⁸⁹ O Programa de Estudantes - Convênio é uma das ações de cooperação mais importantes do governo brasileiro e atinge regiões consideradas prioritárias para a política externa brasileira: América do Sul, Haiti, América Latina e Caribe, países da África e o Timor Leste. Atualmente, o PEC-G envolve 56 países africanos e asiáticos, possibilitando que tais países enviem estudantes para cursar graduação em instituições de nível superior no Brasil. Seu principal objetivo é dar oportunidade para a formação de recursos humanos em diversos campos profissionais, colaborando para o desenvolvimento interno dos respectivos países. Ver mais em: BAPTISTA, Marcelo Quintino Galvão et al. Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. 2017. Acesso em: 13 de Agosto, 2019.

Universidade, a sociedade civil organizada e suas necessidades.

2.7. Contribuir para o acolhimento dos estudantes africanos na UFPA.

2.8. Promover o intercâmbio de pessoas e ideias entre o Brasil e os países africanos.

2.9. Apoiar as iniciativas da Cátedra Brasil-África de Cooperação Internacional (GEAM, 2006, p.7).

Após a iniciativa do GEAM em criar a CBA e seus objetivos, em Setembro de 2006, o projeto saiu do papel e foi então vinculado à Assessoria Especial de Relações Internacionais (ARNI), que, por conseguinte, definiu as finalidades da Casa como:

- a. Promover o Intercâmbio Científico, Técnico e Cultural entre a UFPA e Instituições dos países do Continente Africano;
- b. Estimular e divulgar cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, sobre temas voltados para a problemática dos países africanos e outros que estudam problemas referentes aos afrodescendentes;
- c. Estimular, divulgar e cooperar no concernente ao intercâmbio de professores, técnicos e estudantes da UFPA e países africanos;
- d. Apoiar e estimular atividades que visem ao desenvolvimento da cooperação mútua Brasil – Continente Africano;
- e. Articular junto às agências de fomento para a obtenção de recursos que se destinem à extensão e à pesquisa bi ou multilateral com países africanos e outros;
- f. Envidar esforços para a consecução de programas de pesquisas conjuntos entre a UFPA e Instituições africanas e outras;
- g. Difundir a Língua portuguesa e a cultura brasileira nos países africanos e a cultura africana no Brasil (ASSUNÇÃO *apud* UFPA, p. 65-66, 2006).

A parceria do GEAM com os estudantes africanos através do intercâmbio de ideias proporcionado pela CBA promove diversos eventos, tais como palestras, rodas de conversa, festivais de filmes e exposições, visando a divulgação da história e cultura do continente africano. A comunidade acadêmica da UFPA é frequentemente convidada a participar de tais eventos, reafirmando o compromisso do GEAM e da CBA em estimular a difusão da cultura africana e afro-brasileira na maior universidade do norte do Brasil.

A Casa é um projeto pioneiro em todo o país, pois foi a primeira iniciativa voltada ao acolhimento de estudantes africanos no Brasil e ao intercâmbio de ideias entre negritudes africanas e brasileiras. Desta forma, a CBA nasce da intercessão da influência da luta do movimento negro na academia em consonância com os planos de internacionalização da UFPA, demonstrando a força do CEDENPA e de seus membros em âmbito acadêmico, ao saírem vitoriosos após pressionarem a administração superior da UFPA em busca de apoio para a efetivação de seus projetos antirracistas.

No ano de 2009, a atuação do GEAM frente à coordenação da CBA alcançou outro patamar, após o lançamento da Cátedra Brasil-África de Cooperação Internacional, programa que visa colaborar para a ampliação da troca cultural entre a Amazônia e os países africanos através de atividades de cunho científico e cultural, incentivo a pesquisas sobre a África e a diáspora africana em todas as suas nuances e também o apoio aos movimentos negros no Brasil e na África (Cf. BAPTISTA et al., 2017).

Além disso, no mesmo lançamento, a UFPA assinou o seu primeiro convênio de cooperação internacional com uma instituição de ensino superior africana, sendo esta a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Este momento histórico contou com a participação de diversas autoridades, dentre elas o reitor da respectiva universidade africana, que veio à Belém para selar a integração do conhecimento acadêmico africano e amazônico, inaugurando um importante caminho no combate ao racismo que culminou na criação da Assessoria de Diversidade Étnico-Racial da UFPA.

Pois, é em meio a este momento de vanguarda no que concernem os debates acerca das relações raciais, diversidade racial, racismo e negritude amazônica, que o GEAM traça outra importante estratégia de luta antirracista na Instituição. Esta conquista estratégica foi a Assessoria de Diversidade Étnico-Racial, que foi criada também no ano de 2009, com o objetivo de construir e executar projetos que contemplem ações afirmativas voltadas para uma educação e uma sociedade mais igualitárias (Cf. SOUZA, 2009).

A UFPA foi a primeira universidade da região norte e a segunda do país, a implantar uma Assessoria voltada a diversidade racial, com o intuito fomentar o debate e promover a criação de políticas com a finalidade de pôr fim a todos os atos de exclusão racial ainda existentes na comunidade acadêmica. A Assessoria foi pensada para trabalhar em conjunto com o GEAM e a CBA, como uma tríade dedicada ao combate do racismo e a inclusão do estudante negro (a) e indígena em âmbito acadêmico. Ademais, também cabe a Assessoria:

[...] criar diretrizes alinhadas às políticas federais que contemplem a diversidade étnico-racial no contexto educacional, como a Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e a Lei 11.645/08, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena. A intenção é incentivar a inclusão dos temas não somente na grade curricular das séries de educação básica, mas também no programa dos cursos de licenciatura e demais graduações ofertadas pela UFPA (SOUZA, 2009⁹⁰).

⁹⁰ Disponível online em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=3297>. Acessado em: 13 de Agosto, 2019.

Desta maneira, o intuito da Assessoria é tornar o estudo e o debate sobre as relações raciais na Amazônia, não somente uma pauta de reivindicação do movimento negro paraense, mas também temas presentes na formação dos alunos da UFPA. Tal união de ideais antirracistas entre o CEDENPA e a UFPA não se resume somente à luta e militância da Entidade, visto que a Reitoria da universidade os apoiou para que conquistas históricas como a fundação da CBA e da Assessoria de Diversidade Étnico-Racial da UFPA, se tornassem uma realidade.

Entretanto, tal apoio não surgiu desconectado dos debates incentivados pelo GEAM na comunidade acadêmica. Pois, apesar do então reitor da UFPA durante a primeira década dos anos 2000, o sociólogo Alex Bolonha Fiúza de Mello⁹¹, ter cedido espaço para o movimento negro transitar na universidade, ele detinha convicções diferentes das defendidas pelo GEAM e conseqüentemente, pelo CEDENPA. Estas diferenças se tornam preponderantes durante o processo de proposição das cotas étnico-raciais na Instituição, o qual será tratado no terceiro capítulo deste presente trabalho.

Portanto, a relação do movimento negro com os principais órgãos da UFPA, independente da formação acadêmica de cada reitor específico, está pautada no embate e na luta pela conquista de direitos para a população afro-amazônica. Com esta postura de militância constante, o GEAM vem criando ao longo dos anos, diversos projetos centrados na diminuição das barreiras impostas pelas estruturas racistas da academia brasileira, à população negra. Dentre tais projetos, destaca-se o curso de extensão proposto por Zélia Amador de Deus, intitulado “Abdias do Nascimento: Diversidade Étnico-racial na Pós-graduação”.

O seguinte projeto foi proposto no ano de 2016 e posteriormente organizado em 2017 pelo GEAM em parceria com o IFCH - UFPA, especificamente as Faculdades de Artes Visuais e de Ciências Sociais, assim como, com o apoio financeiro do MEC, através da Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A proposta do GEAM foi aprovada em conjunto com outras sete IFES que também tiveram a

⁹¹ Possui graduação em Ciências Sociais (1977) pela UFPA, mestrado em Ciência Política (1982) pela UFMG e doutorado em Ciências Sociais (1998) pela UNICAMP. Sua área de pesquisa é voltada para o estudo acerca do Estado e governo, com foco em instituições governamentais. Antes de atuar como reitor da UFPA (2001-2009), foi Coordenador do Curso de Ciências Sociais da UFPA (1983 - 1985); Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA (1985 - 1989); Vice-presidente da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP (1988-1990); Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1990 - 1992) e Pró-reitor de Extensão (1989-1993). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2945120170746923>. Acessado em: 14 de Agosto, 2019.

iniciativa de organizar o mesmo curso. O primeiro edital contou com a oferta de 60 vagas, com carga horária de 200 horas.

O principal objetivo do curso é preparar potenciais candidatas e candidatos advindos de grupos sub-representados academicamente, a concorrer em processos seletivos de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de universidades federais do território nacional, que atualmente contam com sistemas de cotas para estudantes oriundos de escola pública, autodeclarados negros/quilombolas e indígenas. Os objetivos específicos do curso são os seguintes:

Auxiliar candidatos autodeclarados pretos, pardos, quilombolas ou indígenas a ingressar na pós-graduação *stricto sensu*; colaborar para que os candidatos adquiram qualificação necessária ao acesso a pós-graduação nas universidades brasileiras, gerando assim maior equidade e diversidade nos cursos de mestrado e doutorado; estimular pessoas provenientes de segmentos sociais sub-representados no ensino superior a prosseguir os estudos, aprimorando sujeitos para o debate e intervenção na situação de desigualdade do país. (GEAM, 2017⁹²).

Em uma cidade onde cerca de 76% da população se autodeclara parda e preta (IBGE, 2010), ou seja, negra, é de suma importância que os espaços historicamente embranquecidos, como os cursos de pós-graduação da UFPA, sejam finalmente ocupados por aqueles que ainda figuram em maior número nas páginas policiais dos jornais locais. Garantir o acesso somente aos cursos de graduação não pode ser visto como a única medida para desembranquecer as estruturas de poder universitárias, visto que a maioria dos professores e servidores de cargos mais elevados, tal qual os reitores, fazem parte da minoria racial do país e muitas vezes, tomam decisões baseadas somente em suas óticas do privilégio branco (Cf. FERNANDES, 2015).

Além deste curso de extensão direcionado a grupos subalternizados, outro importante projeto ligado ao GEAM e a Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFPA), foi criado em 2017 pelo Professor Arthur Leandro Tata Kinamboji⁹³, também membro do CEDENPA. O projeto de extensão semanal

⁹² Disponível online em: <http://afroamazonico.blogspot.com/p/abdias-do-nascimento.html>. Acessado em: 15 de Agosto de 2019.

⁹³ Tata Kinamboji é referente ao nome de iniciação de Arthur Leandro no Candomblé, religião de matriz africana frequentada pelo Professor. O mesmo era graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA (1992), mestre em Artes Visuais pela UFRJ (2000). Foi coordenador da Rede Amazônica de Tradições de Matriz Africana (REATA), foi membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) - Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2014 a 2016). Além disso, foi Conselheiro titular no Colegiado de Culturas Afro-brasileiras do Ministério da Cultura e Conselheiro titular representante das Culturas Afro-brasileiras no Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (CNPC-MINC) de 2012 a 2015. Experiência na área de Artes, com ênfase em CULTURA, atuando principalmente nos seguintes temas: culturas afro-brasileiras, arte contemporânea, linguagens

em questão é intitulado de “Valorização do Patrimônio Artístico e Cultural Afro-amazônico”, e é direcionado a professores e estudantes de artes, profissionais e estudantes da educação, de ciências humanas, artistas e demais interessados. De acordo com o seu idealizador, a atividade tem como proposta:

[...] a imersão em territórios de resistência negra na Amazônia, quilombos e terreiros, assim como em organizações sociais do movimento negro, em busca de produção e difusão de registros audiovisuais de relatos da memória e da história da resistência cultural e artística negra na Amazônia, evidenciando as lutas por direitos culturais e a luta por igualdade racial nas artes e na cultura (PORTAL UFPA, 2017⁹⁴).

Assim, a principal meta do projeto é produzir programas com entrevistas e trocas de experiências entre artistas e agentes da cultura afro-amazônica, com a finalidade de cooperar com a construção de um conjunto referencial voltado ao patrimônio cultural e a produção artística negra presente na Amazônia. Logo, a ideia do professor Arthur Leandro era de preservar e democratizar o acesso à historicamente relegada produção da cultura negra e quilombola na região amazônica, para que fosse possível fazer uso de aspectos desta cultura brasileira de matriz africana como ferramenta pedagógica de apreensão e entendimento da realidade da desigualdade racial brasileira.

Entretanto, por uma fatalidade, este projeto quase foi interrompido em maio de 2018, com o precoce falecimento do professor Arthur Leandro Tata Kinamboji. No entanto o seu legado na UFPA, no movimento negro, na defesa das religiões de matriz-africana, foi de tamanha relevância no Estado do Pará, que seus projetos em prol da luta antirracista e valorização da cultura afro-amazônica, transcenderam suas ações em vida e continuam a descolonizar o eurocentrismo impregnado nas artes da academia paraense (Cf. ARTHUR LEANDRO TATA KINAMBOJI; 2019).

visuais, vivências, vídeo e intervenção urbana. Disponível online em: <http://lattes.cnpq.br/6341884388726907>. Acessado em: 15 de Agosto, 2019.

⁹⁴ Disponível online em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/632-projeto-de-extensao-da-faculdade-de-artes-visuais-realiza-encontro-com-a-ceramista-li-divino>. Acessado em: 15 de Agosto, 2019.

Imagem 17 - Convite à inauguração da sala Arthur Leandro “Tata Kinamboji”



Fonte: GEAM, Facebook, 2019.

Por este seu importante legado que segue reverberando na UFPA, ocorreu no dia 27 de Junho de 2019, a inauguração da sala Arthur Leandro “Tata Kinamboji”, parte integrante do Laboratório de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Afro-Amazônica, localizado no Ateliê de Artes da FAV, no campus universitário do Guamá. A sala abriga o acervo do professor, tal como livros, documentos, fotografias e diversas publicações doadas por seus familiares. O acervo está em construção e brevemente estará aberto a consulta, como uma forma de manter Tata Kinamboji presente na luta que teceu durante toda a sua vida, a luta pela construção de uma universidade culturalmente diversa e antirracista.

Em suma, ao perpassarmos por estes exemplos de projetos propostos por membros do GEAM na UFPA, foi possível constatar a ativa atuação do CEDENPA e sua militância em âmbito acadêmico, através da criação de importantes projetos e ações antirracistas, que fazem parte da estratégia de luta do movimento negro paraense por uma universidade mais negra, indígena e quilombola, objetivando construir uma graduação e pós-graduação que abarquem a pluralidade do conhecimento produzido para além dos muros das universidades ocidentalizadas.

III. O CEDENPA E APROVAÇÃO DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Após transcorrermos a respeito do histórico do movimento negro no Brasil, com ênfase no surgimento e consolidação do CEDENPA como principal entidade antirracista do Estado do Pará; as características da UFPA e o seu contexto periférico amazônico, assim como as estratégias e ações em prol da conquista de direitos para a população negra do CEDENPA por intermédio do GEAM na Instituição, abordaremos neste terceiro capítulo a atuação do referido movimento negro na luta pela implantação das cotas étnico-raciais na maior universidade do norte do país.

No primeiro tópico deste capítulo, analisaremos as investidas e embates do CEDENPA no campo político da UFPA, tendo como base a atuação do GEAM, já que o grupo foi o grande fomentador do debate sobre cotas étnico-raciais na Instituição. Assim, para compreendermos o âmago dos conflitos retóricos ocasionados pela postura militante de um grupo de estudos da Universidade, analisaremos dois artigos do jornal institucional da UFPA, chamado Jornal Beira do Rio. Em um primeiro momento, destrincharemos o artigo intitulado “Cota para negros reabre discussão sobre o racismo nas Universidades”, que conta com uma entrevista da Professora Zélia Amador de Deus, esclarecendo a razão de ser das cotas raciais.

Logo depois, faremos a ligação entre a postura militante do GEAM no campo político acadêmico e a sua empreitada em se aproximar da PROEG, tendo em vista a construção do caminho que o levou a fazer parte do Grupo de Trabalho de Ação Afirmativa da UFPA. Neste tocante, nos aprofundaremos na proposta de cotas raciais elaborada pelo GT e analisaremos o segundo artigo do Jornal Beira do Rio, com o título “Entrevista: Cotas para negros nas universidades”, que traz uma conversa com a Professora Marilu Campelo, uma das lideranças do GEAM.

Após analisarmos a investidas e estratégias do GEAM e do GT de Ação Afirmativa na propagação do debate sobre cotas raciais na UFPA, exploraremos as polêmicas, embates e atos de ódio surgidos a partir do senso comum de uma sociedade profundamente racista. Para ilustrar a força do racismo nestas estruturas sociais brasileiras, analisaremos uma tabela com dados que substanciam a histórica diferença de anos de escolaridade entre jovens brancos e negros (as) no país, com o foco na região norte. Este fosso educacional que separa os indivíduos por cor torna-se então um dos

principais argumentos do movimento negro em defesa de uma proposta de cotas de cunho racial na UFPA.

A partir deste argumento, finalizaremos o respectivo tópico descrevendo os andamentos da primeira reunião do COSENPE, que visou iniciar a votação da proposta de cotas étnico-raciais na UFPA, através da leitura do parecer da PROEG. Desta forma, percorreremos os principais pontos defendidos pela relatora da Pró-Reitoria, e como tal posicionamento dialogou com a ação afirmativa formulada pelo GT e a posição pública do então Reitor em exercício.

Já no segundo tópico, narraremos a Terceira Sessão Extraordinária do COSENPE, a reunião na qual efetivamente ocorreu a votação acerca do sistema de cotas construído pelo GT de ação afirmativa em parceria com a PROEG. O intuito desta narrativa é revisitar os embates ocorridos na respectiva sessão, com o enfoque na contraproposta do então Reitor, Alex Fiúza de Mello, e sua postura diante da possibilidade de aprovação de uma política de ação afirmativa de cunho racial em âmbito acadêmico.

Também traremos os embates entre os discursos dos membros da sessão a respeito de cotas raciais e cotas sociais, chamando a atenção para a constante tentativa de direcionamento do debate para a questão das desigualdades sociais, em detrimento ao combate ao racismo como razão de ser da implantação das cotas na UFPA. Por fim, fecharemos o capítulo com o encerramento da votação, pontuando as principais decisões relacionadas ao sistema de cotas tomadas na reunião.

3.1 As investidas e embates do CEDENPA no campo político da UFPA

A criação do primeiro NEAB da região amazônica foi a principal estratégia e ferramenta do movimento negro visando o fomento ao debate acerca da democratização do ensino superior no Pará, que tinha como objetivo construir uma proposta de política de ação afirmativa que contemplasse aqueles que historicamente encontravam-se em um ponto de partida inferior no que concerne o acesso à universidade pública. Assim, o GEAM e seus membros, desde a fundação do grupo no ano de 2002, iniciaram uma série de ações e diálogos voltados à comunidade acadêmica da UFPA, com o intuito de trazer à tona um debate que já havia colhido frutos em outras universidades do país.

Para o GEAM, um dos mais importantes exemplos de atuação política em âmbito universitário, foi a dos Professores Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho da UnB, que no ano de 1999

apresentaram a primeira proposta de cotas para negros (as) da Universidade, tendo como base um emblemático caso de racismo ocorrido no Departamento de Antropologia da instituição, intitulado “Caso Ari”⁹⁵. A atuação e proposta de cotas dos respectivos professores, que no ano de 2003 culminou na aprovação da reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para estudantes negros (as), tornando a UnB a primeira universidade federal a implantar cotas étnico-raciais no país, reverberaram positivamente no movimento negro paraense.

Portanto, para os membros do GEAM, em conjunto com o CEDENPA, a proposta de cotas para a população negra era uma resposta política ao racismo existente na UFPA. Além disto, também foi uma das principais reivindicações do Grupo, que desde o seu surgimento se autodenomina como uma ferramenta do movimento negro em âmbito acadêmico, que tem como objetivo propor e executar políticas públicas que visem à construção da UFPA como uma universidade antirracista e racialmente plural.

Os esforços do Grupo em trazer o debate das cotas para a academia paraense começam a surtir efeito no ano de 2003, tornando-se assunto nos departamentos da Universidade, nos meios de comunicação institucionais e até mesmo nos meios populares. Dentre os meios de comunicação, analisaremos um artigo publicado pelo Jornal Beira do Rio, um prestigiado periódico mensal que aborda assuntos de interesse da comunidade acadêmica, publicando artigos de cunho político, acadêmico e científico, relacionados às questões relevantes e atuais da UFPA.

É através deste veículo de informação que se acentuam os debates acerca da aprovação ou rejeição de um possível projeto de cotas raciais na Instituição. O primeiro artigo do Jornal mencionando um sistema de reserva de vagas para estudantes negros (as) foi publicado em Agosto de 2003, com o

⁹⁵ [...] uma resposta política a um caso de conflito racial ocorrido no Departamento de Antropologia da UnB, [...] conhecido [...] como “Caso Ari”, que diz respeito a Arivaldo Lima Alves, o primeiro aluno negro a entrar no [...] doutorado após 20 anos de existência [...]. Logo no primeiro semestre do curso, foi reprovado em uma matéria obrigatória em circunstâncias inaceitáveis e a reprovação colocou-o na iminência de perder imediatamente o curso de doutorado. Arivaldo Alves lutou mais de dois anos por uma revisão justa de sua nota. E após um processo de extremo desgaste (dele e também nosso: Rita Segato era coordenadora da Pós-Graduação e foi demitida sumariamente do cargo ao posicionar-se do lado de Arivaldo Alves; eu era seu orientador e sofri hostilidade por defendê-lo diante da maioria esmagadora dos colegas) conseguiu levar o seu caso até o CEPE da UnB, que reconheceu a injustiça cometida e forçou o Departamento de Antropologia a mudar a sua nota e aprová-lo na disciplina, o que lhe permitiu permanecer no programa e terminar o doutorado (Carvalho, 2005, p. 239-240).

título “Cota para negros reabre discussão sobre o racismo nas Universidades”⁹⁶. A premissa do artigo foi abordar a dualidade presente em duas posturas opostas acerca da implantação de cotas para negros (as) na UFPA:

De um lado aqueles que historicamente foram escravizados e discriminados e que vêem nesta política uma forma de diminuir as desigualdades sociais entre negros e brancos no país. E de outro, aqueles que se sentem prejudicados por verem as suas chances de passar no vestibular diminuídas, e injustiçados por sentirem que desta forma estarão pagando por políticas mal elaboradas, que não incluem todos de forma igualitária (JORNAL BEIRA DO RIO, 2003).

O CEDENPA, representado através de uma entrevista cedida pela professora Zélia Amador de Deus, foi narrado no artigo como o principal porta-voz da opinião favorável às cotas, com argumentos relacionados às históricas desvantagens que os negros (as) acumulam em todos os setores da vida em sociedade, sendo estas desvantagens resquícios de uma história de escravidão e que são reforçadas pelo racismo cotidiano. De acordo com a professora, "A nossa luta é que os negros saiam do patamar de desvantagem e passem a alcançar um patamar de igualdade em relação aos outros grupos que não foram vítimas de discriminação"⁹⁷.

O Jornal também define a ideia de cotas para negros (as) como parte das políticas de ação afirmativa, que têm como intuito ampliar o acesso de minorias a todos os setores sociais. Outro importante ponto tratado é o caráter transitório das políticas de ação afirmativa, no qual a professora Zélia Amador de Deus afirma que a partir do momento em que as universidades tiverem um grande percentual de alunos negros (as), as cotas não serão mais necessárias. O exemplo da política de cotas da UnB também é citado, visto que a proposta foi aprovada em 2003 com o período de vigência estipulado, até então, para 10 anos⁹⁸.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2003/88-edicao-12/847-cota-para-negros-reabre-discussao-sobre-o-racismo-nas-universidades>. Acesso em: 20 de Agosto, 2019.

⁹⁷ (JORNAL BEIRA DO RIO, 2003).

⁹⁸ Com a aprovação da Lei Nº 12.711/2012, o sistema de cotas continuou vigente na UnB, mesmo após a expiração do primeiro sistema de reservas de vagas aprovado em 2003. A lei de cotas foi sancionada no ano de 2012 pelo governo da então presidenta Dilma Rousseff, e mesma garante 50% das vagas das IES federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública, e deste percentual, metade destinado a estudantes provenientes de famílias de baixa renda (renda per capita de até um salário mínimo e meio) e a outra metade para alunos de escola pública com renda superior a um salário mínimo e meio. Ainda, com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos e indígenas, dependendo da proporção de cada grupo étnico nos respectivos estados. É importante ressaltar que no ano de 2016 a Lei foi modificada e as pessoas com deficiência também foram inseridas na referida reserva de vagas (Cf. DOS SANTOS, 2012).

Acerca das opiniões contrárias às cotas, o artigo enumera quatro argumentos comumente defendidos, como a questão da meritocracia como ideia de ascensão por merecimento pessoal; a crítica a discriminação positiva⁹⁹ e sua inconstitucionalidade diante do princípio de igualdade¹⁰⁰; a dificuldade de identificar quem é negro (a) em uma sociedade tão miscigenada quanto à brasileira; e por fim, as cotas como medida desviante das políticas de caráter universalistas existentes em sociedades democráticas.

No que condiz o argumento referente à impossibilidade de classificar racialmente a população brasileira devido ao histórico de miscigenação do país, Zélia Amador de Deus chama a atenção para as particularidades das relações raciais à brasileira e o quão relevante é a questão do fenótipo nesta dinâmica. A professora em questão entende raça como “uma categoria discursiva em torno da qual se organizou um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão” (DEUS, 2008, p. 30). Isto é, para a mesma o termo raça é uma construção política e social de enorme importância no Brasil, visto que a cor da pele e o fenótipo exercem um papel de relevância na forma pela qual os indivíduos se relacionam e se diferenciam em sociedade.

Assim, para os membros do CEDENPA e do GEAM, é insustentável pensar as relações raciais no Brasil sob a ótica da mistura de raças e da inexistência de identidades racializadas¹⁰¹, pois o processo de miscigenação no país se deu por um processo de branqueamento, tendo em vista a absorção do negro (a) pela suposta superioridade branca (Cf. DEUS, 2008). Além disto, a ideia de raça não foi um conceito que surgiu ao acaso, mas sim um termo que foi historicamente construído pelo padrão de poder mundial dominado pelo homem branco europeu, que manteve o seu privilégio racial na zona do ser, enquanto os indivíduos racialmente oprimidos foram relegados a zona do não-ser (Cf. FANON, 1952; GROSGOUEL, 2013).

⁹⁹ O princípio da discriminação positiva fundamenta o conceito de ação afirmativa. Tal princípio remete a noção de “reparação” e “compensação”, que visam ressarcir um povo pelos atos lesivos cometidos contra os mesmos e compensá-los pelas perdas ocasionadas por estes atos. Ver mais em: CARVALHO, José Jorge. SEGATO; Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília, 2001.

¹⁰⁰ “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença, nossa igualdade nos descaracterizam. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não nos inferiorize; e temos o direito a ser diferentes quando ela produz, alimenta ou reproduz as desigualdades” (SANTOS, 2003, *apud* SANTOS, 2012, p. 291).

¹⁰¹ Ver mais em: MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade, v. 34, p. 287-324, 2008.

Já em resposta a eficácia das políticas de cunho universalista, a professora Zélia Amador de Deus rebate o argumento em sua entrevista para o jornal, afirmando:

As pesquisas do Ipea, apontam que no Brasil existem 22 milhões de pobres, dos quais 60% são constituídos por negros. Então a pobreza tem cor, a miséria tem cor no país, como é que eu posso fugir dessa questão racial, se tem dados me demonstrando que tem cor a miséria? (...) quem é que está na direção das empresas? São os negros? Quem é que está no parlamento, quem é que está ocupando o papel de mando no país? São os negros? Não! Mas eles são a maioria pobre no país (JORNAL BEIRA DO RIO, 2003).

Assim, a cofundadora do CEDENPA expressa de forma contundente que as políticas universalistas de combate à pobreza não darão conta de resolver as desigualdades em um país cujas relações sociais estão intrinsecamente interligadas às relações raciais. Para que qualquer proposta séria de combate à pobreza de cunho universalista seja de fato efetiva, ela precisa estar acompanhada de um recorte que tome em conta as dinâmicas raciais da respectiva sociedade, ou seja, precisa estar em consonância com as políticas de ação afirmativa.

Ainda no respectivo artigo do Jornal Beira do Rio, o então pró-reitor de Ensino e Graduação da UFPA, Prof. Dr. Roberto Ferraz, também concede entrevista, afirmando que a Universidade ainda não tem uma posição em relação à aprovação de cotas para negros (as), mas que a mesma incentiva o debate em âmbito acadêmico. Além disto, o pró-reitor declara que já esteve em reunião com o movimento negro, e que juntos traçaram as seguintes metas:

Ficou decidido na reunião que na próxima matrícula nós iremos tentar fazer uma pesquisa no sentido de identificar a quantidade de alunos negros que nós temos na universidade hoje. Faríamos também no próximo semestre letivo, lá pelo mês de outubro ou novembro, um seminário aonde viriam pessoas de fora para discutir mais abertamente este tema, chamando a comunidade universitária para discutir o assunto (JORNAL BEIRA DO RIO, 2003).

Através destas metas é possível compreender o quão determinante foi a atuação do CEDENPA na construção de um debate sério sobre a questão das cotas para negros (as) na UFPA, pois ao liderarem um movimento político na Universidade sob a alcunha do GEAM, abriram caminhos outrora não alcançados pelo movimento negro regional. Tratar o tema das cotas raciais em uma cidade tomada pelo conceito de “morenidade” (Cf. CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO; 2015) como ferramenta de invisibilidade negra, exigiu do movimento negro esforços contundentes na desconstrução da identidade miscigenada que se encontra profundamente arraigada na cultura paraense.

Por esta dificuldade, o GEAM cunhou como sua estratégia de desconstrução dentro da Universidade, a realização de palestras e seminários com a participação de pesquisadores de várias partes do país, com o intuito de enriquecer as discussões históricas e contemporâneas a respeito da população negra, trazendo para a comunidade acadêmica a oportunidade de pensar e questionar suas identidades racializadas no contexto de negação da negritude amazônica. O pensar-se negro (a) e as cotas na UFPA, deixam então de ser um tema restrito aos estudos de pesquisadores de algumas faculdades de ciências humanas, e tornam-se temas centrais de debates nos diversos âmbitos universitários.

Como consequência destas ações de fomento ao debate sobre o negro (a) e as cotas, e a constante aproximação do movimento negro com órgãos importantes da Universidade, no ano de 2004 a PROEG entrou em contato com os professores pertencentes ao GEAM, com o intuito de formar um Grupo de Trabalho de Políticas de Ações Afirmativas para Grupos Étnicos Discriminados (GT de Ações Afirmativas). A partir deste contato e posterior reunião, o GT é oficializado com a missão de promover um estudo sobre a viabilidade das cotas nos cursos de graduação da UFPA, e com base nisto, criar uma proposta de cotas étnico-raciais para a Instituição.

O respectivo GT foi composto pelo Prof. Dr. Roberto Ferraz Barreto, então Pró-Reitor de Ensino e Graduação, pelos professores Dr. Raimundo Jorge Nascimento de Jesus, Eleanor Gomes da Silva Palhano, Marilu Márcia Campelo, do IFCH, Prof.^a Zélia Amador de Deus, do Centro de Letras e Artes, Prof. Raimundo Alberto Damasceno¹⁰², do Departamento de Educação, e Apolinário Alves Filho¹⁰³, técnico administrativo da Auditoria Interna (AUDIN) da UFPA.

Após a consolidação dos estudos feitos pelo GT em questão, uma proposta de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Pará de Integração de Grupos Étnicos Discriminados foi criada. De acordo com Nairo Melo (2011), o documento foi construído com o intuito de integrar grupos raciais discriminados e garantir o acesso e permanência dos mesmos no ensino superior. Por conta disto,

¹⁰² Possui graduação em Arquitetura (1983) pela UFPA, mestrado em Educação Escolar Brasileira (1991) pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorado em Educação (1998) pela PUC São Paulo. Desenvolve estudos na área da História da Educação, Política educacional e Planejamento Educacional. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>. Acesso em: 27 de Agosto, 2019.

¹⁰³ Possui graduação em Ciências Contábeis (1984) e especialização em Administração Estratégica (2003) pela UFPA. Membro do GEAM e do movimento negro. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/9507919187275518>. Acesso em: 27 de Agosto, 2019.

o texto da proposta transcorre acerca de aspectos histórico-sociais brasileiros, assim como argumentos político-jurídicos que justificam a necessidade da implantação de uma política de cotas de caráter racial diante das desigualdades raciais do país.

No que tange a proposta do GT para promover o efetivo acesso de cotistas aos cursos de graduação da UFPA, destacam-se as seguintes medidas:

- a) Disponibilizar, por um período de 10 anos, 20% das vagas oferecidas no processo seletivo seriado da UFPA para estudantes negros, em todos os cursos oferecidos pela universidade.
- b) Disponibilizar, por um período de 10 anos, uma vaga em cada curso para índios de tribos situadas na Amazônia Legal, assim como para quilombolas do território paraense, sempre como respostas às demandas específicas, de capacitação colocadas pelas nações indígenas e comunidades quilombolas, e apenas na medida em que contem com secundaristas qualificados para preenchê-las.
- c) Apoio à escola pública: Implementar uma ação afirmativa de cunho social para alunos do ensino médio paraense através de um curso para negros e carentes das escolas públicas de ensino médio do Estado do Pará.
- d) Apoio pedagógico aos professores da rede escolar de educação básica para dar cumprimento às determinações da lei 10.639/2003 (MELO, 2011, p. 79 *apud* GT DE AÇÃO AFIRMATIVA, 2004).

Através das medidas propostas pelo GT, demonstra-se que a essência da respectiva política de ação afirmativa está concentrada na reserva de 20% das vagas para estudantes negros (as), visto que para o GEAM, a proposta de cotas é primordialmente uma proposta de combate ao racismo, isto é, trata-se de uma proposta antirracista. Visto que o segmento negro é o mais discriminado na sociedade brasileira, encarava-se com importância que a proposta estivesse voltada principalmente para a inclusão dos mesmos.

Como o título da proposta abarca a integração de outros grupos étnicos além dos negros (as) urbanos, tal como a comunidade indígena, a redação do documento foi estruturada também visando o acesso de índios oriundos da Amazônia Legal e de quilombolas do território rural paraense. Todavia, logo as pautas indígenas contidas na proposta foram retiradas, não por intervenção do movimento negro, mas pelo pedido de pesquisadores e outras pessoas ligadas à temática indígena na UFPA, que alegaram que o movimento indígena estava com o foco em outras demandas específicas no período¹⁰⁴ (Cf. SILVA, 2018).

¹⁰⁴ De acordo com Marilu Campelo em entrevista cedida para uma dissertação, “Uma questão importante deve ser lembrada, qualquer ação e temática que envolve a população negra tem como protagonista o próprio negro ou negra como militante; não é o caso das populações indígenas que além de terem divergências quanto a sua inserção em

Fundamentado no princípio da pluralidade étnico e racial, com a respectiva proposta de cotas, o GEAM e o CEDENPA tomaram como missão a promoção de uma universidade que abarcasse a diversidade de cores e costumes encontrados no Estado do Pará, com o foco na diminuição do racismo e das desigualdades raciais ainda latentes na região (Cf. GT DE AÇÃO AFIRMATIVA, 2004). Com tal iniciativa, o Grupo de Ações Afirmativas almejava a integração de diferentes grupos étnicos na luta por uma Amazônia centrada em suas raízes outras que somente a do homem branco.

O GT também não previa a política de ação afirmativa como uma ação de cunho isolado, mas sim como mais uma ação que visava possibilitar o acesso de grupos étnicos discriminados ao ensino superior. Logo, o Grupo propôs as seguintes ações para garantir a permanência dos alunos cotistas na Universidade:

- a). A UFPA se comprometerá a assinar convênios com entidades federais, estaduais e municipais assim como quaisquer forma contratuais com entidades de direito privado para a possível concessão de bolsas de manutenção, alojamento e alimentação para os estudantes indígenas e quilombolas em situação de carência, segundo os critérios definidos pela UFPA.
- b). A UFPA se disporá a implementar três programas relacionados diretamente com o Plano de ação afirmativa:
 - b.1) um programa de apoio acadêmico psicopedagógico, ou de tutoria, não obrigatório, porém sob solicitação, para todos os cotistas que demonstrarem dificuldades no acompanhamento das disciplinas;
 - b.2) um programa acadêmico destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar seus resultados periodicamente, sugerir ajustes e modificações e identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência;
 - b.3) uma Ouvidoria, destinada a promover inclusão de pessoas negras e membros de outras minorias e categorias vulneráveis na universidade (MELO, 2011, p. 79 *apud* PROPOSTA..., 2004).

Desta forma, estas ações foram pensadas com o intuito criar uma assistência acadêmica que pudesse oferecer suporte financeiro e pedagógico aos alunos cotistas, assim como, ser um contra-argumento para aqueles que afirmavam que com a entrada de estudantes cotistas, a qualidade do ensino na UFPA iria ser negativamente impactada. Garantir a permanência e oferecer recursos

movimentos sociais, passa pelo crivo daqueles que falam por eles (MELO, 2011, p. 80). As cotas para estudantes indígenas foram finalmente aprovadas na UFPA no ano de 2009, através de reivindicações do movimento indígena em parceria com o departamento de Antropologia da UFPA. Para mais detalhes, ver mais em: BELTRÃO, Jane Felipe; BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de; MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. Das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará. Caderno do GEA. Rio de Janeiro, n. 5, p. 05-13, 2012. Disponível online em: https://www.upf.edu/dhes-alfa/events/docs_brasilia/UFPA.pdf. Acesso em: 22 de Agosto, 2019.

pedagógicos aos cotistas tratava-se de medidas vistas como essenciais para o GT, além da observação e avaliação contínua da política afirmativa e a criação de uma Ouvidoria para a diversidade.

Os membros que formaram o GT de Ação Afirmativa tinham, portanto, como principal meta através da criação da proposta de cotas étnico-raciais, exporem o racismo existente na sociedade brasileira. Por esta razão, o foco de suas ações foi pautado pela demanda de uma política de cotas raciais voltada ao povo negro, que historicamente ocupa um patamar inferior na estrutura social do país mesmo após décadas de políticas públicas universalistas de combate à pobreza. Isto é, com a implantação das cotas para negros (as) na UFPA, a Universidade e a sociedade paraense não poderiam mais ignorar esta hierarquia racial profundamente presente nas estruturas sociais amazônicas.

Neste tocante, é importante ressaltar que o conceito de miscigenação presente na Amazônia, a dita “morenidade amazônica”, escamoteia o poder da branquitude no Pará e os conflitos raciais políticos pela conquista de direitos em meio a uma hierarquia racial presente no Estado.

[...] a mistura racial da morenidade é um modo retórico de anunciar uma igualdade política axiológica referendada em um continuum de cor que equaliza racialmente a todos, servindo como um instrumento pragmático para a manutenção de uma geografia racial na qual os lugares de poder são hierarquicamente mantidos: um pequeno grupo poderoso distante da grande massa, diluída, por sua vez, em uma hierarquia de cor que aponta para posições de poder e para a atribuição do que é prestigioso socialmente (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 244).

Portanto, a morenidade é um fator político preponderante que historicamente vem dificultando a construção de um debate profundo sobre a miscigenação na Amazônia e as desigualdades raciais causadas por este projeto de nação homogeneizador. A implantação de uma política de cotas voltada para os negros (as) na UFPA seria um passo importante no reconhecimento da existência de uma hierarquia racial no Pará, e na desconstrução da morenidade como ferramenta de invisibilidade da negritude amazônica.

Ainda no que concerne a postura política do GEAM em âmbito acadêmico, no ano de 2004, mais uma vez lograram estampar a manchete do Jornal Beira do Rio, desta vez com um artigo intitulado “Entrevista: Cotas para negros nas universidades”¹⁰⁵, baseado em um diálogo com a professora e

¹⁰⁵ Disponível online em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2004/66-edicao-26/749-entrevista-cotas-para-negros-nas-universidades->. Acesso em: 24 de Agosto, 2019.

membro do GEAM, Marilu Campelo. O artigo inicia abordando políticas de cotas étnico-raciais em processo de implantação e já implantadas pelo país, como o anúncio da reserva de vagas para negros (as) e indígenas no Programa Universidades para Todos pelo MEC e a experiência de cotas raciais na UnB. Também é ressaltado o quão presente o debate sobre as cotas tem sido nas universidades brasileiras nos últimos meses.

Após esta breve apresentação do panorama geral referente à implantação das cotas de cunho racial e social no país, o autor do artigo adentra o seu leque de perguntas direcionadas a professora Marilu Campelo. As primeiras são voltadas a alguns dos principais argumentos contrários às cotas raciais, tais como a questão da valorização do ensino médio nas escolas públicas como solução mais eficaz para a equiparação de saberes entre brancos e negros (as), e o questionamento acerca do porquê das cotas existirem somente no vestibular, visto que a exclusão dos negros (as) inicia-se desde os primeiros anos escolares.

Em resposta a estas perguntas, a entrevistada discorre a respeito do racismo existente no universo escolar, espaço que ainda reproduz um ensino baseado no mito da não contribuição da população africana na construção da sociedade brasileira, e também afirma que na medida em que se avançam os anos escolares, menor é o número de estudantes negros (as) matriculados nas escolas:

No ensino fundamental, pretos e pardos representam 53,2% do total de alunos, e os brancos são 46,4%. No ensino médio, a proporção de pretos e pardos é de 43,9% e, na educação superior de 23,1%. Quando se chega a pós-graduação este quadro é bastante alterado: a participação de pretos e pardos é de 17,6% e a de brancos é de 81,5% (segundo os dados do IBGE tabulados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). E, em relação ao número de anos de estudo no País, a população branca têm em média 7,1 anos e pretas e pardas, 5,3 anos apenas (JORNAL BEIRA DO RIO, 2004).

Deste modo, através dos dados estatísticos apresentados, a professora ilustra a profunda desigualdade educacional presente no país, chamando a atenção para o afunilamento que ocorre após o ensino médio, com um pouco mais da metade dos estudantes negros (as) seguindo para a universidade. De acordo com Fúlvia Rosemberg (1998), muitos negros (as) nem sequer chegam ao ensino médio e menos ainda nas universidades, o que acarreta na inexpressividade desta população à frente de postos de comando, em empregos de altos salários, e mais ainda em postos importantes da vida política.

Para Marilu Campelo (Cf. JORNAL BEIRA DO RIO, 2004), como um jovem adolescente negro (a) pensará em concorrer para cursos de nível superior, como para tornar-se dentista ou médico, se

são raros os profissionais negros (as) nessas áreas historicamente dominadas pelos brancos? Assim, a construção de uma representatividade negra, seja de estudantes oriundos de escolas públicas ou privadas, nos cargos bem remunerados e nas posições de tomada de decisões, é um importante passo rumo a um país com uma sólida classe média negra¹⁰⁶ e conseqüentemente, com uma sociedade menos centrada no segmento branco como superior.

Outro pertinente questionamento feito pelo Jornal diz respeito ao problema racial e a desigualdade social nas universidades públicas, qual das duas questões estariam em um maior patamar de exclusão no espaço universitário. De acordo com Marilu Campelo:

Obviamente que é o problema racial. A maior dificuldade de algumas pessoas entenderem essa questão passa, infelizmente, pela falta de experiência: só sabe o que é ser negro, quem o é. E o que é ser negro? Todo aquele que é socialmente reconhecido como tal e se reconhece. E na universidade brasileira, essa temática traz um grande desconforto porque o problema racial é bom para ser objeto de estudo dos pesquisadores, mas quando eles têm que tomar um partido, eles pensam duas vezes. [...] a desigualdade social é racializada (pior, naturalizada). A desigualdade social, que muitos apontam como sendo apenas o único problema, reflete o fracasso da sociedade brasileira em incluir seus cidadãos de "cores diferentes", criando cidadãos de segunda categoria. E quando a temática é tratada não como objeto de estudo, mas como ação política a universidade não sabe lidar com ela (JORNAL BEIRA DO RIO, 2014).

A desigualdade social como argumento favorável às cotas sociais e contrário às cotas raciais, recai fortemente no fato da pobreza ter cor e fenótipo no Brasil, ou seja, para a sociedade brasileira a população negra está naturalizada em sua posição de inferioridade, que nem sequer é questionada como uma mazela advinda de um processo histórico justificado por uma cor de pele distinta da branca. E esta realidade é ainda mais preponderante no Estado do Pará, onde a presença e a contribuição do negro (a) são sistematicamente diminuídas, e até mesmo negada nos mais diversos aspectos da cultura paraense, como na culinária e na música (Cf. SALLES, 1971).

Por conseguinte, o Jornal Beira do Rio indaga a antropóloga a respeito das cotas para negros (as) como uma ação isolada nas universidades, e, portanto, ineficaz para sanar o problema da

¹⁰⁶ A respeito da desigualdade educacional entre brancos e negros, representatividade negra e a implantação de cotas no ensino superior no Brasil, ver: DURHAM, Eunice R. Desigualdade educacional e quotas para negros nas universidades. Equipe do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 164-176, 2005. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, 2003.

desigualdade racial no país. Entretanto, Marilu Campelo rebate o autor, e afirma que a política de cotas para negros (as) não é uma ação isolada:

Ela vem no bojo de um conjunto de ações afirmativas que, não só visam à diminuição do racismo, como também a inclusão desta população em diversos níveis da sociedade. Aliás, conjunto de ações que o Brasil se comprometeu internacionalmente a cumprir a partir da Conferência de Durban, em 2001. Hoje, contamos, por exemplo, com cota para negros no serviço público, na propaganda, em algumas universidades tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Outra ação visa à valorização da cultura afro-brasileira, bem como um olhar mais cuidadoso para doenças que atingem a população negra. E se pudermos contribuir com o recrudescimento do racismo que existe na nossa sociedade, já é um grande passo. O uso da política de cotas é transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade na construção e uma democracia e de uma plena cidadania (JORNAL BEIRA DO RIO, 2004).

Dentre as ações citadas pela professora, destaca-se a valorização da cultura afro-brasileira, que influenciou no ano de 1996, a criação da Lei N° 9.394/96¹⁰⁷, posteriormente incluída na Lei N° 10.639/03¹⁰⁸, que tornou obrigatório no país o ensino de história, cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Apesar de esta ter sido uma importante vitória do movimento negro, a aplicação da seguinte lei ainda tem sido, até os dias de hoje, uma tarefa dificultosa. Os privilégios da branquitude ainda prevalecem na sociedade brasileira, e com eles, a resistência em tirar a lei do papel e tratar sobre os diversos aspectos da contribuição negra para a construção do que hoje é o Brasil.

Por fim, o Jornal encerra o artigo perguntando a respeito dos planos da UFPA voltados a questão das cotas para negros (as) na Instituição. A professora membro do CEDENPA, então comunica à comunidade acadêmica que uma proposta de cotas foi criada através de uma parceria entre o GEAM e a PROEG, podendo ser acessada em plataforma online da rede mundial de computadores e que no momento encontrava-se tramitando na Câmara Universitária para ser julgada no ano seguinte, em 2005.

É a partir do conhecimento de toda a comunidade acadêmica acerca da proposta de cotas para negros (as) da UFPA, que mais embates se iniciam, desta vez principalmente voltados ao caráter racial e antirracista das cotas em detrimento da origem social dos estudantes. Pois, a proposta de cotas configurada pelo GT rejeita veementemente uma política de ação afirmativa com critérios unicamente sociais, de renda ou origem escolar, sem levar a raça em consideração. Para os

¹⁰⁷ Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 de Agosto, 2019.

¹⁰⁸ Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 24 de Agosto, 2019.

membros do GT, “a desigualdade e exclusão que afetam a esmagadora maioria da população negra e parda nacional é gritante e tem sido resistente às políticas sociais de inclusão de cunho universalista” (GT DE AÇÃO AFIRMATIVA, 2004, p. 01).

O questionamento da comunidade acadêmica a respeito da legitimidade das cotas raciais no debate sobre a implantação do sistema na UFPA ignora completamente a origem da construção da proposta de cotas, que surgiu da demanda do movimento social negro e das discussões nacionais sobre as questões raciais no Brasil. Desta forma, para os integrantes do GT, levar o debate para a aprovação de reserva de vagas somente para estudantes de escola pública não expõe o problema racial brasileiro, e não afeta de forma fundamental a escassa representatividade negra nas universidades.

Outro importante aspecto da proposta de cotas criada pelo GT é a grande diferença entre o percentual de vagas reservadas para estudantes negros (as) e as dimensões numéricas dos habitantes autodeclarados pretos e pardos no Estado do Pará. Conforme Melo (2011), o movimento negro escolheu o percentual mínimo que pudesse impactar positivamente a população negra, mesmo esse número sendo muito inferior comparado ao percentual de negros (as) que compõem a sociedade paraense¹⁰⁹, pois o GT não queria “gerar tanta reação” para ter mais chances de aprovar a proposta, e também era seu objetivo incentivar o debate sobre o racismo na UFPA.

A polêmica causada pela proposta de reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação da UFPA para estudantes negros (as) demonstra o quão conturbada foi a tarefa de expor o racismo na sociedade paraense, visto que mesmo a porcentagem de reserva para negros (as) estando muito aquém do número de negros e pardos (as) existentes no Estado, uma grande polêmica foi criada por esta medida. Em meio aos embates e discussões geradas pela proposta, destaca-se um crime de racismo cometido contra duas professoras integrantes do GEAM, que tiveram suas salas pichadas com a frase “Macacos Amazônicos” (Cf. LEMOS, 2015).

Tais reações de ódio e descontentamento diante de uma política de ação afirmativa que tem como principal objetivo beneficiar um grupo racial historicamente excluído em uma sociedade racista,

¹⁰⁹ Segundo os indicadores nacionais do IBGE, a população paraense é formada por 78% de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Disponível online em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 26 de Agosto, 2019.

não causam surpresa. De acordo com Zélia Amador de Deus (2008), até mesmo os Estados Unidos, país que implantou políticas de ação afirmativa para afro-americanos na década de 60, principalmente nas áreas de educação e mercado de trabalho, tais medidas continuam sendo alvo de embates e polêmicas. Apesar disto, é fato que as políticas antirracistas adotadas nos Estados Unidos, principalmente as de cunho educacional, foram de suma importância para a criação de uma classe média afro-americana no país¹¹⁰.

Tendo como base a experiência estadunidense, no Brasil as polêmicas não poderiam ser diferentes, visto que também se trata de um país com estruturas profundamente racistas. Retrato disto é a histórica diferença de anos de escolaridade entre jovens brancos e negros (as) no país:

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo, por cor/raça - Brasil e Região Norte, 1995 a 2005¹¹¹.

	Ano	1995	2005
	Brasil	Total	8,7
Branco (as)		12,5	17,0
Negro (as)		3,3	5,5
Norte	Total	6,2	7,2
	Branco (as)	10,9	12,5
	Negro (as)	4,2	5,4

Fonte: Adaptado de Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

Como é possível visualizar na tabela acima, no final do século XX, a disparidade escolar entre brancos e negros (as) no Brasil já era uma realidade incontestável, com cerca de 12,5% de brancos (as) com no mínimo 12 anos de estudo, e somente 3,3 de negros (as), em um Brasil que apenas

¹¹⁰ Sobre ações afirmativas para afro-americanos nos Estados Unidos, ver: BOWEN, William G.; BOK, Derek. *The Shape of the River. Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton University Press, California/Princeton Fulfillment Services, 1445 Lower Ferry Road, Ewing, NJ 08618, 1998.

¹¹¹ Foi feito um recorte de anos da tabela até 2005 ao invés de 2015 como consta na fonte, e um recorte de regiões, com o intuito de retratar o período e a região no qual se encontra a narrativa da implantação das cotas étnico-raciais na UFPA.

8,7% da população tinha acesso às universidades. Uma década depois, a população com acesso ao ensino superior cresce 2,9% no país, e a assimetria entre os respectivos grupos étnicos não só se perpetua como também se acentua ainda mais, chegando a 11,05% a mais de brancos (as) com ensino superior em detrimento de 5,5% de negros (as) na mesma posição.

Na região norte, esta realidade desigual é ainda mais presente, pois a nível nacional, a região norte é historicamente uma das regiões mais pobres do país, o que reverbera no baixo número de pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade. No ano de 1995, 10,9% de brancos (as) nortistas alcançaram um alto patamar de escolaridade, e somente 4,2% de negros (as) atingiram o mesmo privilégio, contabilizando uma disparidade de 6,7% entre os dois grupos. Em 2005, não houve muitos avanços, principalmente para a população negra, que em 10 anos apenas cresceu 1,2% nas estatísticas, enquanto a população branca ainda chegou aos 1,6% de crescimento.

A discrepância educacional entre brancos e negros (as) é um fator intrinsecamente interligado com o passado escravista e conseqüentemente racista do Brasil, porém, o fato desta disparidade ainda ressoar de forma proeminente atualmente, demonstra a ineficácia das políticas de inclusão do governo brasileiro em integrar e diminuir as desigualdades causadas por mais de 300 anos de escravidão. Para Zélia Amador de Deus (2008, p. 277),

[...] o fosso existente entre brancos e negros no final do século XX, é o mesmo fosso que persiste desde o final da década de 1920. A diferença de escolaridade entre um jovem negro e um jovem branco hoje, é a mesma que existia entre seus pais e seus avós.

Este histórico fosso educacional ressaltado pela Professora Zélia Amador de Deus é um dos elementos mantenedores da desigualdade e fomentadores da discriminação racial que movem a proposta de cotas étnico-raciais formulado pelos membros do CEDENPA e GEAM, em parceria com a PROEG. A discussão sobre as cotas na Instituição surge destas constatações e reivindicações do movimento negro, moldando a forma como as discussões sobre a implantação do sistema de reservas de vaga se dão no âmbito político na UFPA.

Com efeito, é diante deste cenário de latentes desigualdades raciais que a “Proposta de ação Afirmativa da Universidade Federal do Pará de Integração de Grupos Étnicos Discriminados” criada pelo GT de Ação Afirmativa, é posto em discussão pela primeira vez no dia 06 de Julho de

2005 no COSENPE, sob a presidência da Vice-Reitora Marlene Rodrigues Medeiros Freitas¹¹². A sessão do Conselho em questão foi convocada com o intuito de ocorrer à leitura do parecer da PROEG acerca da proposta de cotas étnico-raciais, sendo a relatora deste processo a Professora Josenilda Maria Maués da Silva¹¹³, do Instituto de Ciências da Educação (ICED).

A relatora inicia a sessão apresentando os integrantes do GT de Ação Afirmativa e quais estratégias o Grupo havia desenvolvido para garantir o acesso e permanência dos grupos étnicos discriminados na UFPA, assim como, afirmou que as estratégias de políticas de ação afirmativa já implantadas em outras universidades brasileiras, não foram aprovadas sem tornarem-se primeiro alvo de inúmeras polêmicas. A professora também ressalta a necessidade de reconhecer a educação como agente decisivo nas chances de integração dos indivíduos na sociedade e em suas oportunidades de mobilidade social (Cf. MELO, 2011).

Dito isto, a PROEG então sustenta a importância e necessidade de transformar a Universidade em um espaço que busque construir estratégias que possibilitem discussões e reflexões no âmbito universitário, a respeito da diversidade étnico-racial da população paraense. Com esta postura, a Pró-Reitoria em questão admite que a pluralidade racial encontrada no Estado Pará não está representada no interior da UFPA, o que demanda iniciativas pontuais da Universidade para mudar esta realidade de desigualdades raciais no acesso ao ensino superior da região.

O parecer exposto pela relatora também versa sobre vários projetos já aprovados pela UFPA com o objetivo de pluralizar a Universidade, tais como a oferta de uma turma para assentados do Movimento Sem Terra (MST) e cotas para negros (as) no Programa de Pós-Graduação em Direito.

¹¹² Possui graduação (1971), mestrado (2000) e doutorado (2009) em direito pela UFPA, foi eleita por três mandatos consecutivos conselheira da OAB do Pará e foi membro do Conselho de Direitos Humanos. Por dois períodos (1993/1997) e (2007/2013) foi Membro titular do Conselho Universitário da UFPA; Presidente da Câmara de Ensino - CONSEPE da UFPA e membro titular do Conselho Superior de Administração da UFPA. Também atuou como Vice-Reitora da UFPA (2001-2005). Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/0329532273490629>. Acesso em: 27 de Agosto, 2019.

¹¹³ Possui graduação em Pedagogia pela UFPA (1980), mestrado (1993) e Doutorado em Educação pela PUC São Paulo (1998). Atualmente é Professora Titular da UFPA, vinculada ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares sobre Educação Básica (NEB); Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica (PPEB/UFPA) na Linha de Pesquisa Currículo da Escola Básica; Coordenadora Adjunta do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR/UFPA); Membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica na UFPA; Membro do Conselho Científico da Revista eletrônica Artíficos (UFPA); Membro de corpo editorial da Revista Margens (UFPA). Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/9246008698629513>. Acesso em: 27 de Agosto, 2019.

Através destes exemplos, a PROEG compartilha o seu voto favorável à implantação das cotas étnico-raciais na Instituição:

Este parecer se mostra favorável a políticas que enfatizem discriminações positivas, de políticas afirmativas como a de cotas por entender que podem contribuir para alterações mais velozes no campo da mobilidade socioeconômica, reconhecido como um dos aspectos mais agravadores das desigualdades raciais. A posição favorável à definição de cotas, para além da defesa da dimensão compensatória dessa medida no plano material, vincula-se ao potencial transformador da medida no plano simbólico, como instrumento de combate ao racismo, estimulando maior preocupação com o respeito aos direitos de cidadania dos negros¹¹⁴.

Neste trecho do parecer, é importante destacar a posição favorável da Pró-Reitoria no que concerne a implantação de um sistema de cotas de caráter racial, não visando somente a mobilização social daqueles que encontram-se em um patamar econômico inferior, mas mantendo o foco principal no combate ao racismo como fator preponderante na criação de desigualdades entre brancos e negros (as). Esta decisão está de acordo com a demanda antirracista reivindicada pelo movimento negro e consequentemente pelo GT de Ação Afirmativa, que defende a reserva de vagas para estudantes negros (as), independentemente de suas condições socioeconômicas.

Após o voto favorável da PROEG, os presentes na respectiva reunião do COSENPE acordaram em adiar a discussão e votação para a aprovação do sistema de reserva de vagas, por falta de *quórum* e por se tratar de uma medida importante que merecia atenção da comunidade acadêmica. A nova sessão foi marcada para o dia seguinte, 07 de Julho, às 15 horas. Porém, a mesma não ocorreu e o adiamento desta importante discussão foi prolongado até o dia 05 de Agosto, de 2005.

Neste período entre o posicionamento favorável da PROEG acerca da implantação das cotas étnico-raciais na UFPA e o adiamento da sessão extraordinária do COSENPE para a votação do respectivo programa de ação afirmativa, o então Reitor Alex Fiúza de Melo, tornou público o seu posicionamento contrário à reserva de 20% das vagas para estudantes negros (as), afirmando: “Sei que a pobreza, no Brasil, tem cor. Mas seria mais avançada uma medida que garanta 50% das vagas a quem vem da escola pública, o que beneficiaria negros e pardos” (MELO, 2011, p. 87).

Com esta declaração do Reitor em exercício da UFPA, o movimento negro paraense viu surgir um grande obstáculo no caminho a ser seguido para chegar ao seu objetivo principal, a aprovação de sua proposta de cunho antirracista. Na próxima seção adentraremos a reunião que culminou na

¹¹⁴ UFPA, 2005, p. 9.

votação do sistema de cotas étnico-raciais presidida pelo Reitor Alex Fiúza de Mello, narrando as discussões travadas entre o GT de Política Afirmativa e a opinião contrária em relação às cotas para negros (as) do então Reitor, para posteriormente analisarmos em nossas considerações finais, a histórica luta antirracista travada pelo CEDENPA na maior universidade do norte do Brasil.

3.2 A aprovação da resolução de Nº 3.361/2005

No quinto dia do mês de Agosto do ano de 2005, às 9h35 da manhã, finalmente ocorreu a Terceira Sessão Extraordinária do CONSEPE, na Sala de Reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3º andar do Prédio da Reitoria, Campus Universitário do Guamá, na cidade, de Belém, capital do Estado do Pará. A reunião foi presidida pelo então Reitor Prof. Dr. Alex Fiúza de Mello, com a presença de muitos membros da comunidade acadêmica. Estavam presentes representantes de diversas Pró-Reitorias da Instituição, assim como, representantes de todos os Centros e Núcleos da Universidade.

Além destes, também compareceram representantes dos Professores Titulares; dos Servidores Técnico-Administrativos; da Comissão Permanente de Pessoal Docente; da Associação de Docentes da UFPA e do Sindicato dos Trabalhadores da UFPA. Não houve convocação de representação dos Discentes, cujos assentos permaneceram vazios durante toda a sessão. E por fim, compareceram os seguintes convidados que então eram membros integrantes do GEAM: Graça Maria Fernandes Lima¹¹⁵, Marilu Marcia Campelo, Shirley Muryel Albuquerque¹¹⁶, Eleanor Gomes da Silva Palhano, Apolinário Alves Filho e Zélia Amador de Deus.

¹¹⁵ Possui graduação em Letras (1999) pela UFPA, especialização em Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia (2012) pela UFPA e especialização em Gestão (2016) pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá (FACIMAB). Atua principalmente nos seguintes temas: língua portuguesa, literaturas e culturas africanas de expressão portuguesa, afro-brasileira e afro-americana, linguística, redação, questões de gênero e diversidade, Libras e Sistema Braile. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/7749253225528786>. Acesso em: 28 de Agosto, 2019.

¹¹⁶ Possui graduação em Ciências Sociais (2006) e especialização em Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia (2012) pela UFPA. Durante a votação da proposta de cotas étnico-raciais na UFPA em 2005, a mesma ainda era aluna do Curso de Ciências Sociais, e era orientanda da Marilu Campelo. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/9628624010881171>. Acesso em: 28 de Agosto, 2019.

Por seguinte, também foram convidados a Prof.^a Célia Brito¹¹⁷, Arquimino Filho e Antônio Bastos, do Departamento de Apoio ao Vestibular (DAVES); Walter Pinto de Oliveira¹¹⁸ e Lurdinha Rodrigues¹¹⁹, da Assessoria de Imprensa; Prof.^a Regina Fátima Feio Barroso¹²⁰, chefe de gabinete da Reitoria; e o Prof. Raimundo Jorge, do Departamento de Ciências Políticas do IFCH.

A sessão é iniciada com um informe do Reitor Alex Fiúza de Mello, que comunica aos presentes que chegara no dia anterior de Brasília-DF, onde participou da posse do então Ministro da Educação Fernando Haddad, evento que encaminhou ao Congresso Nacional o relatório do anteprojeto de lei da regulamentação da educação superior¹²¹. Nesta proposta, continham cláusulas sobre ações afirmativas, mas com o foco na reserva de vagas para alunos que cursaram o ensino médio em escola pública, e dentro deste contexto, haveria percentuais para grupos étnicos a depender do levantamento racial de cada região, o que significava que qualquer decisão tomada pelo CONSEPE naquele dia estaria sujeita a alterações.

¹¹⁷ Possui licenciatura em Letras Português-Francês (1975), especialização em Linguística Aplicada (1978) e mestrado em Linguística e Letras (1980) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS); doutorado em Letras (bolsa sanduiche na Universidade do Porto - Portugal) - Área de concentração em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996); e pós-doutorado em Linguística Aplicada pela PUC de São Paulo (2007). Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/0805684545984086>. Acesso em: 28 de Agosto, 2019.

¹¹⁸ Possui licenciatura em História (2009) pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), mestrado em História Social da Amazônia (2012) e doutorado em andamento pela UFPA. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/7494344165854851>. Acesso em: 28 de Agosto, 2019.

¹¹⁹ Graduada em Ciências Sociais pela UFPA, foi uma das estudantes a frente da histórica conquista da meia-passage em Belém, na década de 1980. No período da votação pela implantação das cotas étnico-raciais, a mesma encontrava-se atuando como jornalista para o Jornal Beira do Rio.

¹²⁰ Possui graduação em Odontologia (1972) pela UFPA, mestrado em Odontologia (1988) e doutorado em Odontologia (1995) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi Pró-reitora de Extensão da UFPA no período de maio de 2003 até julho de 2005 e foi Vice-Reitora da UFPA de 03 de outubro de 2005 a 03 de julho de 2009. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/6485426116453902>. Acesso em: 28 de Agosto, 2019.

¹²¹ Na seção III do respectivo projeto, sob o título de “Das Políticas e Ações Afirmativas Públicas”, estão fixadas as seguintes orientações gerais para a aplicação das cotas no ensino superior: “Art. 48. As instituições federais de educação superior reservarão, a título geral, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 49. Em cada instituição federal de educação superior, as vagas de que trata o art. 48 serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (MELO *apud* UFPA, 2011, p. 81).

Após este comunicado, o Reitor inicia a sua fala sobre a proposta de cotas do GT, deixando claro que o seu posicionamento é pessoal, pois em nenhum momento convocou a Vice-Reitora e os Pró-Reitores para tomarem uma decisão conjunta sobre o tema, portanto, a sua posição era particular e não necessariamente a mesma do Conselho. O mesmo então continua a sua explanação citando Gandhi e Nelson Mandela como os dois maiores líderes negros do século XX, e afirma que após o último ser perguntado o porquê de não ter criado um apartheid reverso após chegar ao poder na África do Sul, Mandela teria respondido que isto os enfraqueceria por usar os mesmos critérios racistas sofridos por eles ao longo da história¹²².

Ao usar este exemplo, o Reitor faz o seguinte questionamento, que a seu ver seria decisivo para os critérios que a Sessão estava prestes a adotar: “[...] queriam dar oportunidade aos compatriotas negros de entrada na educação superior por serem eles negros, por estarem excluídos socialmente ou por não terem chance em função da renda que tinham?”¹²³. Para substanciar o seu argumento, citou um estudo¹²⁴ feito pela UFMG sobre o censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da Instituição, com base nos vestibulares de 2003/2004:

A pesquisa mostrou que havia um contingente de negros oriundos da rede privada que eram reprovados na seleção e que, certamente, seriam os beneficiados pela política de cotas, uma vez que sua chance de aprovação era três vezes maior que a dos negros da rede pública e, como os brancos da rede pública tinham duas vezes chances de aprovação que os brancos da rede privada, seriam eles que cederiam as vagas para os negros da rede privada, portanto, caso além da inclusão racial, se tinha em mente promover também inclusão social uma eventual adoção de política de cotas deveria ser cuidadosamente reformada¹²⁵.

Desta forma, o Reitor Alex Fiúza de Mello constrói o seu posicionamento contrário a cota de caráter unicamente racial, pois acredita que isto retiraria o branco (a) com menor chance de aprovação por renda e colocaria em seu lugar o negro (a) com maior chance de aprovação por renda. Isto é, os brancos (as) oriundos de escola pública perderiam seus lugares em detrimento da aprovação de estudantes negros (as) de escolas particulares. Para o Reitor, a cota puramente étnica não acarretaria

¹²² ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA..., 2005, p. 3.

¹²³ Ibid., p.3.

¹²⁴ Referente ao estudo citado pelo Reitor: BRAGA, Mauro Mendes; DE LACERDA PEIXOTO, Maria do Carmo. Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG. Editora UFMG, 2006.

¹²⁵ Ibid., p. 3.

na inclusão social, pelo contrário, esta política de ação afirmativa tornaria o processo do vestibular ainda mais elitizado.

Em sequência, prossegue questionando a legitimidade da elaboração da proposta de cotas étnico-raciais, visto que a medida estava sendo defendida por um movimento político cultural, neste caso o CEDENPA, o que o fez perguntar-se até que ponto a Entidade representaria a maioria dos ditos representados¹²⁶. Fiúza de Mello também questiona o porquê de a reserva de vagas serem de apenas 20% ao invés de 80% para estudantes negros (as), já que a população paraense é formada por 80% de autodeclarados pretos e pardos. Para concluir, propõe então um sistema de cotas de caráter social, com a reserva de no mínimo 50% das vagas para estudantes de escola pública¹²⁷.

Através dos questionamentos do então Reitor, é possível observar que a sua fala nada mais foi que uma tentativa de desconfigurar a proposta original, propondo que as cotas étnico-raciais se tornassem uma subcota inserida nas cotas sociais. Tal postura acabou por distorcer o debate, priorizando a mobilidade social de grupos socioeconomicamente marginalizados na sociedade, ao invés de combater as mazelas do racismo e das desigualdades raciais, que afetam de forma profunda a vida da população negra em todas as vertentes sociais¹²⁸.

Em defesa da proposta de cotas étnico-raciais, a Professora Zélia Amador de Deus toma a palavra e afirma que com base em dados estatísticos sociais do IBGE acerca da intensa desigualdade racial

¹²⁶ Neste momento, o excelentíssimo Reitor parece desconhecer a histórica relação do movimento negro e a luta pela implantação de políticas de ação afirmativa no país. Desde a década 1940, o movimento negro passou a apresentar propostas visando à promoção da população afro-brasileira, influenciados pelo o que hoje conhecemos como política de ação afirmativa. E antes mesmo do surgimento da primeira definição de ação afirmativa, o conceito já havia tomado forma no parlamento brasileiro em 1983, mediante o Projeto de Lei nº 1.332/1983, que continha propostas para a reversão das desigualdades raciais e combate ao racismo. Tal projeto foi pensado pelo grande poeta, professor e ativista do movimento negro Abdias do Nascimento, durante o seu mandato como deputado federal. Ver mais em: MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, n. 117, p. 197-217, 2002. CONTINS, Marcia; SANT'ANA, Luiz Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p. 209, 1996.

¹²⁷ Ibid., p. 4.

¹²⁸ O racismo brasileiro está presente e fundamentado nas estruturas jurídicas e sociais do Estado, que segue o reproduzindo e o legitimando, de forma naturalizada. A partir desta perspectiva, o Professor Roberto Silvério analisa as visões que criticam a implementação de políticas de cunho compensatório, e reúne evidências do papel do Estado na legitimação da discriminação racial no país. Para se aprofundar sobre as consequências de um Estado racista na vida e autoestima de estudantes negros (as), ver: SILVERIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 2, p. 219-246, 2002.

existente em todos os setores da sociedade brasileira, foram tomadas decisões com o objetivo de diminuir a vasta disparidade na área educacional entre brancos e negros (as). Assim, a cofundadora do CEDENPA garante que é em função disto que a proposta das ações afirmativas tem sido pensada para grupos étnicos e não sociais, e conclui ao dizer: “Essa proposta não é definitiva e está sujeita a ajustes, caso contrário, perde a sua razão de ser”¹²⁹.

Logo depois, o Professor Raimundo Jorge de Jesus, membro do CEDENPA e do GEAM, afirmou que a proposta tinha afirmações sociais porque tentaria responder os questionamentos no nível científico, republicano e democrático. Tais questionamentos seriam os seguintes: “No que este projeto reduziria as adstrições raciais? O projeto contribuiria para a redução das adstrições econômicas e sociais? O projeto contribuiria para a redução das adstrições políticas da sociedade brasileira?”¹³⁰. Disse também que as cotas raciais nas universidades eram apenas um dos patamares a serem alcançados, pois elas não garantiriam o fim do racismo no país, que nem mesmo é o seu objetivo, visto que a ideia é mexer na lógica da distribuição de poder na sociedade¹³¹.

O Conselheiro José Francisco Lima, representante do Sindicato dos Trabalhadores da UFPA, também se pronunciou ao indagar se o negro (a) era discriminado porque era negro (a) ou porque era pobre. Além disto, afirmou que a questão das cotas para os negros (as) e para os indígenas não acabaria com a discriminação cotidiana sofrida por esses grupos étnicos, mas aquele era o momento para que este tema fosse discutido no interior da academia, que até então se negava a discutir o assunto¹³².

Por sua vez, Apolinário Alves Filho, membro do GEAM e técnico administrativo da AUDIN da UFPA, saiu em defesa da proposta de cotas étnico-raciais ao afirmar que o critério universal não

¹²⁹ Ibid., p. 4.

¹³⁰ Ibid., p. 4.

¹³¹ Como postulado pelo Professor, um dos intuitos das cotas raciais é desconfigurar a distribuição de poder na sociedade, que historicamente está concentrada no segmento branco. Exemplo disto é o seguinte artigo que analisa o impacto da implantação do sistema de cotas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que chega à seguinte conclusão: os alunos negros (as) cotistas tendem a se afirmar positivamente como negros e também como indivíduos, o que reverbera em suas inserções nos movimentos negros e não-negros, associações estudantis e partidos políticos. As opiniões contrárias ao sistema de cotas raciais, nada mais são que posturas que se traduzem na manutenção de privilégios e de lugares de poder. Ver mais em: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. 2006.

¹³² Ibid., p. 5.

resolveria a questão da distribuição de renda no Brasil, pois “(...) quem ganhava cem reais tinha dez por cento de reajuste linear e aquele que ganhava dez mil reais tinha o mesmo percentual de reajuste linear, e a diferença era maior ainda”¹³³. Através deste exemplo, alegou que era o mesmo tipo de critério que estavam tentando impor naquela reunião, ao afirmarem que a população negra que vive à margem da sociedade ainda em pleno século XXI, teria as mesmas oportunidades que aqueles que não sofrem discriminação racial.

O Conselheiro Licurgo Brito, Pró-Reitor de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica, trouxe dados de um levantamento feito pelo DAVES, que analisou a renda dos 20% primeiros colocados e dos 20% últimos colocados do último processo seletivo de cada curso da UFPA. O objetivo dessa análise foi verificar qual era o perfil econômico daqueles que não ingressariam na Universidade, caso a reserva de vagas para negros (as) já estivesse vigente. Em seguida, o Pró-Reitor cita a gritante diferença encontrada entre os dados de dois dos 109 cursos da Instituição, sendo estes os cursos de Medicina e de Pedagogia.

Segundo Brito, o primeiro curso ofertou 150 vagas no último vestibular, dos 30% dos últimos colocados, apenas um era oriundo de escola pública. Já no curso de pedagogia, que ofertou 90 vagas naquele ano, 47 foram preenchidas por estudantes de escola pública, e entre os últimos 20% dos classificados, 11 eram de escola pública dentre os 18 aprovados pelo certame. Assim, a conclusão que a Pró-Reitoria retirou do levantamento foi a seguinte:

[...] se nós retirarmos estes vinte por cento e destinarmos para a proposta que está sendo feita, estaremos retirando onze candidatos de escola pública, dentre esses dezoito, portanto, cerca de sessenta por cento. Se utilizarmos o critério de raça nós estaremos retirando estudante de baixo salário, inclusive sete desses onze ganham entre um e dois salários mínimos da renda familiar. Então, estaríamos correndo o risco de retirar estes candidatos e colocar candidatos negros das escolas privadas, que podem ter condição financeira muito maior¹³⁴.

Com este aval simbolizado pelos dados do DAVES, o excelentíssimo Reitor reiterou o seu posicionamento contrário à proposta elaborada pelo GT de Ação Afirmativa e voltou a defender a implantação de cotas sociais na UFPA, pois para ele, esta ação incluiria mais negros (as) na Instituição. Para mais uma vez fundamentar a sua posição, afirmou que as cotas sociais estão fundamentadas em dois pressupostos, narrados da seguinte forma na Ata da reunião:

¹³³ Ibid, p. 5.

¹³⁴ Ibid, p. 5.

Se o negro era discriminado na sociedade brasileira por ser negro ou por ser pobre? A resposta é: pelas duas formas. Falou que havia evidências de que o negro perdia emprego por critérios subjetivos de quem empregava porque ele era negro e não branco, mas ele não deixava de entrar na universidade por ser negro, já que o critério era objetivo do desempenho; que o negro não entrava na universidade porque estudara na escola pública de péssima qualidade, e, se a pobreza tinha cor, isso significava dizer que a maioria das pessoas que estavam na escola pública era preta ou parda. E se abrir a proposta para a escola pública, automaticamente entrariam negros e pardos¹³⁵.

Ao afirmar categoricamente que o negro (a) não deixava de entrar na universidade por ser negro (a), mas sim por ser pobre, Alex Fiúza de Mello direciona a discussão somente para a questão das desigualdades sociais, ignorando o histórico do racismo no país, e como isto influiu na criação de uma ideologia racial¹³⁶ e de um projeto de nação pautado em uma ascensão social embranquecedora¹³⁷. O Reitor não logrou compreender e aceitar uma proposta de ação afirmativa que tivesse como principal objetivo expor o racismo e tornar-se uma ferramenta de combate ao mesmo. Na sua visão, o racismo não é um fator limitante na vida dos negros (as), tal como as desigualdades sociais.

Outros membros do Conselho se manifestaram em concordância com o posicionamento do Reitor, como a Conselheira Eluiza Arias, representante do Centro de Ciências da Saúde, que teceu algumas críticas à proposta em discussão. A mesma afirmou que o negro (a) não entrava na universidade

¹³⁵ Ibid., p. 6.

¹³⁶ Ao nos referirmos à ideologia racial brasileira, nos atemos à ideologia da democracia racial. Para o Professor Antônio Sérgio Guimarães, tal ideologia racista não é apenas um mito fundante da sociedade brasileira, uma construção cultural, pois também deve ser estudada como um “compromisso” político. Para além de uma ideologia, a democracia racial foi um pacto feito pelo governo brasileiro pós-guerra (1945-1964), para integrar os negros (as) brasileiros às sociedades de classes do país, tanto no que concerne sua simbologia nacional, quanto em termos de sua política econômica e social. Levando em consideração a complexidade do termo e suas diferentes conotações em cada momento histórico do Brasil, está claro que no país existe uma ideologia racial e que a mesma ainda infere de maneira profunda na vida dos negros (as) brasileiros. Ver mais em: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

¹³⁷ No que diz respeito à ascensão social do negro e o processo de embranquecimento, de acordo com Maria Nilza Silva, para que o negro se torne símbolo de beleza e riqueza, ele deve autonegar-se enquanto raça para ser aceito na sociedade dominante. Além disto, a ascensão dos negros (as) é encarada como fato dissociado à estrutura social racista da sociedade, atribuindo-se o sucesso dos indivíduos apenas às qualidades individuais. Um negro (a) de sucesso muitas vezes precisa aderir os valores brancos, para que se sinta pertencente ao meio em que vive. Ver mais em: DA SILVA, Maria Nilza. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.

devido à precariedade do ensino que obteve na escola pública, e que a busca por um sistema de ensino de qualidade deveria ser o caminho a ser seguido ao invés da implantação de cotas raciais¹³⁸.

Em meio às crescentes críticas à proposta original, a Professora Zélia Amador de Deus declarou que gostaria, mesmo em meio a todas as dúvidas e questionamentos, que o processo de votação fosse adiante. Também esclareceu que a razão pela qual os indígenas não foram citados na proposta de resolução foi resultante de um pedido advindo de pesquisadores do Departamento de Antropologia, que já tinham um grupo tratando da temática das cotas para indígenas, portanto, o GEAM preferiu acatar e não se antecipar em relação a isso¹³⁹.

Com o prosseguimento da sessão, o Conselheiro Maurício Sena Filho, representante do Centro Socioeconômico, atentou para o fato dos corpos docente e discente da Universidade, não refletirem o perfil racial da sociedade paraense e afirmou que isto era um sintoma do processo de discriminação existente. Por esta razão, acreditava que a UFPA deveria empenhar-se em formular medidas que pudessem minimizar o processo de discriminação sofrido por aqueles da raça negra.

A Professora Eleanor Palhano, membro do CEAM e do CEDENPA, se pronunciou dizendo que a proposta do GT, já deferida pela Câmara de Ensino de Graduação, não tinha como objetivo retirar vagas de candidatos de baixa renda, mas sim minimizar a discriminação racial e social latentes no Estado do Pará. Por conseguinte, o Conselheiro Armin Mathis, representante do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, criticou a ausência de maiores esclarecimentos acerca do acompanhamento acadêmico para alunos cotistas na resolução e propôs que a reserva de vagas fosse conciliada entre alunos da rede pública e alunos negros (as)¹⁴⁰.

Após as devidas indagações e defesa da proposta de cotas étnico-raciais, iniciaram-se diversos diálogos paralelos a respeito da votação da resolução em sua integralidade ou não, o que fez com que o Presidente da sessão colocasse em votação a possibilidade de alterar a proposta original ou votá-la como foi apresentada originalmente pelo GT de Ação Afirmativa. Com 22 votos favoráveis, apenas 01 contrário e nenhuma abstenção, aprovou-se pela deliberação de mudanças na proposta original.

¹³⁸ Ibid, p. 6.

¹³⁹ Ibid, p. 6.

¹⁴⁰ Ibid, p. 6.

Todos os membros do GEAM e do CEDENPA acordaram com a deliberação, visto que se a proposta elaborada por eles fosse posta em votação sem alterações, sem dúvidas nenhuma seria rechaçada pelo Conselho. O caminho para a construção de um debate sobre cotas raciais na UFPA foi longo o bastante para que o movimento negro pudesse traçar estratégias para este tipo de embate político em âmbito acadêmico, por isto a postura em seguir as regras do jogo político até conquistar medidas que afetassem positivamente à população negra. Neste sentido, o Professor Raimundo Jorge de Jesus proclamou que para modificar o parecer era necessário não fugir do espírito do mesmo¹⁴¹.

A partir deste momento, vários membros do Conselho se manifestaram para propor alterações ao documento original, como Armin Mathis, que propôs que na resolução constasse 20% das vagas para estudantes autodeclarados pretos ou pardos egressos de escola pública. Por sua vez, o Conselheiro Benedito Ferreira, propôs que 50% das vagas fossem para estudantes de escola pública, sendo 40% deste montante reservado para alunos autodeclarados pretos ou pardos¹⁴².

Sendo assim, ao longo da reunião do CONSENPE, foram apresentadas quatro diferentes propostas de cotas. A proposta original de cota racial construída pelo GT de Ação Afirmativa formado pelo GEAM e a PROEG, propondo a reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação da UFPA para estudantes autodeclarados pretos ou pardos. A proposta apresentada pelo então Reitor Alex Fiúza de Mello no início da reunião, indicando a reserva de 50% das vagas para alunos (as) oriundos de escolas públicas. E por fim, as propostas dos Conselheiros Armin Mathis e Benedito Ferreira, sugerindo 20% de vagas para negros (as) de escola pública, e 50% de vagas para estudantes de escola pública, sendo 40% destas para negros (as).

O Reitor decidiu então por acatar a última proposta, mas o Professor proponente retirou-a, pois como estava no Conselho representando a ADUFPA, e na Associação não ocorreu nenhuma assembleia ou discussão dos professores acerca do tema das cotas, achou por bem revogar a sua proposta. Alex Fiúza de Mello sustentou a proposta, o que fez com que o Conselheiro Armin Mathis também retirasse a sua, segundo ele, devido à outra ser mais ampla. Desta forma, o Presidente da

¹⁴¹ Ibid, p. 6.

¹⁴² Ibid, p. 7.

sessão colocou a respectiva proposta em votação em tela, a qual foi aprovada por unanimidade.

Segundo consta na ata:

[...] ficou decidido que cinquenta por cento (50%) das vagas dos cursos de graduação, ofertadas pela UFPA, serão destinadas a estudantes egressos de escolas públicas e que, desse percentual, quarenta por cento (40%) serão reservadas para estudantes declarados pretos ou pardos¹⁴³.

Aprovada a proposta após a deliberação sobre seus meandros, a Vice-Reitora Marlene Freitas, questiona os 10 anos de vigência da política de cotas que consta na proposta original, pois para ela tratava-se de um período muito longo. A sua proposta foi de diminuição, de 10 para 03 anos, o tempo de implementação do sistema na Universidade e propôs que a PROEG realizasse estudos com o intuito de estabelecer uma política para a avaliação da medida.

Em contrapartida, para o Conselheiro Renato Guerra, representante do Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, o tempo de ideal de vigência seria 05 anos, por ser o tempo médio de duração de um curso de graduação. A Vice-Reitora acatou a respectiva proposta. Já a Professora Zélia Amador de Deus esclareceu que o GEAM optou pelo período de 10 anos por objetivar trabalhar com duas gerações de estudantes cotistas, porém, ela também acatou a proposta de 05 anos de vigência. O Reitor deu o seu parecer positivo, considerando o número de anos um tempo bom para fazer a avaliação do projeto e então, a medida foi posta em votação, obtendo a aprovação por unanimidade.

A sessão também aprovou que a UFPA obrigatoriamente teria que estabelecer uma política de permanência aos ingressantes cotistas. Nesta oportunidade, o Professor Raimundo Jorge de Jesus sugeriu que o Grupo de Trabalho de Ação Afirmativa fosse incorporado como responsável por este processo. O Reitor solicitou a PROEG e ao DAVES, que se reunissem para discutir tecnicamente a proposta colocada pelo membro do GEAM.

Com a finalização da deliberação acerca dos temas elegidos a serem tratados pela reunião, o Presidente da sessão agradeceu o comparecimento das 23 pessoas presentes, entre membros do Conselho e convidados. A sessão teve duração de aproximadamente 04 horas, sendo encerrada às 13h30, do dia 05 de Agosto de 2005.

¹⁴³ Ibid, p. 7.

Ao final das discussões no Conselho, os membros do GT e do CEDENPA, optaram por acatar a proposta do Reitor, mas exigindo que 40% do percentual de vagas reservadas a estudantes oriundos de escola pública, fossem destinadas a alunos autodeclarados pretos ou pardos. A proposta de Alex Fiúza em junção com a proposta do GT tornou-se a resolução de Nº 3.361/2005, que foi aprovada por unanimidade pelos membros da plenária, e seguiu sendo a política de cotas adotada no processo seletivo da UFPA até a implantação da Lei nº 12.711/2012, que passou a reservar 50% das vagas para estudantes de escola pública, e dentre este percentual, no mínimo 78% preenchidas por alunos (as) autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com o índices do censo do IBGE, referentes a composição étnica do Estado do Pará (Cf. CEPS UFPA, 2019).

Assim, entre os anos de 2005 a 2012, a Instituição reservou 50% das vagas de todos os seus cursos de graduação para alunos provenientes de escolas públicas, sendo 40% dessas vagas reservadas para alunos que se autodeclarassem pretos e pardos (as). Não obstante, apesar da proposta de cotas étnico-raciais defendida pelos membros do CEDENPA/GEEAM, não ter sido acatada da forma que se esperava, perdendo o seu teor antirracista para tornar-se uma subcota da cota social, o movimento negro paraense não se acovardou e passou a criar diversos projetos em âmbito acadêmico e civil com o intuito de continuar sua luta pela conquista de direitos da população negra paraense e pelo combate ao racismo na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, perpassamos por diferentes capítulos e tópicos dissertativos com o intuito de reconstruir e investigar o processo de fomentação do debate sobre cotas na UFPA, as estratégias e embates do movimento negro em âmbito acadêmico, a votação do projeto de cotas étnico-raciais e a sua posterior efetivação como o primeiro sistema de cotas de cunho social e racial aprovado em uma universidade do norte do Brasil. Como já visto, esta conquista deu-se pelo importante papel de luta e militância de um movimento social negro amazônico, o CEDENPA, que logrou trazer o debate sobre o racismo presente na sociedade paraense, para um dos espaços embranquecidos de maior privilégio do Estado do Pará, a UFPA.

Por conseguinte, para melhor localizar o movimento negro paraense no espectro do movimento negro organizado nacional, optamos por iniciar este trabalho relacionando dois importantes episódios históricos de luta do povo negro, o Quilombo de Palmares e a Cabanagem. Enquanto o primeiro tornou-se símbolo de resistência negra nacional, o segundo, apesar de ser a primeira e única insurreição popular a chegar no poder no país, pouco ressoa simbolicamente no movimento negro para além do norte do Brasil. Assim, para tratar a respeito do movimento negro amazônico, foi preciso nos atentarmos as particularidades históricas de luta do mesmo. Dito isto, nos encaminhamos para um breve histórico do movimento negro nacional, assim como, o surgimento e a consolidação do CEDENPA como a principal Entidade antirracista da Amazônia brasileira.

Após examinarmos as respectivas trajetórias dos movimentos reivindicatórios negros, adentramos as estratégias e ações antirracistas do CEDENPA dentro dos muros da UFPA, tendo em vista a melhor compreensão da forma pela qual o movimento negro paraense logrou fomentar o debate sobre as cotas na Instituição. Desta maneira, primeiramente apresentamos brevemente importantes aspectos que constituem a UFPA, tais como sua estrutura, missão institucional, movimento sindical docente e o diretório central dos estudantes. Seguidamente, passamos a conhecer o contexto periférico que circunda a Universidade, examinando o histórico de segregação do bairro do Guamá e como isto reverberou para que este perímetro se tornasse atualmente um dos mais vulneráveis e violentos da capital paraense. Relacionar a segregação racial e econômica do Guamá frente aos espaços embranquecidos de privilégio da produção de conhecimento da UFPA, fez-se de suma importância para compreendermos a importância do papel de luta e militância do CEDENPA em âmbito acadêmico.

Pois, é diante desta realidade de desigualdades fundadas sobre estruturas racistas, que a respectiva Entidade se mobilizou em prol da criação de um Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM), objetivando a construção de uma ponte de conexão entre o movimento social negro e a academia. Este grupo abriu caminho para a criação e consolidação de outros projetos de caráter antirracista, que através dos esforços dos membros do CEDENPA, promoveram o debate sobre racismo, negritude e conseqüentemente, sobre cotas de cunho racial na UFPA. Deste modo, após conhecermos as atividades propostas pelo movimento negro em âmbito acadêmico, nos aprofundamos nas investidas e embates do CEDENPA no campo político da UFPA. Para ilustrar os conflitos retóricos em questão, optamos por fazer uso de dois artigos do Jornal Beira do Rio, que repercutiram na comunidade acadêmica e acirraram as opiniões favoráveis e contrárias a implantação de cotas étnico-raciais na Universidade. Além disto, também nos atemos a postura combativa do movimento negro e como isto os levou a protagonizar o GT de ação afirmativa que construiu a primeira proposta de cotas raciais posteriormente posta em votação na UFPA.

A resolução de N° 3.361/2005, cujo conteúdo versava acerca da aprovação de uma proposta inédita de cotas de caráter racial na UFPA, foi discutida e logo depois, colocada em votação na terceira sessão extraordinária do CONSEPE, que ocorreu no dia 05 de Agosto de 2005. Tal reunião formada pelos membros do Conselho Universitário, representantes dos diversos âmbitos da Universidade e membros do CEDENPA, tornou-se um debate entre dois olhares opostos em relação às ações afirmativas, dividindo-se entre aqueles que defendiam uma proposta de cotas direcionada à população negra e os que apoiavam uma proposta estritamente social. Isto é, enquanto os membros do GT de ação afirmativa objetivavam a aprovação de um sistema de cotas empenhado em denunciar e combater o racismo e a discriminação racial existentes na sociedade paraense, o Reitor e outros membros do conselho detinham-se a uma proposta de cota social sem consciência alguma de raça.

Assim sendo, o que seria uma reunião para tratar acerca de uma proposta de cotas visando o acesso de grupos étnicos discriminados nos cursos de graduação na UFPA, encaminhou-se para um debate a respeito da implementação de um sistema de reserva de vagas para estudantes de escola pública, independente de questões raciais. Logo, a votação da respectiva resolução foi fortemente deturpado e descaracterizado, principalmente pelo posicionamento contrário do Reitor, visto que seus questionamentos tinham como intuito tirar do centro da discussão o caráter racial da proposta. O

excelentíssimo então Reitor Alex Fiúza de Mello, apesar de sua formação como sociólogo, defendeu uma visão bastante disseminada na atualidade, a de que negros (a) não estão em menor número nas universidades e conseqüente nos cargos de poder, por serem negros (as), mas sim por serem pobres. Sua postura desconsidera as fundações racistas que residem no âmago da sociedade brasileira, e como isto influenciou e continua a influenciar pesadamente a vida da população negra em suas diversas magnitudes.

A postura do então Reitor assemelhasse a conduta adotada por Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que diante da ação movida pelo partido Democratas (DEM) objetivando a suspensão das cotas destinadas à negros (as) na UnB¹⁴⁴, questionou-se acerca da possibilidade do sistema de cotas fazer com que o país abrisse mão da ideia de país miscigenado e passasse a adotar um conceito de nação bicolor tal qual a sociedade Estadunidense. Pois, para o Ministro, em um país racialmente plural como o Brasil, não deve existir a oposição entre negros e não- negros, devido à complexidade em caracterizar etnicamente a população brasileira. Portanto, para o mesmo, em tratando-se da realização de justiça social em âmbito acadêmico, a maneira mais adequada para chegar a este objetivo seria pela adoção de cotas de cunho social.

Neste tocante, o filósofo português Boaventura de Sousa Santos (2009), afirma que o debate sobre a adoção de ações afirmativas baseadas na cor de pele não pode estar dissociado da forma como deu-se a organização racial brasileira, que fundou-se em uma histórica injustiça social baseada no racismo antiíndio e antinegro. Isto é, para o autor é imprescindível pensar as relações raciais brasileiras questionando se o fim do colonialismo como sistema político e econômico acarretou o fim do colonialismo como fator preponderante nas dinâmicas sociais do país. Pois, após chegarmos à conclusão de que ainda vivemos sob os resquícios do colonialismo, a dita colonialidade (CF. QUIJANO, 2000), a nomenclatura de categorias fluídas tais como a dos “pobres” na tentativa de adoção de ações afirmativas, nos parecerá incompleta e ineficiente, visto que somente o reconhecimento da existência de grupos historicamente desfavorecidos poderá de fato contribuir com a efetivação de uma justiça social no país.

¹⁴⁴ Para entender melhor a ação de inconstitucionalidade das cotas movida pelo partido Democratas (DEM), consultar o seguinte artigo: BAPTISTA, Gustavo Henrique de Almeida Victória; BAPTISTA, Rui Gustavo Victória. Sistema de cotas. SYNTHESIS| Revistal Digital FAPAM, v. 6, n. 6, p. 142-149, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/view/109>. Acesso em: 06 de Novembro, 2019.

Desta forma, ao defenderem uma proposta de “cotas sociais”, o Reitor seguido e respaldado por outros membros da sessão, parecem ignorar que os problemas sociais e econômicos do Brasil são estruturados dentro da lógica da ideologia racial, que infere quem terá acesso a bens, direitos e serviços, baseado na cor de pele de cada indivíduo. Pensar a sociedade e a economia brasileira sem compreender o racismo, é simplificar um debate profundo acerca da dimensão racial da experiência social brasileira. Também é importante ressaltar que a contraproposta defendida pelos mesmos não tinha sequer um caráter oficial, pois tal proposta foi apenas verbalizada na sessão e não partiu de uma discussão intensa anterior no GT de ação afirmativa. Assim, a razão de ser das cotas foi desvirtuado, a partir do momento que o debate se centrou na deficiência da escola pública e logrou desconfigurar a proposta original de caráter racial, elegendo a origem socioeconômica como critério principal de admissão dos cotistas.

O trabalho do GT de ação afirmativa e o parecer favorável da PROEG foram ignorados diante de uma contraproposta verbal, apresentada sem nenhum parecer ou análise que a respaldasse. Isto, sem dúvidas, causou insatisfação nos membros do movimento negro, pois seus esforços para aprovar um sistema de cotas puramente racial não alcançou o resultado esperado. Em contrapartida, diante deste último embate com os representantes da comunidade acadêmica da UFPA, os membros do CEDENPA precisaram resistir às ações de desconfiguração de sua proposta, para que fosse possível sair da reunião com avanços garantidos no que concerne o acesso da população negra à universidade. Deste modo, todos os representantes do movimento negro votaram de forma favorável a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação da UFPA para estudantes oriundos da escola pública, e deste percentual, asseguraram que 40% das vagas fosse destinada a estudantes autodeclarados pretos ou pardos (as).

Com este resultado, a UFPA perdeu a oportunidade de igualar-se a outras universidades que lograram aprovar um sistema de cotas unicamente étnico-racial, tal qual a UnB, porém, a atuação e militância política do movimento negro em âmbito acadêmico não deve ser diminuída diante dos entraves surgidos na reunião de aprovação do sistema de cotas. Apesar da proposta final aprovada confundir a razão de ser das cotas cunhada pelo movimento negro, tornando a cota racial uma subcota da cota social, a luta do CEDENPA na fomentação do debate sobre o racismo na UFPA, suas estratégias e ações antirracistas em âmbito acadêmico, assim como, sua postura de resistência diante dos embates políticos ocorridos na Instituição, fazem parte de uma trajetória histórica que

deve ser mais estudada, investigada e reconhecida como uma importante conquista do movimento social negro amazônico e nacional. Em tempos em que a região amazônica se encontra nos holofotes do mundo e os movimentos sociais tornaram-se ameaças aos interesses colonialistas daqueles que ocupam os cargos de poder no país, a construção de ferramentas de visibilização das ações e conquistas de entidades como o CEDENPA, fazem-se de suma importância para a criação de um movimento de resistência frente aos discursos e ações de ódio contra a floresta, seus povos e dentre estes, a população afro-amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUFPA. Histórico das greves. Associação de docentes da UFPA. 2003. Disponível em: <http://www.adufpa.org.br/index.php/historico-das-greves/>. Acessado em: 29 de Julho, 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamira R.; FRAGA, Walter F. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALEIXO, Marcos F. K. A Amazônia na visão dos viajantes. In: Congresso Brasileiro de Tropicologia, 1, 1986, Recife. Anais... Recife: Fundaj, Massangana, 1987.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES FILHO, Ivan. Memorial dos Palmares. Xenon, 1988.

AMARAL, J. P. Assunção. Mercado de trabalho branco! Racismo? Na virada do século XX!?. Papers do NAEA N°160. Belém, 2001.

_____. Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém. Cejup. Belém, 2004.

ARAÚJO, Marcelo G. Hanseníase no Brasil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop, p. 373-382, 2003.

ASSUNÇÃO, Mônica Pontes de. Relações cotidianas no ambiente instituído da Ufpa: a experiência dos acadêmicos de países africanos. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: < <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8537>>. Acesso em: 14 de Agosto, 2019.

ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – 2005. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Arquivo da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores Deliberativos – SEGE. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: 05 Agosto, 2005.

BAPTISTA, Gustavo Henrique de Almeida Victória; BAPTISTA, Rui Gustavo Victória. Sistema de cotas. SYNTHESIS| Revistal Digital FAPAM, v. 6, n. 6, p. 142-149, 2015.

BELO, Geovane Silva. O olhar estrangeiro estigmatizado(r) do cinema: invenção, sustentação e reinvenção do imaginário sobre a Amazônia. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Artes. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7875>>. Acesso em: 22 de Julho, 2019.

BENTES, Nilma. (org.). CEDENPA: uma breve história dos 30 [s.n]: Belém, 2010.

_____. Brasil--Durban--Brasil: um marco da luta contra o racismo. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 229-236, 2002.

BRAGA, Mauro M; PEIXOTO, Maria do Carmo de L. Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG. Editora UFMG, 2006.

CANALI, Heloá. Com 53 áreas tituladas, Pará é o Estado que mais reconhece comunidades quilombolas. Secretária de Planejamento do Estado do Pará. Belém, 2018.

CARNEIRO, Edison. O quilombo dos Palmares. São Paulo Editora S/A, São Paulo. Brasileira, 1958.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, Jan. 2002.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). Dados, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005.

CARVALHO, José J. SEGATO; Rita L. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília, 2001.

CARVALHO, José J. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 237-246, 2005.

CEPS. Processo seletivo 2019 – OS UFPA 2019. Belém, 2019. Disponível em: <http://www.ceps.ufpa.br/arquivos/vestibular/PS%202019/editais%20avisos/EDITAL_5_2018_PS_UFPA_2019.pdf>. Acesso em: 15 de Agosto, 2019.

CHAGAS, Clay A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. Boletim Amazônico de Geografia, v. 1, n. 1, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Rafael Chambouleyron. – Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAVES, Vera L. J. Poder do Estado e Poder dos Docentes - um olhar sobre o movimento docente na UFPA. Belém: Graphitte/ SPEP/UFPA, 1997.

CODATO, Adriano N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de sociologia e política, n. 25, p. 83-106, 2005.

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios de negritude nas construções de identidade negras da Amazônia paraense. Afro-Ásia, n. 52, p. 213-246, 2015.

COSTA, Hildete B. S. História oral da meia-passagem, a experiência dos militantes estudantis da UFPA - 1975/2005. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

COSTA, Fabiano. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo. G1 Brasil. Brasília, 05 de Nov. de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acessado em: 24 de Julho, 2019.

JORNAL BEIRA DO RIO. Cota para negros reabre discussão sobre o racismo nas Universidades. Jornal Beira do Rio – UFPA. Belém, n. 12, ago. 2003. ISSN 1982-5994. Disponível em: <http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=847:cota-para-negros-reabre-discussao-sobre-o-racismo-nas-universidades&catid=88:edicao-12&Itemid=28>. Acesso em: 14 Agosto, 2019.

COUTO, Aiala; FRAZÃO, Wellington. Democracia e a Cabanagem. Revista Periferias. Rio de Janeiro, v.02 n.02, 2018.

Consultoria Geral do Estado, Constituição do Pará: “Artigo 336”. Belém, 2011. Disponível em: <http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaodoParaateaEC48.pdf>. Acesso em: 14 de Maio de 2019.

Constituição do Estado do Pará. Doe (Pa). Belém, 1989. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wpcontent/uploads/2015/11/legislacao/estadual/Onsituicao_Para_c_para_1989.pdf. Acesso em: 14 de Maio de 2019.

CUNHA JR, Henrique. Textos para o movimento negro. São Paulo: Edicon, 1992.

DAMASCENO, Cintia C. C. Educação e relações étnico-raciais na perspectiva de militantes do movimento negro da cidade de Belém. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <<http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertcintiadamasceno.pdf>>. Acesso em: 25 de Julho, 2019.

DA SILVA, Maria N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.

DA SILVA, Joselina. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos Afro-Asiáticos, v. 2, p. 215-235, 2003.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ. Defensoria pública garante parceria com CEDENPA. Jusbrasil, Belém, 2009.

DEGLER, Carl N. Neither black nor white: Slavery and race relations in Brazil and the United States. University of Wisconsin Press, 1986.

DE DEUS, Zélia A. Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará. Cadernos de Pesquisa. n.º 67, nov. 1987.

_____. Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

DI PAOLO, Pasquale. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia. Edições Cejup, 1986.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

_____. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, 2008.

_____. A nova Abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. Dimensões, n. 21, 2008.

DOS SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. Revista de Ciências Humanas, v. 8, n. 2, 2012.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e Interculturalidade: Interpretação a partir da Filosofia da Libertação. Sociedade e Estado, v. 31, n.1, pp. 51-73, 2016.

JORNAL BEIRA DO RIO. Entrevista: Cotas para negros nas universidades. Jornal Beira do Rio – UFPA. Belém, n. 26, 2004. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2004/66-edicao-26/749-entrevista-cotas-para-negros-nas-universidades->. Acesso em: 20 de Agosto, 2019.

FANON, Frantz. 1967. Black skin, white masks. New York: Grove, 1952.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Record. 29. ed. Rio de Janeiro, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. Revista de história regional, v. 6, n. 1, 2007.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra et al. (org.). Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul. Belém, PA: UFPA; Praia, CV: Uni-CV, 2017. 436 p. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/78>>. Acesso em: 27 de Agosto, 2019.

GALVÃO, Pedro. 1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, 2004.

GATINHO, Andrio A. O movimento negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <
http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1837/1/Dissertacao_MovimentoNegro_Processo.pdf>. Acesso em: 10 de Junho, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS AFRO-AMAZÔNICOS. Projeto da Casa Brasil África. Belém: UFPA, 2006.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Flávio S. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 9-66, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. Tabula Rasa, n. 19, 2013.

GUARIGLIA, Ana Maria. Visitas vão de igrejas a obras contemporâneas: Memorial da Cabanagem , assinado por Oscar Niemeyer. Folha de S. Paulo, p. 10, 15. set. 1994.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

_____. Depois da democracia racial. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the north of Brazil, 1798-1840*. Cambridge University Press, 2010.

HENRIQUE, Marcio C. Os escravos da Misericórdia. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 5, n. 2, p. 386-410, 2014.

_____. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 153-177, 2012.

HERRERA, Joaquín. *A reinvenção dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LEANDRO, Arthur. RELATOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE NÓS, OS DE ARUANDA! *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 11, n. 27, p. 113-138, 2019.

LEITE, Ilka B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEMOS, Isabele Batista de. *Cotas raciais na UFPA: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas*. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7553/1/Dissertacao_CotasRaciaisUfpa.pdf>. Acesso em: 18 de Julho, 2019.

LIMA, Deborah M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>>. Acesso em: 10 de Julho, 2019.

LIMA, Telma CS; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.

LONER, Beatriz A. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*, v. 5, n. 5, 1999.

MACEDO, Aroldo; FAUSTINO, Oswaldo. *Luana - As sementes de Zumbi*. FTD Educação, 2013.

MALIGO, Pedro. Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir. Revista usp, n. 13, p. 48-57, 1992.

MELO, Nairo B. Reserva de vagas no ensino superior: o processo de implementação das cotas raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2814/1/Dissertacao_ReservaVagasEnsino.pdf.

Acesso em: 08 de Junho, 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, n. 117, p. 197-217, 2002. CONTINS, Marcia; SANT'ANA, Luiz Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p. 209, 1996.

MOURA, Danielle Figuerêdo. Liberdade em autos. Histórias de Liberdade no Pará. 1835 a 1840. Monografia de Graduação, DEHIS/UFPA, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. O quilombismo. Vozes, 1980.

_____. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. Revista Estudos Avançados. vol. 18. Nº 50. São Paulo. Jan/Abr 2004.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa L. O Negro e o Congresso Brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). O Negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares-MINC, v. 1, 2004.

_____. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo social, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. Frente Negra Brasileira: políticas e questão racial nos anos 1930, Dissertação de Mestrado, UERJ, 2002.

OLIVEIRA, Luiz F.; LINS, Mônica R. F. Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p. 365-385, jun. 2014.

PEREIRA, Amilcar A. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento contemporâneo no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

PINHEIRO, Ellana B. Da intenção à realidade: políticas de ação afirmativa na área da Educação: primeiras ações na Universidade Federal do Pará (UFPA). Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2015.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2025. Universidade Federal do Pará. 2016. Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf. Acessado em: 24 de Julho, 2019.

PINTO, Walter. A histórica conquista da meia-passagem. Jornal Beira do Rio, Belém, 2006. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2006/36-ediao-44/421--a-historica-conquista-da-meia-passagem>. Acesso em: 19 de Julho, 2019.

PRADO JR. Caio. Evolução política do Brasil, SP, Brasiliense, 1972.

GT DE AÇÃO AFIRMATIVA. Proposta de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Pará de Integração de Grupos Étnicos Discriminados. Grupo de Trabalho de Políticas de Ações Afirmativas para a população Negra da Universidade. Belém: UFPA, Dez. 2004.

QUEIROZ, Delcele M.; SANTOS, Jocélio T. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96, p. 717-737, Oct. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 de Agosto, 2019.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. International Sociology, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

RANKING DE UNIVERSIDADES. Folha de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

REGIMENTO Geral da Associação de Docentes da UFPA. Associação de Docentes da UFPA. 2010. Disponível em: <<http://www.adufpa.org.br/pagina.php?cat=19¬icia=19>>. Acessado em: 27 de Julho, 2019.

REIS, Greyce. Perfil e demandas da juventude de um bairro da periferia de Belém – Pará. Instituto de Ciências da Educação (ICED), Universidade Federal do Pará (UFPA). Trabalho de conclusão de curso. Curso de Pedagogia. Belém, 2016.

REITORES. 60 anos - Universidade Federal do Pará. 2019. Disponível em: <http://60anos.ufpa.br/60-anos/reitores>. Acesso em: 30 de Julho, 2019.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

ROCQUE, Carlos. Cabanagem: epopéia de um povo. Belém: Imprensa Oficial, v. 2, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas, v. 5, p. 73-93, 1998.

RUBIO, David Sánchez. Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações. Livraria do Advogado Ed., 2014.

SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/48>. Acesso em: 10 de Junho, 2019.

_____. Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Edições CEJUP, 1992.

SANTOS, JR. Memorial Zumbi. Carta, v. 7, p. 65-72, 1995.

SANTOS, Boaventura S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Civilização brasileira, 2003.

_____. Justiça Social e Justiça Histórica. Brasília: Observatório da Constituição e da Democracia, Faculdade de Direito da UnB, ano III, nº 32, agosto de 2009, p. 24.

SANTOS, Sandra C. Cabanagem: crise política e situação revolucionária. 2004. 121 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279778>>. Acesso em: 03 de Agosto, 2019.

SANTOS, Sales A. Movimentos negros, educação e ações afirmativas. 554 f. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SEGEP (Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão), 2010. Anuário Estatístico do Município de Belém. Belém: SEGEP. Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Tabela-3-Demografia.pdf>. Acesso em: 31 de Julho, 2019.

SILVA, Carlos F. C. Políticas afirmativas, educação e escolas públicas: uma análise sobre o sistema de cotas-Caso UFPA. Dissertação. Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ. Programa de Pós-graduação em Direito – PPGD. Belém, 2018.

SILVERIO, Valter R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de pesquisa, v. 117, n. 2, p. 219-246, 2002.

SOUZA, Jéssica. UFPA cria Assessoria de Diversidade Étnico-Racial. Jornal Beira do Rio, Belém, 19 de Outubro, 2009. Disponível em: <https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=3297>. Acesso em: 13 de Agosto, 2019.

TELES, Jocélio. Um centro dedicado à pesquisa dos negros. Estudos Avançados 18, no. 50. P. 141-145. 2004.

TELLES, Edward E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Relume Dumará, 2003.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Instituto de Terras do Pará; Organização, Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher. Belém: ITERPA, 2009.

UFPA. PARECER 119/05 – CEG – Câmara de Ensino e Graduação. Parecer Sobre a Proposta de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Pará de Integração de Grupos Étnicos Discriminados. [Relatora: Professora Josenilda Maués] In: Ata da Terceira Sessão Ordinária do Conselho de Superior de Ensino e Pesquisa – 2005. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Arquivo da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores Deliberativos – SEGE. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: Julho, 2005. p. 6-11.

UFPA EM NÚMERO 2019. UFPA.br, 2019. Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 24 de Julho, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Decreto 42.427, de 12 de Outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará.

VIANNA, Arthur. A Santa Casa da Misericórdia paraense: notícia histórica (1650-1902). Belém: Secult. 1992.

WARREN, Ilse S. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

